

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional

GRACE VALI FREITAG TANIKADO

VIRTUALIZANDO COLETIVOS:
Tecnologias e pesquisa-intervenção

PORTO ALEGRE

2010

GRACE VALI FREITAG TANIKADO

**VIRTUALIZANDO COLETIVOS:
tecnologias e pesquisa-intervenção**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cleci Maraschin

PORTO ALEGRE

2010

GRACE VALI FREITAG TANIKADO

**VIRTUALIZANDO COLETIVOS:
tecnologias e pesquisa-intervenção**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virginia Kastrup - UFRJ

Profa. Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel - UFRGS

Profa. Dra. Neuza Guareschi - UFRGS

Para meu pai, o homem das máquinas.

AGRADECIMENTOS

À Cleci, por tantas coisas. Dentre elas, por ser uma grande educadora, além de muitas outras - pesquisadora, diretora, professora, mulher. Por ter me guiado com suavidade e força, não somente através de orientações, mas, principalmente, por ações.

Ao grupo de pesquisa Oficinando em Rede, por todo o caminho percorrido, no qual peguei carona e naveguei sem vergonha. Principalmente aos pesquisadores que participaram diretamente do planejamento e execução das oficinas: Vanessa Maurense, Cleci Maraschin e Póti Gavião. E ao Rafael Diehl, que me disse uma meia dúzia de palavras e me fez pensar no esboço do que hoje é essa dissertação.

Aos trabalhadores que compõem a equipe do CIAPS/HPSP, por acolherem minhas propostas, abrirem suas práticas e se disponibilizarem aos encontros.

Às amigas hiper-rizomáticas, que foram o combustível para a realização desse percurso. Com Paula Marques, Priscila Pavan Detoni, Michele da Rocha Cervo, Thiele Castro Muller e Daiane Maus Marques vivi o companheirismo, a solidariedade e o amor que fizeram a academia parecer a casa da gente. E a casa da gente, a casa de todas nós.

Às colegas do grupo de orientação, pelo ouvido atento e sugestões preciosas: Graziela Lopes, Tatiane Vianna, Susane Londero, Fulvia Spohr, Raquel Fernandes e Etiane Araldi.

Ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), pela bolsa que proporcionou minha dedicação exclusiva por 4 meses. E pelo investimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul que possibilitou a criação do cargo em que hoje atuo como servidora pública federal.

À Jaqueline Tittoni, Rosemarie Gartner Tschiedel, Deise Juliana Francisco e Henrique Caetano Nardi, por terem escutado com curiosidade minhas ideias e feito contribuições valiosas.

À Profa. Mara Carneiro pelo apoio com a ferramenta de fazer *websites*.

A minha mãe, Guilhermina, pela aposta permanente.

Ao Carlos Baum, por sempre estar bem perto.

À Claudia Zendron, pelo abraço na hora certa.

Aos colegas da Secretaria de Assistência Estudantil, pelo apoio.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela estrutura.

Aos professores que, durante a graduação, foram fundamentais no processo que me trouxe até o mestrado: Nelson Rivero e Maria de Fátima Bueno Fischer. Ao grupo de pesquisa Ecosol do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos, de ontem, hoje e sempre, primordial na minha formação como pesquisadora. Especialmente a Marília Veríssimo Veronese e Luiz Inácio Gaiger.

Ao Henrique Heck, pelo capital inicial para começar essa brincadeira.

A todos os amigos que seguirão sendo meus amigos mesmo depois de muito tempo de ausência. E que sempre acreditaram no que eu fazia, mesmo sem que eu conseguisse explicar direito.

Escrever nem uma coisa
Nem outra —
A fim de dizer todas —
Ou, pelo menos, nenhuma.

Assim,
Ao poeta faz bem
Desexplicar —
Tanto quanto escurecer acende os vagalumes.

(Manoel de Barros)

RESUMO

Este trabalho surge dentro do projeto de pesquisa *Oficinando em Rede*, que estuda a utilização de ferramentas tecnológicas como dispositivo de intervenção em saúde mental. O projeto mantém uma parceria com o Centro Integrado de Atendimento Psicossocial (CIAPS), serviço da rede pública estadual que é parte da estrutura do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) em Porto Alegre e atende a crianças e adolescentes nas modalidades de internação e ambulatório. Nesta dissertação, buscamos analisar o que acontece no encontro entre *Oficinando em Rede* e CIAPS, tendo como recorte privilegiado a oficina de construção de um *website* do CIAPS pelos trabalhadores do serviço. Apostamos que esse exercício constitui-se como um dispositivo de virtualização do CIAPS, a partir da concepção de virtualização apresentada por Pierre Lévy, que a entende como o movimento de instauração de um campo problemático que leva à produção de uma resolução, ao que o autor denomina de atualização. Procuramos mapear as formas de coletivo que são atualizadas no encontro de *Oficinando em Rede* e CIAPS, buscando referenciais de análise na Inteligência Coletiva de Pierre Lévy e na Individuação Coletiva de Gilbert Simondon. A metodologia utilizada é a da pesquisa-intervenção baseada nas proposições de René Lourau, Humberto Maturana e Francisco Varela e Gilbert Simondon. Lançamos mão de três linhas de análise para essa experiência: a operatividade das tecnologias, as problematizações que se virtualizaram nesse exercício e o coletivo que se atualiza a partir disso. Apontamos a potência da tecnologia como dispositivo de intervenção institucional e a resistência à institucionalização como um elemento que fomenta o coletivo que se atualiza no encontro de *Oficinando em Rede* e CIAPS. Ressaltamos ainda, a ação política que se encontra em cada ato de pesquisar.

Palavras-chave: pesquisa-intervenção; coletivo; tecnologias, reforma psiquiátrica.

ABSTRACT

This paper comes from inside the research project “Oficinando em rede”, that studies the use of technological tools as means of intervention on mental health. The project keeps a partnership with “Centro Integrado de Atendimento Psicossocial” (CIAPS), which is inside the public health service network and part of the Hospital Psiquiátrico São Pedro’s structure in Porto Alegre and take care of children and teenagers in ambulatorial and internment ways. In this dissertation we aim to analyze what happens in the meeting between “Oficinando em rede” and CIAPS, having the workshop of website about the CIAPS construction by his workers as a privileged cut-off. We bet that this exercise constituted an apparatus of CIAPS’ virtualization, from the virtualization concept presented by Pierre Levy, that understands it as a move of instauration of a problematic field that leads to the production of a resolution, named by the author as update. We try to map the collective’s shapes that are updated in the meeting between “Oficinando em rede” and CIAPS, seeking analytical references in the Pierre Levy’s collective intelligence and Gilbert Somondon’s collective individuation. We use the intervention-research methodology based on René Lourau, Humberto Maturana and Francisco Varela and Gilbert Simondon’s propositions. We use three lines of analysis of this experience: The technology’s productivity, the problematic virtualized in this exercise and the collective updated by this. We point the technology’s potencies as apparatus of institutional intervention and the resistance to institutionalization as an element that promotes the collective that’s updated in the meeting between “Oficinando em rede” and CIAPS. At last, we stand out the politic action inside every research act.

Keywords: Intervention-research, collective, technologies, psychiatry reform

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEP – Comitê de Ética na Pesquisa

CIAPS - Centro Integrado de Atenção Psicossocial

CRS – Coordenadoria Regional de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

HPSP - Hospital Psiquiátrico São Pedro

SAIC - Serviço de Atenção Integral à Criança

SES - Secretaria de Saúde do estado do Rio Grande do Sul

SUS - Sistema Único de Saúde

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1: Composição do quadro de servidores e colaboradores do CIAPS ..	32-33
Figura 1: <i>Outdoor</i> da campanha “Loucura é a falta de leitos psiquiátricos”	44
Figura 2: Cartaz da campanha “Loucura é a falta de leitos psiquiátricos”	44
Figura 3: Cartaz da primeira fase da campanha “Crack nem pensar”	47
Figura 4: Cartaz da primeira fase campanha “Crack nem pensar”	48
Figura 5: Cartaz da segunda fase da campanha “Crack nem pensar”	48
Quadro 2: As posições e movimentos do real, virtual, atual e possível.....	65
Figura 6: <i>Website</i> produzido como exercício na oficina: <i>Jazz às pampas</i>	87
Figura 7: Planejamento da página inicial	88
Figura 8: Fase inicial da página “Ensino e Pesquisa”	92
Figura 9: Versão crua da página inicial.....	94
Figura 10: Sugestão de <i>design</i> para o <i>website</i>	94
Figura 11: Sugestão de <i>design</i> para o <i>website</i>	95
Figura 12: Primeira versão com <i>design</i> da página inicial.....	97

SUMÁRIO

1 PRIMEIRA ABERTURA	13
2 SEGUNDA ABERTURA: Guias metodológicos e afetivos - algumas pistas para acompanhar esse percurso	18
2.1 Conhecendo e transformando: bases da pesquisa-intervenção	19
2.2 De transformar a conhecer: operando a produção de conhecimento	23
2.3 Chegando ao Oficinando, chegando ao CIAPS: cruzando linhas de vida	26
3 CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS	30
3.1 Fortaleza visível da ordem: configurações do HPSP e do CIAPS	30
3.2 Castelo da consciência: a Reforma internada	39
4 OFICINANDO EM REDE	52
4.1 Um trabalho no gerúndio: inventando formas de pesquisar e intervir	52
4.2 Tecnologias e máquinas como dispositivos de intervenção	57
4.3 Virtualizando e individuando coletivos: as tecnologias como dispositivo de intervenção institucional	61
4.3.1 Virtuais	62
4.3.2 Individuação: sujeitos, coletivos e objetos técnicos	69
4.3.3 Inteligência Coletiva	75
4.4 Alinhavos da experiência	76
5 ENCONTROS	78
5.1 Percursos do projeto “Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva”	79
5.2 Oficina de produção do website: exercícios de virtualização	84
6 ENTRE OS ENCONTROS: LINHAS DE ANÁLISE	101
6.1 Tecnologias operando	101
6.2 Relações se virtualizando	104
6.3 Coletivos se atualizando	108
7 METAESTÁVEL: APONTAMENTOS PARA SEGUIR A CONVERSA	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido	123
ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do HPSP	124

1 PRIMEIRA ABERTURA

Este é um trabalho sobre o cotidiano. Não perca nunca o leitor essa perspectiva de vista. Mesmo nos momentos em que os conceitos acadêmicos ou as palavras rebuscadas travestirem sua forma, nunca se esqueça disso.

É um trabalho feito de ações. Reuniões de um grupo de pesquisa, reuniões de um serviço de saúde, oficinas com jovens, crianças internadas grudadas nas pernas das pesquisadoras, horas de leitura em grupo em busca de ferramentas teóricas, elaborações de resumos e apresentações de trabalhos, portas abertas e portas chaveadas, computadores que fogem às prescrições de funcionamento, imagens produzidas que prescindem as palavras, pedidos de jovens que sejam adotados pelos pesquisadores, percursos de acompanhamento, construções de *websites*, visões de contenções físicas a crianças que provocam “rebeliões”, portas abertas na saída do hospital, conversas sobre assistência técnica de máquinas, estômagos embrulhados com histórias de institucionalização, vontade de sair correndo, vontade de levar pra casa, frio de manicômio, horas contadas, jovens que a cidade não quer mais receber, grades transpostas, folhas de papel penduradas num varal...

Um cotidiano intenso de negociações e horários marcados, cobranças e decisões difíceis, “nãos” ditos e recebidos à queima-roupa, apostas em quem já não recebe mais nenhum olhar, choro contido e derramado, corpos cansados e resistentes...

Esse trabalho é feito no olho do furacão; ali onde se encontram a academia e a execução de práticas; no exato ponto em que ambos se abrem um para o outro. Não falamos aqui somente de um serviço da rede pública de saúde mental ou de um projeto de pesquisa. Falamos do que produz o encontro de ambos, e o que é produzido a partir dele.

A proposta deste estudo é a de um giro no olhar sobre o trabalho acadêmico. Não pretendemos falar somente dos efeitos de uma intervenção no local que nos

acolhe como pesquisadores. Queremos também colocar em análise o que ocorre do lado de cá, o que se produz na academia a partir daquele encontro. A experiência que nos levou a essa proposição é a parceria do projeto *Oficinando em Rede*, projeto de pesquisa desenvolvido pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS), serviço da rede pública de saúde mental, parte da estrutura do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e ligado à Secretaria de Saúde do estado do Rio Grande do Sul (SES).

A história conjunta do *Oficinando* e do CIAPS teve início em 2004. Desde então, o projeto vem realizando oficinas tecnológicas no serviço de saúde mental, utilizando a *internet*¹, a fotografia e a robótica com os jovens e crianças usuários do CIAPS. Tal proposta se assenta nos pressupostos da pesquisa-intervenção e busca analisar as possibilidades da tecnologia como ferramenta de intervenção em saúde mental. Em meados de 2008 o projeto propôs uma intervenção, com a equipe técnica do CIAPS, utilizando como dispositivo a construção de um *website*² do serviço. Entre seus objetivos está o de discutir os efeitos do ingresso das tecnologias digitais nos modos de trabalhar dos profissionais do CIAPS, além de analisar como as tecnologias digitais podem modificar a processualidade de coletivos que se empenham em desenvolver um hiperdocumento compartilhado. O projeto *Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva* (MARASCHIN, 2008) tem como base teórica principal os conceitos de Inteligência Coletiva de Pierre Lévy (1996, 1997, 1998, 1999, 2000) e de objeto técnico e coletivo transindividual de Gilbert Simondon (2008, 2009).

O estudo apresentado nesta dissertação parte dessa proposta específica. Inicialmente, pretendia acompanhar a intervenção realizada com a equipe técnica e as formas de coletivo que se atualizariam no exercício da construção do *website*. Ganhou outros contornos, porém, com a vivência da pesquisadora da experiência de passagens entre *Oficinando* e CIAPS. Assim, teve seu foco e objetivo ampliados.

1 Conjunto de meios físicos e programas usados para o transporte de informações. A denominação é oriunda da expressão *internetworking* (ligação entre redes) (COSTA, 1999).

2 Conjunto de páginas da web que façam parte de um mesmo endereço. Corresponde a um hiperdocumento, com todas suas imagens, vínculos e referências (COSTA, 1999). Na língua portuguesa, utiliza-se seu correspondente "sítio", mas optamos por seguir utilizando o original em inglês, visto que é o mais usual.

Debruça-se, agora, sobre o encontro de Oficinando em Rede e CIAPS, tendo como recorte privilegiado a intervenção proposta com os trabalhadores do serviço, agregando ainda, às oficinas que constituíram a intervenção, a produção que se deu junto a elas. São partes dessa produção as negociações com o CIAPS, reuniões do grupo de pesquisa, reuniões do Comitê de Ética na Pesquisa do HPSP, apresentações de trabalho em eventos acadêmicos, passagens pelos espaços do CIAPS e do Hospital, negociações com agências de fomento à pesquisa, reuniões com representantes da SES, e toda a sorte de encontros fortuitos da pesquisadora com os temas sobre os quais versa este trabalho.

Para a elaboração de nossa proposição de pesquisa utilizamos como conceitos articuladores a ideia de virtualização, compreendida como processo de transformação de um ser em outro, sendo o virtual o campo problemático, nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação; e a atualização, resposta a um problema, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades (LÉVY, 1996). A questão que formulamos, então, é: que formas de coletivo atualizam-se no encontro entre a equipe técnica de um serviço de saúde mental e a equipe de um projeto de pesquisa na elaboração de um *website* sobre o serviço?

Buscamos também a noção de individuação proposta por Gilbert Simondon (2008) para apoiar nossa proposta e análise: no encontro com o outro e na instabilidade provocada por ele, algo se produz. Tanto no ponto de intercessão entre os entes, quanto no próprio ente que se põe ao encontro.

Assim, nosso objetivo principal é analisar o encontro de Oficinando em Rede e CIAPS proposto na oficina de construção do *website*, enfocando as formas de coletivo que se produzem nesse processo e tendo como objetivos específicos:

- Acompanhar o processo de virtualização das práticas e da organização do CIAPS através do exercício de construção de um *website* do serviço pela equipe técnica do local.
- Acompanhar a passagem do Oficinando em Rede junto ao CIAPS no processo de construção do *website*.

- Mapear as atualizações que derivam desse encontro, focando no que tange a questões relacionadas a coletivos.
- Discutir as proposições da pesquisa-intervenção, principalmente em seu encontro com ferramentas tecnológicas.

O conceito de individuação de Simondon (2008) também delinea a conformação deste estudo. Ele toma uma forma que visa mimetizar o movimento da individuação. Temos clareza de que este é um processo de uma dinamicidade impossível de representar, mas apostamos nesse formato pelo que ele nos aguça como pesquisadores que navegam dentro desse encontro. Assim, apresentamos essa organização como uma provocação ao leitor, para que nos acompanhe nesta operação.

Antes de iniciarmos essa empreitada, temos uma segunda abertura, dessa vez metodológica, oferecendo alguns guias principais para o acompanhamento deste trabalho. Apresentamos as proposições epistemológicas da pesquisa-intervenção, baseadas em Lourau (2004a; 2004b), Simondon (2008; 2009) e Maturana e Varela (2007). Ainda, o conceito operativo utilizado na passagem do encontro ao conhecimento, a transdução (SIMONDON, 2008) e um recorte dos primeiros encontros da pesquisadora com este trabalho.

Os elementos que se põem ao encontro – CIAPS e Oficinando – são apresentados em capítulos próprios, numa tentativa de trazer junto a eles o que os acompanha nessa confluência: histórico, localização de intercessores teóricos e tecnológicos, embates discursivos nos quais se produzem. Estes capítulos são polvilhados de cenas, histórias e vivências que se produzem naqueles espaços ou que tenham relação com o Oficinando e o CIAPS.

O capítulo que trata especificamente do CIAPS faz um retorno histórico à construção do Hospital Psiquiátrico, no qual o serviço está inserido, passando pelas discursividades que o constituíram e que produziram o lugar do cuidado com crianças e jovens daquele estabelecimento. Chegamos até a coexistência dos modelos de cuidado à saúde mental, o manicomial e o baseado na Reforma Psiquiátrica. Seguimos, ainda, com uma visão contemporânea dos discursos que

incidem sobre o CIAPS atualmente, abordando principalmente a questão do direcionamento do cuidado aos usuários de substâncias psicoativas para os serviços de saúde mental, realidade que é presente e preponderante no cotidiano do CIAPS.

No capítulo dedicado ao projeto *Oficinando em Rede*, trazemos a pré-história do projeto, fase de preparação das oficinas, antes da chegada dos computadores ao CIAPS. Apresentamos, ainda, as balizas de funcionamento do *Oficinando* e os elementos do projeto “Exercícios de Inteligência Coletiva” dentro do qual este estudo se insere. Também expomos os intercessores teóricos que dialogam com o projeto e com esta dissertação.

Após, dedicamo-nos a falar do encontro produzido pela oficina de construção de *website*. Iniciamos com algumas situações que margearam a intervenção. Contamos, então, como aconteceram as oficinas de construção do *website* e alguns outros encontros que seguiram a partir das mesmas.

Passamos à análise desse percurso, elegendo três linhas discussão: na operatividade das tecnologias, discutimos o potencial de desterritorialização de relações a partir do acoplamento a ferramentas tecnológicas, bem como sua ação como objeto-ligação, capaz de fazer rolar a conversa entre os participantes. Nas problematizações que se virtualizaram, tomamos a emergência de um acirramento das dicotomias constitutivas de cada domínio (saúde mental e produção de conhecimento científico), assim como de um controle que age a partir da não concessão de condições para que práticas desinstitucionalizantes se efetuem. Ainda, os movimentos de resistência à institucionalização e criação em ambos os domínios. Tomamos a resistência como a potência que faz a atualização do *Oficinando em Rede* e CIAPS em um coletivo, assim como a operação das oficinas e da tecnologia, que colocaram ambos os elementos em um território comum.

Ao final, retomamos esse percurso, apontando seu caráter transitório e metaestável. Afirmamos a potência da tecnologia como ferramenta de intervenção institucional, bem como a pesquisa-intervenção como forma de produção de conhecimento que, além de intercessores teóricos, necessita da ação alinhada a estes intercessores, considerando que a ação política se faz a cada ato do pesquisar.

2 SEGUNDA ABERTURA: Guias metodológicos e afetivos - algumas pistas para acompanhar esse percurso

Nasci para administrar o à-toa
 o em vão
 o inútil.
 Pertengo de fazer imagens.
 Opero por semelhanças.
 Retiro semelhanças de pessoas com árvores
 de pessoas com rãs
 de pessoas com pedras
 etc etc.
 Retiro semelhanças de árvores comigo.
 Não tenho habilidades para clarezas.
 Preciso de obter sabedoria vegetal.
 (Sabedoria vegetal é receber com naturalidade uma rã no talo.)
 E quando esteja apropriado para pedra, terei também sabedoria mineral.
 (Manoel de Barros)

A produção deste estudo está assentada em uma relação entre unidades distintas em intermodulação: um grupo de pesquisa situado no domínio acadêmico ligado ao campo da Psicologia Social, que busca através de um enfoque interdisciplinar estudar o uso da tecnologia como forma de intervenção em domínios diversos (educação, saúde, trabalho) – o projeto Oficinando em Rede – e um serviço público de saúde mental situado no domínio das práticas em saúde, parte da estrutura de um hospital psiquiátrico – o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS). Relação esta na qual navego, partindo de minha inserção como pesquisadora que faz parte do projeto Oficinando em Rede.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as balizas que sustentam a relação na qual este estudo é produzido. Pensamos que estas se constituem como mais do que apenas ferramentas metodológicas: são guias que conformam esse encontro. Sua apresentação é fundamental para o acompanhamento do percurso que será desenvolvido neste trabalho, haja vista que a forma que o mesmo toma é resultado dessas balizas.

Ressaltamos que este guia não esgota as ferramentas metodológicas

utilizadas, mas apresenta a base conceitual que delinea este trabalho: a pesquisa-intervenção, composta a partir das considerações sobre produção do conhecimento de Rene Lourau (2004a; 2004b), Humberto Maturana e Francisco Varela (2007) e Gilbert Simondon (2008, 2009). E seguindo tal perspectiva metodológica, não se furta de apresentar os pontos de ancoragem da pesquisadora ao estudo: os afetos da chegada ao encontro de Oficinando em Rede e CIAPS. Capitais, uma vez que estes são parte do olhar que produz este trabalho.

Outros conceitos estão localizados nos próximos capítulos, bem como a operacionalização dos encontros que produziram o estudo.

2.1 Conhecendo e transformando: bases da pesquisa-intervenção

Partimos, neste estudo, de uma aposta metodológica baseada em Gilbert Simondon (2009), que propõe a análise das relações como constitutivas dos termos. A operação de compreensão de uma realidade parte do encontro e não da essência dos elementos presentes. Os termos, assim, não são unidades fechadas que devem ser descritas e analisadas como preexistentes, mas elementos em processualidade, que tomam forma no encontro com outros termos. A relação é uma modalidade do ser, não sendo externa aos elementos que a constituem, tal como o encontro entre Oficinando em Rede e CIAPS.

A partir disso, compreendemos que o ato de pesquisar se constitui no encontro entre os elementos – pesquisador e campo de pesquisa – e torna-se relação a partir deles, produzindo efeitos em ambos. Assim, interessa-nos o que acontece neste encontro, na conformação que estes elementos assumem a partir deste momento. Ao deixarmos uma posição substancialista, assumimos que não há uma identidade do ser em respeito a si, ou seja, há uma forma que está individuada, mas que contém uma realidade que não é somente idêntica a ela.

O ser é considerado não apenas a partir da forma que apresenta naquele

momento – sua individuação –, mas com a infinidade de potencialidades presentes em seu estado pré-individual, que continua compondo o ser individuado. Os elementos, assim, assumem naquele encontro uma forma, mas não é somente aquele indivíduo que é produzido. Sempre há uma margem de virtualidade no ser. O indivíduo³ é sempre uma realidade relativa, determinada fase do ser que supõe uma realidade pré-individual, anterior a ela, e que não encerra o processo de individuação, já que não há o esgotamento de todos seus potenciais.

Este processo, segundo Simondon (op. cit.), não pode ser conhecido de forma externa: é preciso individuar o conhecimento sobre ele, individuar-nos e individuar em nós. “A individuação do real, exterior ao sujeito, é apreendida pelo sujeito graças à individuação analógica do conhecimento no sujeito” (SIMONDON, 2009, p. 44). O conhecimento, assim, tem sua produção correlata a uma individuação do próprio ser. Tomamos esta operação como fundante, buscando produzir este estudo a partir do encontro entre o projeto Oficinando em Rede e o CIAPS, numa tentativa de individuar o conhecimento sobre essa experiência. Dessa forma, ensejamos produzir o que se estabelece nesta relação, realizando não somente uma análise do CIAPS a partir da intervenção que realizamos, mas a análise do que o encontro produziu, deslocando os acontecimentos para uma área comum, em que Oficinando em Rede e CIAPS são afetados.

Buscamos na Análise Institucional o *ethos* que anima nosso encontro com o CIAPS: a participação do projeto na elaboração e execução de diversas atividades no serviço – oficinas com usuários e técnicos – sempre foram acompanhadas por problematizações das práticas do local, atravessadas, ainda, por instituições como o manicômio. Para o movimento institucionalista, as instituições são normas, formadas pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades e as normas sociais já existentes. Atravessam todos os níveis dos conjuntos humanos, fazendo parte da estrutura simbólica dos grupos e indivíduos. Estas normas podem aparecer como fixas e eternas, descontextualizadas de sua produção histórica e temporal, formando o instituído. A Análise Institucional busca interrogar essa produção, provocando o questionamento em relação ao que está posto (LOURAU,

3 O termo indivíduos, nesta acepção, abarca todas as coisas do mundo: objetos (dos mais simples aos mais complexos), elementos naturais (rochas, cristais), seres vivos (animais, vegetais, humanos), coletivos, processos sociais e objetos técnicos.

2004a).

A análise de implicação é ferramenta fundamental nesse processo: opõe-se às pretensões de objetividade, pondo fim à busca de uma neutralidade analítica. A implicação seria uma produção simultânea aos analisadores, baseada na indissociabilidade entre a vida e as instituições. Assim como o campo de intervenção, o pesquisador também é atravessado pelo que o instituiu (LOURAU, op. cit.). A análise de implicação se constitui no exercício de reconhecer no próprio analista/pesquisador o que diz respeito também a si mesmo naquele campo de análise. Tal como a individuação do conhecimento proposta por Simondon, que pede a individuação do próprio ser que conhece, a análise de implicação pede ao pesquisador que este também seja elemento da análise que propõe.

Há naquele campo o encontro entre a macro – instituições – e a micropolítica – atualizações que trabalhadores do CIAPS e pesquisadores do projeto Oficinando em Rede fazem em suas práticas nestas instituições. Nesse encontro, Rocha e Uziel (2008) localizam a pesquisa-intervenção:

[...] considerando como desafio a analítica das implicações coletivas com a produção do sentido, processo que transversaliza metodologia e problema de pesquisa, produção de conhecimento e produção de modos de existência. Uma pesquisa está imersa em um campo de forças, constituindo e ao mesmo tempo sendo efeito dos saberes/poderes atravessados nos modos de subjetivação (p. 536).

O pesquisador atua percorrendo a trama do acontecimento, fazendo escolhas, puxando alguns fios que a compõem. Esses fios, numa perspectiva da Análise Institucional, podem ser compreendidos como analisadores e se constituem pelos acontecimentos, fatos, práticas, indivíduos que enunciam em seu funcionamento o instituído, o saber ou não saber de uma sociedade sobre si mesma, desnaturalizando o presente. O pesquisador não se posiciona como um intérprete, mas como agente de invenção de novas possibilidades, de rupturas de sentido (AGUIAR e ROCHA, 2007). Há, nessa perspectiva, uma inversão epistemológica, pois é produzida a união entre a análise e o fenômeno que o engendra (L'ABBATE,

2004). O analista toma essa posição a partir dos analisadores, o que os coloca em situação de primazia (LOURAU, 2004a).

Também a perspectiva de conhecer proposta por Humberto Maturana e Francisco Varela (2004) coloca a relação entre aquele que conhece e o que se coloca a conhecer como fundamental, pressupondo que não existem fatos ou objetos externos preexistentes, apreendidos pela percepção e capturados como representação fiel. Ao contrário, a experiência externa é validada de uma maneira particular pela estrutura humana, que torna possível aquela produção do conhecimento. A questão da estrutura – quais aparelhos físicos e biológicos proporcionam o acesso à experiência - é destacada, sendo apontada como a condição que possibilita o conhecer. Assim, ao considerarmos a impossibilidade de uma percepção total e fiel – vide a impossibilidade de distinguir na experiência ilusão de percepção – não podemos afirmar a existência de uma verdade única, mas de diversos domínios explicativos; a criação de mundos a partir do ato de conhecer.

O pesquisador resulta, de certo modo, do perguntar-se sobre o viver, não podendo constituir-se independentemente deste processo de interrogar-se. A construção de um domínio explicativo por um observador, assim, é a produção de uma realidade, que não se faz sem a validação de seus critérios pela comunidade que partilha daquele domínio, não sendo constituído por um conhecimento existente externamente àquela elaboração. Não há interpretação, nem desvelamento da verdade, mas produção (MARASCHIN, 2004).

Esta perspectiva do conhecer implica em uma postura radicalmente diferente frente ao conhecimento, sua produção e validação. Se não há uma verdade pura, e sim domínios explicativos diferentes, a aceitação da produção de outros domínios é legítima. Não há uma realidade, mas realidades assentadas sobre domínios diferenciados, partilhadas por coletivos. A negação de um domínio explicativo, assim, faz-se pela não concordância de seus pressupostos, e não pela afirmação de sua falsidade. Ao assumir um domínio explicativo, assumem-se suas explicações por partilhar seus valores e conceitos e não por ser o domínio verdadeiro (MATURANA, 2001).

A partir das interfaces entre as concepções sobre produção de conhecimento

destes autores, procuramos compor nosso caleidoscópio. Afastamo-nos de uma posição substancialista do ser e do mundo ao afirmarmos, a partir de Simondon, Maturana e Varela, que não há uma realidade a ser apreendida, mas relações que constroem mundos e conhecimento. Junto a todos os autores, acreditamos que nesta construção não somos seres inertes ou invisíveis, mas atuantes e também atravessados pelo que constitui nosso campo de intervenção e pesquisa. E ainda mais: afirmamos que não há produção de conhecimento sem produção de vida. Seja individuando o conhecimento em nós, compartilhando domínios explicativos ou realizando análises de implicação, colocamos nossa afetividade e corpo a serviço da tarefa de pesquisar. Somos também produzidos neste caminho, somos parte do que produzimos.

E nesse processo faz-se necessário que pensemos em ferramentas que nos auxiliem na travessia entre o que vivemos e o que produzimos. É preciso munir-se para dar corpo ao conhecimento.

2.2 De transformar a conhecer: operando a produção de conhecimento

Ao considerarmos que não há uma realidade a ser explicada ou apreendida, mas uma produção de conhecimento que ocorre no encontro entre elementos (nesse caso, CIAPS e Oficinando), aqui tomada a partir de diferentes conceitos operativos que se afastam de uma posição substancialista - individuação, produção de analisadores e de domínios explicativos – recorreremos à necessidade de uma operação que faça a passagem entre o *encontro* e o *conhecimento*.

Para isso, não é possível utilizar os postulados da lógica clássica, já que eles dirigem-se aos conceitos e relações que se aplicam aos resultados, aos entes acabados. A dedução, que constitui-se como a operação pela qual se conclui de uma ou várias proposições tomadas como premissas uma proposição que é a sua conclusão, e a indução, operação que remonta de certo número de proposições singulares dadas a uma proposição mais geral, têm como bases os princípios da

lógica aristotélica, todos baseados no substancialismo do ser.

Encontramos novamente em Simondon (2009) uma aposta para empreender a passagem *encontro-conhecimento*: o autor propõe a transdução como um novo conceito operativo, um processo mental e um caminho do espírito investigador. Este caminho consiste em seguir o ser em sua gênese, em completar a gênese do pensamento ao mesmo tempo em que se cumpre a gênese do objeto.

A transdução se constitui como uma operação que pode ser física, biológica, mental e social pela qual uma atividade se propaga no interior de um domínio, fundando esta propagação sobre uma estruturação de domínio operada de lugar em lugar. Nesta operação, cada região de estrutura constituída serve a região seguinte como princípio de estruturação, estendendo ao mesmo tempo uma modificação (i.e. gérmen de cristal expandindo-se) numa operação de contágio.

A transdução é o processo de individuação em progresso, a aparição correlativa de dimensões e de estruturas em um ser em estado de tensão pré-individual, ou seja, um ser que é mais que unidade e identidade. Os termos que se formam a partir dessa operação não preexistem a ela.

Diferencia-se da dedução porque não busca um princípio para resolver o problema de um domínio, mas retira a estrutura resolutória das tensões do próprio domínio, a partir dos próprios potenciais, não em formas estranhas a ele. Não é comparável à indução, pois esta, apesar de conservar as características dos termos de um domínio estudado, apenas conserva o que há de comum entre eles, eliminando as singularidades.

No domínio do saber a transdução é o caminho da invenção, que não é nem indutivo nem dedutivo, mas transdutivo e corresponde a um descobrimento das dimensões segundo as quais uma problemática pode ser definida.

E é este caminho que procuramos trilhar a partir de nosso encontro com o CIAPS: somos impulsionados por uma intencionalidade de desnaturalização da sua organização, materializada neste estudo por uma intervenção que propôs a construção de um *website* pela equipe técnica do serviço, bem como de nossa própria presença naquele espaço. Aportamos essa intenção na processualidade de

entes e relações e no potencial transformador do encontro que travamos para ambos – CIAPS e Oficinando.

Para isso, seguiremos a produção de analisadores durante esse processo e tomaremos a análise de implicação como guia para a produção de domínios explicativos. A transdução atua operando essa passagem, trazendo o caráter inventivo da produção de explicações, considerando não somente o que se vê como forma acabada, mas toda a virtualidade dos entes. Afirmamos, assim, o desafio evocado por Lourau (2004b):

É verdade que escrever dentro e sobre um outro campo de coerência institui um verdadeiro problema de escritura...transdutiva! Como atualizar tudo o que a instituição nos obriga a potencializar para sobreviver sem muita turbulência, como potencializar sem pejo a realidade do ato de pesquisa? (p. 216)

Ao nos alinharmos a essa proposta de produção de conhecimento, colocamos nosso corpo na pesquisa. Um corpo encarnado, marcado por outras passagens pelos lugares visitados agora como pesquisadores. Como afirmam Passos e Barros (2009), intervir é fazer um mergulho no plano implicacional em que as posições de quem conhece e do que é conhecido se dissolvem na dinâmica de propagação das forças instituintes, características dos processos de institucionalização. E é a partir desse mergulho que começamos a contar a história deste trabalho: submergindo nos afetos da chegada da pesquisadora ao encontro entre Oficinando em Rede e CIAPS. Uma inscrição necessária a quem se propõe a acompanhar o desdobramento deste estudo, uma vez que tais afetos são parte do que move a forma e o conteúdo do que está por vir.

2.3 Chegando ao Oficinando, chegando ao CIAPS: cruzando linhas de vida

Não sei por que, mas fui preparada para encontrar jovens e computadores. Uma oficina leve, talvez eu a imaginasse até banal. Algo que se chega de repente, sem precisar pensar muito, nem que exija uma grande mobilização de afetos. Subtraí o fato de que iria entrar em um hospital psiquiátrico de crianças e adolescentes. Simplesmente, subtraí (trecho de diário de campo).

Foi uma chegada despreziosa. Devendo cumprir um rito acadêmico da pós-graduação, deveria eu produzir uma dissertação. Escolher um tema, escolher um orientador, escolher um campo. As voltas que o ingresso em um programa de mestrado promovem levaram-me a tangenciar meu foco inicial, e precisei reaprender: novas referências, novas orientações, novos problemas, novos espaços. Encontro-me com um grupo de pesquisa com uma trajetória já estabelecida, trabalhando temas que eu margeava em outros ensaios como pesquisadora, porém com uma perspectiva teórica que diferia de grande parte de minhas experiências anteriores.

O Oficinando em Rede, assim, fez-se para mim um desafio. Na relação entre tecnologias e saúde mental eu era estrangeira. Não de todo, pois ambos os temas faziam parte de experiências anteriores – acadêmicas e de vida – mas aquela relação era um mistério. Angustiava-me a necessidade de compreender mais o que se passava nas oficinas, tema dominante nas reuniões do grupo de pesquisa. Assim, fui conhecê-las dentro do espaço em que elas ocorriam: o CIAPS.

Dirigi-me ao Hospital São Pedro como quem cumpre uma rotina, visita parte da paisagem do quintal. Na chegada, identificação na portaria. Naquele momento, senti o primeiro impacto que me recolocou a atenção em prontidão: um frio na barriga enquanto se é anunciado a quem nos aguarda. A espera pelo incerto da autorização para entrar, que, inevitavelmente, lembra que nem todos têm autorização para sair. Ao meu lado, um casal vindo do interior do estado, acompanhado de um menino, segue o mesmo ritual: querem ir ao setor de triagem. Os pais autorizados, o menino deve ficar. Diz a mulher da portaria: “eu não me

responsabilizo por ele, mas ele é grande, pode se virar”. Parecendo ter sete ou oito anos, em uma cidade estranha, em um prédio estranho, o menino deve ficar sozinho. Penso em seu terror, e talvez sinta também o meu, frente ao que estaria por vir.

A recepção por quem me aguarda é calorosa, cheia de sorriso. Acalento, mas não o suficiente para fechar os olhos para o casal que eu encontrara na portaria, agora sentados em um banco de madeira em uma construção em meio às árvores. Vegetação essa que revejo, após tantos outros olhares ao Hospital: as árvores vistosas são minha paisagem há um tempo. Na época, passava longos períodos em um apartamento cuja janela tem essa única vista: os fundos do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Também eu já havia andado por ali em outros momentos, quando realizei um estágio de familiarização no serviço de recreação⁴ do hospital.

O CIAPS fica “suspenso”. É preciso entrar em um prédio, atravessar um corredor onde funciona outro serviço do hospital, passar por outra portaria, subir uma escada em curva e entrar por uma porta devidamente chaveada. Lembra-me uma caixa branca pendurada, não toca o chão, não é aberto para a rua. Está realmente em uma borda (VIANA, 2008). Ao entrar, vê-se um corredor branco, reto, hermético, com portas iguais, diferenciadas por placas indicativas de suas funções. Algumas abertas, com crianças acompanhadas ou sozinhas. Naquele instante, dividi com o menino que ficou na portaria o terror de não saber o que haveria de vir. Somente ali me dei conta que estava em uma unidade de um hospital psiquiátrico que cuida de crianças e adolescentes. Crianças e jovens que são internadas no estabelecimento que materializa a instituição loucura.

Penso em muitas coisas nos segundos em que atravesso o corredor. Lembro da precaução para que realizássemos atividades no CIAPS à época do estágio, e da alegação de que “as crianças poderiam se apegar”. Lembro do mistério que envolvia aquelas construções acinzentadas para a criança que fui e cresceu nas vizinhanças do hospital. Invade-me o retorno da lembrança de infância que também eu já havia estado naquele mesmo prédio levada por minha mãe, em busca de atendimento no

⁴ Estágio com duração de um mês e frequência diária, e que é obrigatório para exercer outras modalidades de estágio. Eu o fiz no segundo ano do Curso de Psicologia, no serviço de recreação, que realizava atividades nas unidades de pacientes agudos do HPSP.

ambulatório que funcionava àquela época.

Uma, dentre as tantas portas iguais, guardada por um cadeado, é aberta. Finalmente, o laboratório de informática, do qual eu tanto ouvia falar nas reuniões de pesquisa. São cinco computadores organizados em mesas de frente para as paredes. Já estavam lá uma bolsista de pesquisa e duas jovens que participariam da oficina. Em frente aos computadores, as jovens muito desvoltas navegam pela *internet*. Um turbilhão de coisas ao mesmo tempo: não há riscos nessa navegação? Isso não é proibido? São jovens usuárias do ambulatório do CIAPS, com longos históricos de atendimento em serviços de saúde mental.

Olho para a rua pelas janelas gradeadas: o cinza de dentro contamina o olhar para fora. Parece conferir um colorido maior às telas dos computadores, que piscam, são iluminadas e fazem aquelas jovens andarem por espaços que a vista não alcança. As oficineiras propõem um *chat*⁵. Por alguns instantes, há um silêncio na sala e muita conversa via computador. Encanta-me a simultaneidade de atividades – há conversas ali e na *web*, há jogos e navegação por outros *websites*. A instituição total tem um buraco aberto, uma fenda, uma passagem de luz entre duas rochas. Há possibilidades. Mas quais? Como? Como borrar as fronteiras e fazer o mundo entrar? Ou melhor, a loucura sair?

A oficina termina. Antes de sair, sou levada ainda a atravessar uma nova porta de grades, que guarda a internação de adolescentes. “Tia, minha mãe vem quando? Tia, por que não posso usar a faixa de cabelo?”. Sinto um frio na espinha, um outro incômodo: vejo o manicômio na forma que eu já conhecera de outras experiências. A institucionalização, o corpo que não pode portar nada, a lenta passagem das tardes quentes em “salas ambiente”.

Livro-me e vou. Rápido, parece que preciso respirar. Refaço o caminho na volta e novamente vejo o menino esperando na portaria. Quietos, em frente ao elefante branco-cinza. Também saio calada, nem o pensamento fala mais. É preciso descansar.

E é dessa forma que me lanço a acompanhar os encontros do Oficinando e

5 Bate-papo na internet.

do CIAPS: emergindo de um turbilhão de afetos, no cruzamento de muitas linhas de vida. Buscando formas de produzir conhecimento a partir destes encontros, que foram muitos, de muitas forças. Seguindo, assim, a proposta de Simondon de individualizar o conhecimento em nós, propondo também que o leitor opere transdutivamente na leitura deste trabalho.

3 CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS

Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a passagem absoluta. Num certo sentido, ela não faz mais que desenvolver, ao longo de uma geografia semirreal, semi-imaginária, a situação liminar do louco no horizonte das preocupações do homem medieval – situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser fechado às portas da cidade: sua exclusão deve encerrá-lo; se ele não pode e não deve ter outra prisão que o próprio limiar, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior, e inversamente. Postura altamente simbólica e que permanecerá sem dúvida a sua até nossos dias, se admitirmos que aquilo que outrora foi fortaleza visível da ordem tornou-se agora castelo de nossa consciência (FOUCAULT, 1978, p. 12).

Esta seção tem como objetivo apresentar o Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS), um dos elementos que compõem este trabalho. Essa apresentação é formada por algumas características deste serviço – localização na rede, configuração do trabalho, equipe. Além destes dados descritivos e históricos, contém ainda um olhar próprio da pesquisadora, incluindo algumas passagens dos muitos encontros que formam este trabalho. A partir destes elementos, desdobra-se uma discussão sobre os modelos de cuidado em saúde mental, focando a tensão entre o modelo manicomial e o proposto pela Reforma Psiquiátrica.

3.1 Fortaleza visível da ordem: configurações do HPSP e do CIAPS

O CIAPS é um serviço que presta atendimento em saúde mental a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. É parte da estrutura do Hospital Psiquiátrico São Pedro, ligado a Secretaria de Saúde do estado do Rio Grande do Sul (SES), atuando através do Sistema Único de Saúde (SUS). Possui um serviço de internação, com 10 leitos para crianças e 10 leitos para adolescentes, que atende a

algumas regiões do estado⁶, e um ambulatório, destinado a atender crianças e adolescentes da região na qual o serviço está localizado, na cidade de Porto Alegre⁷. Assim, é possível afirmar que o CIAPS está inserido em duas redes distintas – uma estadual, como serviço de alta complexidade, e outra municipal, como serviço de média complexidade. Estas duas formas de intervenção acontecem em um mesmo espaço físico, localizado em um prédio que margeia o hospital com a calçada de uma movimentada avenida.

O serviço conta com o seguinte quadro de técnicos, servidores e colaboradores:

Assistente Social	2
Terapeuta Ocupacional	1
Auxiliar de Enfermagem	16
Enfermeira	1
Médico Clínico	2
Médico Neurologista	1
Médico Foniatra	1
Médico Psiquiatra	2
Profissional de higienização	4
Professor	1
Psicólogo	3
Psicopedagogo	3
Recepcionista	1
Residente	7
Segurança	2

6 Atende prioritariamente às cidades pertencentes à 1ª coordenadoria regional de saúde (CRS), comporta pelos municípios de Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, Porto Alegre, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão; 2ª CRS: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Brochier, Butiá, Camaquã, Cambará do Sul, Capela de Santana, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Eldorado do Sul, General Câmara, Guaíba, Harmonia, Igrejinha, Maratá, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Montenegro, Pareci Novo, Parobé, Riozinho, Rolante, Salvador do Sul, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Taquara, Três Coroas, Triunfo, Tupandi e 18ª CRS: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá (SEÇÃO DE SAÚDE MENTAL E NEUROLÓGICA, 2008).

Recebe, ainda, algumas demandas provenientes de outras cidades fora destas regiões.

7 A região compreendida pelos bairros Partenon, Agronomia e Lomba do Pinheiro da capital gaúcha.

Estagiários	11
-------------	----

Quadro 1: composição do quadro de servidores e colaboradores do CIAPS.

Os profissionais organizam-se em equipes de trabalho no serviço: uma que se dedica à internação e outra ao ambulatório. Há ainda a divisão por faixa etária do público atendido: há os profissionais que se atuam exclusivamente no trabalho com crianças e outros que trabalham com os jovens. Ambas as equipes são multiprofissionais e alguns técnicos estão em mais de uma modalidade de atendimento.

Tendo em vista que nossa proposta de trabalho debruça-se principalmente sobre a equipe de profissionais do CIAPS, é relevante que conheçamos a trama de acontecimentos que levou a constituição do próprio serviço e, por consequência, dessa equipe. O estudo desenvolvido por Scisleski (2006) analisa como se produz a internação de jovens no CIAPS através de seus percursos por redes sociais. São parte de sua análise as configurações do atendimento a crianças e adolescentes no HPSP até a confluência do CIAPS. Considerando o minucioso trabalho da autora, que busca compor essa história a partir de documentos do hospital e entrevistas, valemo-nos de suas análises neste trabalho. Também tomaremos aqui as análises de Wadi (2002), que estuda a constituição do discurso médico-psiquiátrico no hospício, tendo o Hospital Psiquiátrico São Pedro como objeto de análise. Tal estudo torna-se importante para este trabalho, pois apresenta a forma como a instituição dos discursos sobre a loucura e sobre o atendimento prestado aos sujeitos que passam por esta experiência materializou-se no local em que realizamos nosso trabalho.

Ambos os estudos nos auxiliam na constituição da ecologia que nos propomos a percorrer. O retorno a acontecimentos de mais de um século atrás é importante para acompanharmos a atualização que compõe o CIAPS, percorrendo a confluência que levou à produção do São Pedro e do atendimento a crianças e adolescentes neste espaço. Voltamos ao passado para apurarmos nosso olhar ao presente, navegando pela história que constituiu não somente os prédios já envelhecidos, mas também as práticas que acontecem hoje dentro deles.

O Hospital Psiquiátrico São Pedro foi inaugurado em 1884, com o intuito de

abrigar os alienados, antes recolhidos à Santa Casa de Misericórdia e à Cadeia Civil, recebendo o nome de Hospício São Pedro. Dentre os argumentos que impulsionaram a criação do local, estão a falta de espaço nos locais que até então abrigavam estas pessoas, a necessidade de uma separação destas dos outros doentes, para que efetivamente recebessem tratamento e não oferecessem riscos aos outros, e como uma forma de responsabilização da sociedade em relação a proteção dos “deserdados da razão”. Um trecho do relatório apresentado, em 1874, pelo religioso José Antônio Coelho Junior, provedor da Santa Casa de Misericórdia, afirma que “os membros da Santa Casa, bem como os cidadãos eminentes da Província, sabem que os estabelecimentos desta espécie são os atestados mais fiéis da religião, da moral e da civilização de um povo” (COELHO JUNIOR, 1874, apud WADI, 2002, p. 57-58).

A mobilização para impulsionar a criação do Hospício foi capitaneada pelo provedor Coelho. Este realizou campanhas diversas junto ao governo do Brasil e da província, assim como a grupos de apoio da sociedade, na busca de verbas, até que o governo provincial assumisse para si a tarefa de constituição do Asilo. Reunidas as condições necessárias – escolha do terreno no fim da Estrada Mato Grosso⁸ e verba suficiente para o início da obra – a pedra fundamental foi lançada no dia 02 de dezembro de 1879. O secretário da solenidade à época escreveu:

Em um vão aberto na dita pedra fundamental foi colocada uma caixa de zinco contendo uma caixa de madeira, dentro da qual foram depositadas pelo mesmo Exmo. Sr. Presidente da Província moedas nacionais de cobre, níquel, prata e ouro e todas as gazetas do dia impressas nesta capital e bem assim uma folha de papel holandês com a seguinte inscrição: “Felizmente para os Brasileiros Sua Majestade o Senhor D. Pedro Segundo o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil quando no dia dois de Dezembro de mil oitocentos setenta e nove Aniversário Natalício do Mesmo Augusto Senhor, nesta leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre, Capital de Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o Exmo Sr. Doutor Carlos Thompson Flores, Presidente da mesma província lançou a pedra fundamental deste edifício, em execução ao disposto na Lei Provincial nº 944 de 13 de Maio de 1874 e no parágrafo 4º do artigo 5º da Lei nº 1220 de 16 de maio de 1879, para nele serem tratados os infelizes acometidos de alienação mental. Para perpetuar memória vai esta inscrição ser guardada na pedra fundamental deste edifício para que com ele vá até a mais remota posteridade”. Sendo o sobredita caixa de zinco bem fechada e soldada por todos os lados para em tempo algum se lhe comunicar a luminosidade e

8 Atual Avenida Bento Gonçalves.

poder por este modo perpetuar-se a memória da construção daquele edifício [...] (SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. Ata de lançamento da pedra fundamental do Hospício São Pedro em 2 de dezembro de 1879. Arquivo Aurélio Bittencourt /IHRGS, n.7, lata 30 *apud* WADI, op. cit., p. 67).

Partilhamos com a Wadi (op. cit) a análise de que o discurso que deu sentido à luta pela constituição do Hospício encontra no momento do lançamento de sua pedra fundamental e de sua fixação. E o reproduzimos aqui como forma de trazer a este trabalho a monumental aposta na instituição que ali se constituía e em sua perpetuação até a “mais remota posteridade”.

É importante ressaltar que nesse momento a capitania de todo o movimento está ligada a Santa Casa de Misericórdia, instituição filantrópica de preceitos religiosos. O discurso que impulsiona a criação do Hospício ainda tem pouca participação de um saber médico-científico. A partir da abertura do São Pedro em 1884, este passa a contar com uma direção “administrativa”, para a qual estava encarregado o Provedor da Santa Casa de Misericórdia e um Médico-Diretor. A atividade médica, segundo o regulamento do Hospício, estava subordinada à direção máxima, posta no Provedor. Ou seja, um leigo julgava as ações médicas, o que causava mal-estar ao Médico-Diretor. Um exemplo disso é a admissão de pacientes, feita à época somente com a autorização do Provedor, que nem sempre, segundo o médico afirma em relatórios, preocupava-se com a busca de informações necessárias para a realização do tratamento das “moléstias”.

A partir da proclamação da República, em 1889, o Hospício passa a ser gerenciado pelo governo provincial, que nomeia um Médico como diretor-geral. Seguem as disputas pela hegemonia de saber sobre a loucura no hospício, uma vez que, apesar das modificações das normas que regiam a organização da instituição, a partir de preceitos “científicos”, a execução cotidiana ainda contraria boa parte das indicações da direção, principalmente no que diz respeito à admissão de pacientes. Também por diversas vezes, a disposição do espaço físico recebeu críticas pelos médicos em seus relatórios, não sendo considerado adequado para o tratamento.

Em 1925 um novo regimento é produzido, trazendo uma participação maior

das postulações da medicina psiquiátrica às regras da instituição. Seu nome também é modificado: o Hospício passa a chamar-se Hospital São Pedro. Também é criada a legislação que regulamente a “assistência aos alienados”, indicando como devem funcionar os estabelecimentos públicos que trabalham com aquela população, quem ministrará a assistência, de que forma, através de quais instrumentos, como será a admissão das pessoas (WADI, 2002).

A partir desse momento, uma crescente participação da medicina psiquiátrica no São Pedro começa a se instaurar, principalmente com a frente do médico Jacintho Godóy, que cumpre dois mandatos na direção do hospital: 1926-1932 e 1937-1950. As técnicas terapêuticas se multiplicam, assim como o número de pessoas atendidas. Em seu segundo mandato, o número de internos chega a 5000 (cinco mil) pessoas (SCISLESZKI, 2006).

Dentre as ações ocorridas neste período, merecem destaque neste trabalho aquelas que levaram a atuação do agora Hospital para fora de sua estrutura de internação: a criação de um serviço ambulatorial, cujos desdobramentos serão desenvolvidos mais adiante, e o Curso de Biopsicologia Infantil. As ações da medicina psiquiátrica, em campos que não somente aquele dos alienados já identificados, são impulsionadas pelo movimento que modifica o estatuto da loucura, colocando-a agora como doença mental, obra dos estudos do médico alemão Emil Kraepelin. Assumindo a posição de doença, é agora passível de identificação e prevenção precoce.

O Curso é ministrado por psiquiatras do São Pedro e coordenado por Gódoy. É dirigido aos professores de escolas públicas, com a finalidade de instrumentalizar os educadores para que detectassem sinais em seus alunos da presença de psicopatologias. Segundo Scisleszki (op.cit.), o médico apresenta aos professores a classificação da doença mental em crianças como idiotia ou imbecilidade e idiotia moderada, seguindo observações na população internada no hospital. A autora destaca o fato de que à época não existiam classificações diagnósticas standardizadas (tal como o CID-10, atualmente), sendo esta diferenciação apresentada por Godoy uma inovação.

Os professores são colocados como moralmente responsáveis pelo futuro de

seus alunos, sendo o conhecimento sobre os aspectos para a detecção da doença mental uma necessidade dos educadores. Porém, destaca Godóy, somente o médico é capaz de fazer o diagnóstico preciso. Na análise de Scisleszki (op.cit.), há nesse movimento, além de uma ação ligada à prevenção, uma aproximação do saber psiquiátrico à população, pulverizando a necessidade social dessa especialidade. Nas palavras do médico, para aquelas crianças que não fossem observadas adequadamente por seus professores, e conseqüentemente, não tivessem suas patologias identificadas e tratadas por um médico psiquiatra, havia somente a cadeia ou o hospício como destinos possíveis.

Há registros de internação de crianças e adolescentes no São Pedro desde os primórdios de seu funcionamento, com um aumento crescente. Os principais diagnósticos eram o de oligofrenia (idiotia) e epilepsia. Aproximadamente a partir de 1960, a situação se modifica, principalmente com o fortalecimento de instituições que se dedicam ao tratamento de deficientes e da emancipação da neurologia da psiquiatria. Começam a chegar ao hospital crianças e adolescentes com outros diagnósticos, tais como psicose, autismo, agitação psicomotora.

Segundo Scisleszki (op.cit.), esse movimento leva a criação do Serviço de Psiquiatria Infantil, em meados de 1970, contando com uma unidade de internação própria para crianças. Os adolescentes seguem sendo internados junto aos adultos, e o que conta para essa divisão, mais do que a idade, é a aparência dos pacientes. Assim, o desenvolvimento físico (crescimento dos seios, presença da menarca e de pelos pubianos) é que determinava se o paciente ficaria junto às crianças ou aos adultos.

A autora ressalta outros movimentos importantes dentro do São Pedro ocorridos nessa época: o afastamento das religiosas que coordenavam as unidades do hospital e exerciam funções de enfermagem e sua substituição por profissionais técnicos, tais como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros. A ação indicaria um reforço do poder médico no hospital, coroado pela inserção do termo “psiquiátrico” na nomenclatura do estabelecimento. Consolida-se assim o nome que o acompanha até a atualidade: Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Scisleszki (op.cit.) chama a atenção para o fato de que estes movimentos

acontecem na época que se iniciavam as articulações do Movimento Antimanicomial dos Trabalhadores em Saúde Mental em nível nacional. A administração do São Pedro, assim, reforçava o modelo psiquiátrico de atenção em saúde mental no momento em que este começava a ser contestado por um conjunto de trabalhadores da área, indo na contramão do movimento que geraria as proposições da Reforma Psiquiátrica.

Por volta de 1980, o Serviço de Psiquiatria Infantil passa a chamar-se Serviço de Atenção Integral à Criança (SAIC), atendendo crianças de 6 a 12 anos nas modalidades de internação e hospital-dia. O público do Serviço é oriundo do interior do Rio Grande do Sul. Já o outro serviço que atende a crianças, o Ambulatório Melanie Klein, atua junto ao público das adjacências do hospital. O serviço consolida-se na década compreendida entre 1960 e 1970, fruto de remodelações do ambulatório criado por Jacintho Godóy em torno de 1950. Em sua estrutura estão presentes profissionais da psiquiatria, neurologia, serviço social e psicologia, que prestam atendimento também a adolescentes e adultos.

Em 2001, o atendimento a crianças e adolescentes no HPSP sofre modificações em resposta a uma determinação judicial baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Ministério Público do Estado move ações contra o estado do Rio Grande do Sul em 1999 e 2000, alegando que este não cumpre os princípios do ECA ao não ter um espaço diferenciado para a internação de adolescentes.

O acordo firmado entre o estado e o Ministério Público para a construção de um serviço para o atendimento de crianças e adolescentes recomendava a constituição de uma estrutura seguindo a legislação regulamentadora do atendimento em saúde mental vigente à época. Em ambas as esferas, estadual e federal, as premissas que baseavam a legislação eram da Reforma Psiquiátrica (LEI ESTADUAL 9716/92 e LEI FEDERAL 10216/01). Assim, o serviço é criado como um Centro de Atenção Psicossocial, constituindo-se como o CAPS/HPSP. Para a montagem desse serviço é composta uma equipe por profissionais oriundos do SAIC (que deixa de existir) e do Ambulatório Mélanie Klein, além de técnicos contratados especialmente para esse fim. Scisleszki (op.cit.) lembra que naquele momento não havia ainda legislação que normatizasse exatamente a organização e função dos

CAPS.

Porém, em 2002, o Ministério da Saúde, através da portaria GM/MS 336/02, regulamenta o funcionamento dos CAPS, deixando clara sua atuação como serviço substitutivo à internação psiquiátrica. Segundo a portaria, o CAPS deve atender a pessoas ligadas ao território em que o serviço está inserido e não pode estar atrelado a estabelecimentos hospitalares psiquiátricos. Define, ainda, o recadastramento dos serviços já organizados como CAPS a partir de parecer técnico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002).

A partir da regulamentação destas características, o serviço do São Pedro não pode mais denominar-se como CAPS, pois não se enquadra nessas definições. Além de fazer parte da estrutura do hospital psiquiátrico, seguia o atendimento a públicos diferenciados, antes prestados pelo SAIC, no caso da internação – interior do estado – e pelo Ambulatório Mélanie Klein – vizinhanças do hospital, na capital. Scisleszki (op. cit.) comenta que à época dessa modificação os trabalhadores do serviço buscaram apoio do hospital para organizá-lo de forma que pudesse ser credenciado como um CAPS, conforme a nova legislação, o que acabou por não se concretizar. Em 2005, então, o serviço passa a adotar o nome atual, Centro Integrado de Atenção Psicossocial e a sigla CIAPS. Segundo Scisleszki (op.cit.) o nome foi escolhido pela similaridade da sigla com a que se originava do antigo nome.

As marcas do desejo de que o serviço atuasse como um CAPS, presente em grande parte da equipe, seguem materializadas naquele espaço, tal como na placa com a inscrição “CAPS – Centro de Atenção Psicossocial”, seguindo o mesmo padrão das placas que sinalizavam as salas do serviço, guardada na prateleira de uma pequena estante na sala da equipe. Nesta mesma sala, outro objeto atualiza a convivência desse desejo com a institucionalização de uma forma de cuidado em saúde mental “enterrada” junto à pedra fundamental do São Pedro: um mapa da cidade de Porto Alegre, provavelmente editado na década de 1970, marca no espaço da cidade o São Pedro como “Hospício”. Como uma ironia, o nome da editora – Trieste⁹ – impresso na parte de baixo do mapa e bem à vista dos olhos,

9 Cidade italiana que é símbolo da Reforma Psiquiátrica italiana, modelo no qual a Reforma

lembra uma forma de relação com a loucura que vai à contramão de estabelecimentos como o hospício. Pistas de que muitas forças coexistem naquele espaço, e que seguem pulsando e se atualizando.

Algumas dessas forças podem ser pensadas a partir das proposições da Reforma Psiquiátrica, proposta que reformula a política de atendimento em saúde mental. Como atua, porém, a Reforma Psiquiátrica em um estabelecimento refratário a seus princípios?

3.2 Castelo da consciência: a Reforma internada

A partir da transição do modelo manicomial para a Reforma Psiquiátrica houve o redirecionamento da assistência ao portador de sofrimento psíquico, instituindo a indicação do fim dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por serviços descentralizados (BRASIL, 2001). Este processo não se constitui somente como uma mudança de procedimentos terapêuticos, implicando em modificações mais extensas. Buscamos em Rotelli (1990) a definição da amplitude deste processo, através de sua análise sobre a Reforma Psiquiátrica:

[...] processo social complexo, que se configura na e pela articulação de várias dimensões que são simultâneas e interrelacionadas, que envolvem movimentos, atores, conflitos e uma tal transcendência do objeto de conhecimento que nenhum método cognitivo ou teoria podem captar e compreender em sua complexidade e diversidade (ROTELLI, 1990 *apud* AMARANTE, 2003 p. 48-49).

Neste mesmo sentido, Paulo Amarante (2003) propõe a compreensão sobre a

Reforma Psiquiátrica a partir de quatro dimensões:

- *Epistemológica ou teórico-conceitual*: a clínica em saúde mental torna-se vetor de criação de possibilidades, produção de sociabilidades e subjetividades. Torção da posição do louco de objeto de saber a sujeito. A relação a ser estabelecida não é com a doença, mas com o sujeito da experiência. Rupturas com os conceitos de doença, terapêutica, cura, ciência, técnica, verdade, etc.

- *Técnico-assistencial*: modificação do modelo de atenção em saúde mental, que deixa de acontecer em serviços fechados e passa a acontecer de forma descentralizada, em serviços substitutivos, não afastando o sujeito das redes sociais.

- *Jurídico-política*: redefinição das relações sociais e civis em termos de cidadania, de direitos humanos e sociais; garantia da participação social.

- *Sociocultural*: definida como o maior objetivo da Reforma Psiquiátrica, implica na transformação do lugar social da loucura, ou seja, a transposição do imaginário social que liga a loucura à incapacidade do sujeito em estabelecer trocas sociais e simbólicas. O aspecto estratégico desta dimensão se configura como o conjunto de ações que visam transformar a concepção da loucura no imaginário social, transformando as relações entre loucura e sociedade.

Esta esquematização é útil na compreensão da magnitude do desafio impingido por este processo, e na delimitação dos focos de discussão, ação e pesquisa nesta área. O entrelaçamento de elementos e dimensões da Reforma torna a configuração de serviços que prestam atendimento em saúde mental muito delicada; já que o saber sobre a loucura é construído de formas diferentes pelas diversas áreas que se propõem ao cuidado do sujeito que passa por esta experiência, e que compõem as equipes de trabalho neste setor. A atenção e cuidado à saúde mental comprometida com a não-institucionalização dos sujeitos e descentralização dos cuidados exigem uma reflexão mais ampla do que somente a execução de práticas, a criação de dispositivos de intervenção diferenciados, bem como estratégias de ocupação de espaços antes não explorados pelos portadores de sofrimento psíquico.

O Ambulatório Melanie Klein segue em atividade no HPSP. Sua estrutura, atualmente, atende principalmente ao público adulto da rede pública de saúde mental na região da cidade em que o hospital está inserido. Oferece atendimento psiquiátrico a crianças, porém somente atrelado a uma pesquisa sobre medicação com este público. No fim do corredor deste ambulatório está o CIAPS, que atende em nível ambulatorial, sem contar, atualmente, com um médico psiquiatra na equipe. Há aí uma diferença nas concepções sobre o cuidado em saúde mental. O ambulatório do CIAPS busca produzir ações que abranjam dimensões variadas do sofrimento psíquico, o que o faz sustentar-se, apesar de não possuir um médico psiquiatra na equipe. Já o atendimento de crianças realizado pelo outro serviço ambulatorial do hospital está ligado exclusivamente à terapêutica medicamentosa, sem se deter a outros aspectos. Segundo os profissionais que atuam no ambulatório do CIAPS, a referência ao outro serviço ambulatorial do HPSP é utilizada em casos em que não há possibilidade de acionar outras redes para conseguir o atendimento médico, uma vez que as propostas terapêuticas, em geral, colidem.

Em estudo realizado com os jovens que são usuários do CIAPS, Scisleski, Maraschin e Silva (2008) enunciam o papel paradoxal do CIAPS, ao atuar como via para ajudar os jovens a encontrar outras estratégias de vida, bem como para amarrá-los cada vez mais em um lugar estigmatizante e sem saída. Assim, vemos novamente essa atuação do CIAPS: contém em si um serviço ambulatorial que sustenta práticas alinhadas a desinstitucionalização, compreendendo a complexidade do atendimento em saúde mental, diferindo-se, inclusive, do outro atendimento ambulatorial prestado no hospital. Ao mesmo tempo, atua como serviço de internação, seguindo as prerrogativas do trabalho como uma unidade do HPSP.

Lancetti (2006) assinala que as ações de saúde mental que ocorrem no território geográfico e existencial, ou seja, fora das ações tradicionais de exclusão, são as que se constituem como mais complexas, em oposição à concepção do sistema de saúde, que considera as ações hospitalares como de maior complexidade. É o que o autor chama de complexidade invertida, já que é nestes espaços que o maior enredamento se dá: são necessárias novas ferramentas de trabalho para suportar crises, promover relações vinculares, compreender o significado de um desequilíbrio psíquico. Nesse sentido, simplificado seria a redução

de vida do paciente cronicado em atendimentos tradicionais.

Simplificado, porque o mundo está todo aí nos espaços-tempos do hospício ou da clínica psiquiátrica. Complexo, porque no atravessamento do território geográfico com o território existencial somos obrigados a fabricar mundos (LANCETTI, 2006, p. 109).

Como fabricar mundos atuando dentro de um Hospital Psiquiátrico, que pela legislação deveria estar sendo extinto, mas que, ao contrário, ganha notoriedade por oferecer respostas a uma rede substitutiva de atendimento em saúde mental ainda frágil?

O saber psiquiátrico tem-se mostrado profícuo em manter uma posição privilegiada de manutenção de seu espaço de ordenamento da loucura. Mesmo após uma normativa legal que condiciona o cuidado ao louco de forma mais ampla do que somente a via biológica, a ciência médica mantém a coordenação das ações nesta área. Mais do que manter-se, a Medicina promove tentativas de dissuadir as proposições da Reforma, como o fim da internação em hospitais psiquiátricos, substituídos por serviços descentralizados e internações em hospitais gerais.

São notórias em nossa cidade/estado as campanhas encabeçadas por entidades representativas de profissionais médicos e o debate midiático reeditado periodicamente. Um exemplo ilustrativo recente é a campanha “Loucura é a falta de leitos psiquiátricos” empreendida pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em 2007 que questiona o modelo da Reforma e apresenta o leito psiquiátrico como a solução para os problemas da atenção descentralizada. *Outdoors* foram espalhados pela cidade de Porto Alegre, em pontos movimentados. Primeiramente, somente com a palavra LOUCURA estampada.



Figura 1: *Outdoor* da campanha “Loucura é a falta de leitos psiquiátricos”.

Após uma semana, foram substituídos por outros com a identificação do SIMERS e o questionamento da falta de leitos psiquiátricos.



Figura 2: Cartaz da campanha “Loucura é a falta de leitos psiquiátricos”.

Ambas as imagens estavam disponíveis na *internet*, no *website* do SIMERS à época da campanha, assim como as peças publicitárias repetindo a frase “Loucura é falta de leitos psiquiátricos” veiculadas em rádios de grande audiência (SINDICATO MÉDICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2007).

A campanha parecia ter como alvo a população em geral, ao utilizar meios de comunicação de massa para expressar posicionamento sobre o tema e buscando afirmar o poder sobre a questão, apesar das normativas legais, e mesmo após tentativas de questionamento por esta via. Em 2005, o Projeto de Lei 040/2005 propôs a revisão da Lei nº 9.716 de 1992, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica

no Rio Grande do Sul. Dentre as modificações, o Projeto de Lei propunha a abertura de novos leitos em Hospitais Psiquiátricos (RIO GRANDE DO SUL, 2005). O SIMERS, em 2006, propôs à Assembléia Legislativa uma revisão na assistência pública à saúde mental no Estado, defendendo a mesma ação (SINDICATO MÉDICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2006). Ambas tentativas não obtiveram sucesso.

É fato que a efetuação das políticas públicas para atender a saúde mental está longe de atingir o ideal apregoado pela legislação. Existem, realmente, deficiências nas redes de cuidado. Porém, o fato não justifica uma volta ao modelo anterior de cuidado, baseado na centralização de tratamentos mentais no hospital e na reclusão.

Estas são pistas que nos levam a dimensionar o poder que se concentra nesta qualidade de saber e na categoria profissional que a empunha na atualidade. As práticas médico-biológicas se encontram fortalecidas na saúde mental, apesar de se mostrarem insuficientes para atender o sujeito que precisa de cuidados nesta área. Toda uma acumulação histórica de práticas baseadas somente neste paradigma pesa sobre a construção de outras formas de tratar a loucura.

Nesse mesmo sentido, Rauter e Peixoto (2009) afirmam que estamos vivendo uma nova afirmação da psiquiatria biológica, não direcionada somente aos psicóticos ou loucos, mais aos ditos “normais”, através da crescente patologização e consequente medicalização do cotidiano. Tais práticas atuam como dispositivos de controle contemporâneo, com caráter abrangente e global. Assim, além de ampliar sua atuação na vida, afirmando que novos comportamentos são desviantes em menor grau (i.e. crianças agitadas, mulheres tristes, adictos das mais diversas ordens), segue atuando no controle aos sujeitos que chegam a ter experiências mais extremas de sofrimento psíquico.

Podemos pensar, a partir das análises dos autores, que a psiquiatria segue atuando na produção de novas formas de loucura e na consequente oferta de novas respostas a elas. Uma nova psiquiatria para uma nova loucura. Obviamente, não afirmamos aqui, *strictu sensu*, que a medicina psiquiátrica atua individualmente nesse ínterim. Tal como diversas instituições e disciplinas, assume a partir de

confluências de forças o papel de “sabedor” sobre a vida, e nesse caso, sobre a loucura. Um papel que não assume sozinha, mas transfere também aos diversos especialismos que atuam em conjunto na atenção às questões de saúde mental atualmente.

As formas diversas de “males” que levaram crianças e adolescentes às internações no São Pedro em um período compreendido entre 1884 e 1937 são abordadas por Silva *et al* (2008) em um estudo que se valeu de informações dos prontuários e papeletas do estabelecimento. Em um primeiro momento, de 1884 a 1920, estão mais ligados a causas orgânicas, definidos como idiotia, imbecilidade ou mesmo epilepsia. De 1920 a 1929, os diagnósticos começam a apresentar ligação com estados maníacos e seus gradientes, sendo descritos como melancolia, psicose maníaco-depressiva. Surgem muitos encaminhamentos ligados à caracterização moral, definindo comportamentos como “erros de conduta”, “carregados de maus propósitos”, com “intenção de prática do mal”. Na década de 1930, predominaram os diagnósticos de esquizofrenia e psicose, acompanhados de uma ideia de degeneração. Apesar dessa descontinuidade das formas que foram classificadas como moléstias mentais, as autoras ressaltam que há uma continuidade em relação às estratégias de exclusão social. A pobreza e a delinquência estão presentes em grande parte das histórias, fato que não se modificou até os dias atuais. O estudo de Scisleszki, Maraschin e Silva (op.cit.) realizado com jovens, mostra que estes chegam ao CIAPS, em sua maioria, através de percursos de marginalidade social, muitos através de encaminhamentos judiciais. Os diagnósticos, no período do estudo (2001 a 2005) eram principalmente ligados ao uso de substâncias psicoativas, o que se mantém na época da realização deste trabalho (2008 a 2010).

O usuário de substâncias psicoativas hoje se torna o novo indisciplinado (LOPES, 2009). A ascensão do uso do crack delinea os contornos de um novo foco de desordem social e a psiquiatria se apresenta como uma das soluções para esse problema. A configuração do tratamento despendido aos sujeitos que passam por esta experiência é a de internação e isolamento, o que entra em conflito com as proposições da Reforma Psiquiátrica. As tentativas de modificações na estrutura do HPSP – como a diminuição do número de leitos – são questionadas pela opinião pública. São cunhadas, assim, frases do tipo “O crack é a pedra no caminho da

Reforma Psiquiátrica”, que dá título a uma matéria de um jornal local sobre a falta de leitos no São Pedro para atender a usuários da substância (GONZATTO, 2008). Ou ainda, produzidas campanhas de vasta veiculação na mídia cujo lema é “Crack nem pensar”. A campanha centra-se na utilização de representações de usuários de crack, bem como em depoimentos de familiares e ex-usuários e o apoio de pessoas de reconhecimento público, tais como atletas, artistas, comerciantes. As imagens abaixo estão disponíveis no *website* da campanha, além de terem sido veiculadas largamente em jornais e na televisão (GRUPO RBS, 2009; 2010)



Figura 3: Cartaz da primeira fase da campanha “Crack nem pensar”.



Figura 4: Cartaz da primeira fase campanha “Crack nem pensar”.



Figura 5: Cartaz da segunda fase da campanha “Crack nem pensar”.

Os textos que acompanham as figuras nos cartazes se referem a situações atribuídas ao uso do crack, tais como: “bater na própria mãe”, “vender o corpo por uma pedra de crack”, “perder totalmente a dignidade”, “seu melhor amigo evitando você”, “sua namorada com repulsa de você”. O vídeo veiculado na televisão avisa: “Prepare-se para ver imagens chocantes e de forte impacto emocional. Mas, por favor, não tire seus filhos da sala. As crianças e adolescentes são as maiores vítimas do crack” (GRUPO RBS, 2009).

A afirmação da importância do HPSP como resposta a mazelas sociais se atualiza, e vive uma fase de efervescência. Nas palavras dos técnicos do CIAPS, a direção atual do hospital pretende “levar o São Pedro de volta a sua fase de ouro”, conforme o discurso de posse do novo diretor do estabelecimento. O HPSP e o CIAPS são atravessados, assim, por discursos diversos e complementares sobre a loucura e a assistência aos sujeitos que passam por ela. Enquanto a Reforma Psiquiátrica propõe um modelo de cuidado descentralizado, uma nova forma de sofrimento – o uso do crack – é afirmada socialmente e assumida pelos saberes psiquiátricos, pressionando o Hospital Psiquiátrico a assumir seu cuidado como entidade central.

Diversos estudos afirmam ser a modificação da dimensão sociocultural da loucura e dos parâmetros de negociação entre normalidade-anormalidade e saúde-doença o maior desafio da Reforma Psiquiátrica (TENÓRIO, 2002; BARRETO, 2003; YASSUI, 2006). Bezerra Jr. (2007) afirma que nem mesmo os defensores dos Hospitais Psiquiátricos desqualificam o modelo proposto pela Reforma Psiquiátrica, baseando suas críticas na insuficiência ou inconsistências do novo modelo assistencial. Diz o autor sobre a resistência à Reforma:

A resistência às propostas reformistas aparece de forma indireta, na defesa da hegemonia absoluta dos médicos no campo da atenção à saúde, na ênfase nos tratamentos biológicos como única forma efetiva de tratamento, na importação acrítica, para a Psiquiatria, do modelo da medicina baseada em evidências, no abuso na utilização da nosografia descritiva dos DSMs, em detrimento da atenção às dimensões psicodinâmica, fenomenológica e psicossocial das psicopatologias, e assim por diante. Deste modo, o embate que nos primeiros anos se centrava na busca de espaços dentro do sistema político-assistencial hoje tende a girar em torno de debates fortemente marcados por questões de natureza epistemológica, teórica e ética (p. 245).

Assim, podemos pensar que o movimento que acontece no São Pedro relacionado aos usuários de crack segue as análises destes autores: redefine-se a linha da anormalidade e a Reforma não mais consegue responder a seu cuidado. As estratégias de resistência descritas por Bezerra (2007) acabam por produzir essa resposta, colocando o São Pedro como uma das pedras angulares¹⁰ do tratamento à dependência química.

As estratégias de institucionalização, porém, seguem as mesmas, e se potencializam pelos seculares prédios da outrora estrada afastada da cidade, e hoje, avenida movimentada. Segue atingindo não somente seus usuários, mas também os próprios técnicos. A passagem dos projetos de pesquisa do Oficinando em Rede pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) do HPSP levou-nos a participar de uma reunião do CEP acompanhados por técnicos do CIAPS. A utilização de ferramentas tecnológicas que abrangem a produção de fotografias e a construção de um *weblog* provocou um tensionamento em relação à identificação dos jovens e crianças que participavam das oficinas. Fomos, então, à discussão dessa temática¹¹. Uma das participantes do comitê justifica a impossibilidade dos usuários serem identificados afirmando a imagem negativa que os jovens e crianças podem carregar consigo a partir de sua passagem pelo hospital: “imagina se um deles depois concorre a prefeito e numa busca na *internet* se descobre que ele foi internado no São Pedro?” (sic). Outra participante do comitê, que é trabalhadora do HPSP, conta que na escola de sua filha os alunos realizavam visitas aos locais de trabalho dos pais dos colegas, e que muitos pais dos colegas de sua filha não deixaram os jovens realizarem visitas ao seu local de trabalho.

As identidades, tanto de técnicos, quanto de usuários, fluem resquícios do manicômio, tal como descrito por Lancetti (1993):

O manicômio, à diferença do que se acredita, não é um usurpador, e sim, um produtor maciço de identidade do doente mental e seus médicos.

10 O Sistema Único de Saúde utiliza a rede de atenção à saúde mental para o atendimento de usuários de substâncias psicoativas, inclusive os leitos psiquiátricos (LOPES, 2009).

11 A indicação do CEP foi a criação de pseudônimos para identificar a autoria do material produzido caso ele estivesse identificado ao HPSP e a proibição do aparecimento da imagem de usuários do CIAPS.

Afirmar a cidadania do doente mental implicou, para nós [os profissionais da saúde mental], um enlouquecimento pela diluição das identidades profissionais e pelo permanente confronto com o desconhecido (p. 143).

Ramminger e Nardi (2008) apontam que o cuidado em saúde mental foi produzido a partir de três discursos principais, que refletem sua contextualização histórica: primeiramente, um discurso religioso, predominante no Brasil Colonial e Imperial, em que o cuidador não se preocupava com a cura do louco, mas com sua própria salvação espiritual pela prática caritativa. Consolida-se, após, o discurso médico, que define a loucura como doença mental e afirma o saber psiquiátrico como detentor de verdade sobre ela. O discurso da Reforma Psiquiátrica passa a disputar com o discurso médico, propondo um deslocamento da posição de saber da medicina psiquiátrica para a interdisciplinaridade, da doença para o de saúde e do enclausuramento para a circulação pela cidade, criando a figura do trabalhador-militante. A disputa entre estes discursos é parte da constituição da história do São Pedro e também da construção profissional dos técnicos que atuam na saúde mental.

O “museu de grandes novidades” que constitui o São Pedro impinge a necessidade de que seus profissionais criem estratégias de trabalho. O CIAPS, assim, abre pontos de respiração e produz intervenções visando à ligação de seus usuários a outras redes diferentes da psiquiátrica tradicional. O encontro com o projeto *Oficinando em Rede* é uma dessas brechas, e possibilita atividades que explorem outros espaços, que não somente aquele encerrado nos domínios físicos do hospital, através da operação de oficinas utilizando artefatos tecnológicos como dispositivo. Tal operação está ligada a produção de conhecimento, uma vez que é parte de uma estratégia de pesquisa-intervenção que produziu diversos trabalhos acadêmicos (SCISLESKI, 2006; DIEHL, 2007; MAURENTE, 2006, 2010; VIANNA, 2008). Podemos pensar que este conjunto de práticas demonstra uma permeabilidade do serviço, tanto para produzir outras ações, como para colocar-se em questão, ao abrir seu cotidiano para a presença estrangeira de pesquisadores.

Essa abertura traz consigo um desafio, do qual não estão isentos pesquisadores de quaisquer aportes epistêmicos que se debruçam sobre questões

em saúde mental, mesmo que muitos o subjuguem a problemas menores na pesquisa, ou mesmo o releguem a um plano não científico. Constitui-se, entretanto, como um dos pontos centrais para o trabalho daqueles que compreendem a produção de conhecimento como produção de vida: a atenção e cuidado com os dispositivos utilizados são alguns dos marcos da ação política da pesquisa-intervenção. Conjugada às proposições teóricas, a ação cotidiana de pesquisar deve se esquivar da produção de outras capturas pelos modelos instituídos. E essa esquiva pede ao pesquisador mais do que trabalho intelectual. Pede disponibilidade para o contínuo refazer de estratégias e a assunção de que não há isenção em metodologias e análise de dados. Há política sendo executada a cada passo.

O desafio desse encontro é vivido pelo projeto *Oficinando em Rede* e o apresentaremos no próximo capítulo.

4 OFICINANDO EM REDE

Este capítulo tem como objetivo apresentar o projeto Oficinando em Rede, ponto do qual emerge este estudo. São parte dessa apresentação as características do projeto, as configurações de sua atuação e alguns dos intercessores teóricos e tecnológicos que produzem o Oficinando e estão presentes nas análises deste trabalho. Tais elementos serão costurados por acontecimentos do percurso do projeto e da pesquisadora dentro dele.

4.1 Um trabalho no gerúndio: inventando formas de pesquisar e intervir

O projeto Oficinando em Rede se localiza em um ponto de intercessão entre a produção de conhecimento acadêmico e seu fora: atua no “borramento” da fronteira entre a pesquisa e a extensão universitária, assumindo a forma de pesquisa-intervenção. Não possui, assim, um campo de pesquisa, mas existe somente a partir dele. Tal marca está na constituição do próprio projeto. Foi a partir de um convite do Hospital Psiquiátrico São Pedro para discutir o destino de computadores recebidos como doação que o Oficinando iniciou sua trajetória na modalidade que o encontramos atualmente.

Tal pedido convergiu da passagem pelo CIAPS de uma pesquisadora do grupo constituído, à época, para a realização de sua pesquisa de mestrado (SCISZLESKI, 2006) e dos estudos desenvolvidos pelo grupo sobre a utilização de recursos tecnológicos em intervenções na educação, em comunidades periféricas da cidade e em saúde mental (FRANCISCO, 2007; ZANIOL, 2005). Pelas características do público atendido pelo CIAPS – crianças e jovens – e pela parceria

já estabelecida anteriormente entre a UFRGS e o serviço, acordou-se que os computadores seriam utilizados no CIAPS. A proposta de utilização seria construída pelo grupo de pesquisa em conjunto com trabalhadores do local.

Era o ano de 2004 e o planejamento das atividades no CIAPS já acontecia quando veio a notícia de que os computadores prometidos não seriam mais entregues. O grupo, então, procurou formas de financiamento e conseguiu através do edital de uma agência de fomento à pesquisa os recursos necessários à compra dos computadores para a montagem do laboratório de informática no CIAPS (MARASCHIN *et al* 2007). No período que se seguiu até a chegada das máquinas foram realizadas atividades que tinham como objetivo preparar o serviço – equipe e usuários – e o grupo de pesquisa para o início das oficinas. Esse período é chamado de “pré-história” do projeto (MARASCHIN e RICKES, 2010)¹².

O caráter conjunto da produção é presente nesse momento, marcado pela realização de atividades de formação de ambas as equipes. Dois cursos de extensão são realizados no período de 2005 e 2006, ambos registrados na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ministrados por participantes do *Oficinando* e do CIAPS e destinados aos participantes dos dois espaços. O primeiro deles tem duração de seis meses e é intitulado de *Interdisciplina no trabalho com crianças e adolescentes*, tendo como foco de discussão questões relacionadas ao trabalho no CIAPS e seus usuários, às especificidades da escrita utilizando o suporte da informática e às transformações institucionais. O curso acontecia em encontros quinzenais, nas dependências da universidade e do CIAPS. Já o segundo, aconteceu totalmente no CIAPS, e era intitulado *Oficinando em rede: diálogos interdisciplinares* e se estendeu de agosto a dezembro de 2006. Os temas giraram em torno das atividades já realizadas no serviço – consultoria escolar e as oficinas terapêuticas. Também foi realizada uma oficina de fotografia com os profissionais participantes do curso, cuja temática foi “as imagens” do CIAPS (DIEHL, 2007; MAURENTE, 2010).

Ao mesmo tempo em que aconteciam essas atividades de formação das

¹² Esta referência é originária de um texto que faz parte de um livro ainda não publicado sobre o projeto *Oficinando em Rede*, em fase de organização.

equipes, também eram realizadas oficinas com jovens e crianças. Iniciaram, então, as Oficinas de Mapas, em que se solicitava aos jovens que desenhasssem um mapa com o que achassem importante, compreendendo que esse suporte se diferencia de uma ação escrita, ficando entre esta e uma ação pictórica. A intenção era de oferecer aos participantes a experimentação de uma condição de legitimidade de suas produções, por desenharem espaços que eles conheciam bem e poderiam apresentar aos demais. Esta atividade se transformou em Oficinas de Fotografia, em que uma câmera fotográfica era entregue aos participantes, solicitando que os jovens produzissem imagens sobre o CIAPS. A torção da posição dos jovens de objeto das imagens para produtores causou impactos no serviço, trazendo desconforto aos profissionais que foram fotografados. Ambas as atividades tinham como objetivo exercitar a ocupação, pelos jovens, de um espaço legítimo de produção (DIEHL, op.cit.; DIEHL, MARASCHIN e TITTONI, 2009; MARASCHIN e RICKES, op.cit.; MAURENTE, op. cit).

Outra oficina realizada foi nomeada de “Canteiro de Obras” e tinha como objetivo preparar o terreno para o início das atividades com os computadores. A preparação acontecia para ambos os envolvidos nas atividades: crianças e jovens, que se viam provocados a posicionarem-se a partir de poemas, ilustrações e pequenas histórias, produzindo outros elementos ou apenas falando deles, e equipe do projeto de pesquisa e CIAPS, que experimentavam a posição de oficinairos. O princípio da atividade era o esforço de transformar os dramas humanos em marcas e registros que pudessem ser narrados e ressignificados no coletivo da oficina. Os participantes recebiam os artefatos oferecidos como disparadores e podiam ficar com eles caso desejassem; nomeavam-nos como seus e produziam alguma coisa a partir deles. Esta oficina aconteceu até a chegada dos computadores, por cerca de quatro meses (MARASCHIN e RICKES, op.cit).

O período de preparação para as oficinas e a proximidade da chegada dos computadores impingiram a necessidade de que o projeto pensasse nas repercussões institucionais de sua presença no CIAPS. Discussões sobre a vastidão de possibilidades a que os jovens e crianças poderiam ter acesso em seu encontro com a *internet* trouxeram questões sobre como acompanhar (ou “controlar”) sua navegação pela rede. Maraschin e Rickes (op. cit.) analisam esse movimento como

uma discussão sobre o dentro e o fora do CIAPS e a tensão entre a “clausura tutelar” e a “abertura autônoma”. Questões estas que seguiriam pulsantes, atualizando-se de diversas formas e pedindo a invenção de novas soluções.

A invenção, por sinal, acompanha o percurso do Oficinando junto ao CIAPS. A dinâmica de uma proposta de pesquisa que se propõe a compor o campo e a produzir conhecimento, entremeada ao mesmo tempo pelos dispositivos tecnológicos, força a constante reformulação das ações, o desenvolvimento de uma atenção especial aos movimentos que acontecem nas atividades, e estratégias variadas para lidar com o imprevisível. Um trabalho que se desenvolve no gerúndio, ou seja, no permanente acontecer, no ato não acabado. O *oficinar*, assim, torna-se *oficinando* (MARASCHIN e RICKES, op.cit.).

A partir dessa experiência de trabalho conjunto entre CIAPS e Oficinando na preparação para o início das atividades com os computadores, foram elaboradas algumas balizas para o trabalho das oficinas (MARASCHIN *et al*, 2007):

1. A intervenção não toma como norte a instrumentalização quanto ao uso e possibilidades da tecnologia. A condução do trabalho parte dos efeitos para cada sujeito da relação que ele estabelece com as possibilidades que a tecnologia abre.

2. Busca-se identificar e respeitar diferentes modos de relação com a rede de computadores, mesmo quando as formas de relação subvertem o uso corriqueiro da tecnologia em jogo.

3. Privilegiar os diferentes modos de conversação real e virtual entre os participantes da oficina.

4. Abrir espaço para relações horizontais de trabalho, não cristalizando lugares de saber hierarquizados ao longo do percurso das oficinas.

5. Ter em consideração que a introdução da tecnologia no hospital e a rede que ela propicia afeta a lógica da clausura própria à instituição hospitalar e potencializa uma nova territorialização da própria instituição, abrindo uma porta para a rua e, mais do que isso, incluindo-a no seu âmago.

6. Considerar e respeitar as diferentes possibilidades de trânsito dentro/fora – que a tecnologia convoca – para os diversos sujeitos que façam parte do projeto.

7. Ter em conta que o trabalho do Projeto pode gerar questionamentos para a própria Universidade, indagando a forma como esta conduz a formação dos profissionais.

8. Ter em conta que o trabalho gera diferenças com as quais a equipe do serviço terá de lidar.

9. Utilização, no ambiente, somente de *softwares* livres, mantendo-se em consonância com o princípio de acesso democrático à tecnologia.

Estes princípios servem como bordas para o trabalho, não definindo regras a serem seguidas, mas produzindo um espaço de criação para cada oficina (MARASCHIN e RICKES, op.cit). São fundamentais na constituição do projeto Oficinando em Rede, e seguem em reverberação em seu encontro com o CIAPS. Muitos dos temas apontados nestas balizas elaboradas no início da experiência das oficinas estarão atualizados nas discussões deste trabalho.

As balizas constituem também a materialização de um cuidado do projeto ao iniciar um trabalho em uma seara não tão comum à intervenção em psicologia. A utilização de dispositivos tecnológicos, ao mesmo tempo em que possibilita a produção de novas relações dos sujeitos com os quais o projeto trabalha (tais como as torções da máquina fotográfica), também provoca deslocamentos entre os participantes do projeto de pesquisa. O que aprendem em suas formações de psicólogos e de educadores sobre computadores ou redes de *internet*? A intercessão com outros domínios tecnológicos traz a necessidade de que o Oficinando se ocupe das máquinas – computadores, câmeras fotográficas e de vídeo. Sobre estes entes primordiais ao trabalho do projeto versa o próximo ponto.

4.2 Tecnologias e máquinas como dispositivos de intervenção

A utilização de tecnologias digitais como forma de intervenção em saúde mental surge na busca por estratégias de ação diferenciadas, utilizando-se de características próprias dos meios digitais nos projetos terapêuticos, considerando-os como mais amplos do que somente endereçados às patologias, e abrangendo outras dimensões relacionadas ao cuidado à loucura. Este encontro entre saúde mental e tecnologia ainda é recente, e cabe retomar suas características e potencialidades de práticas.

Os efeitos das novas tecnologias têm sido alvo de debates em âmbitos diversos. Implicações negativas para certo entendimento da condição humana são referidas, como seus efeitos no mundo do trabalho. Um conjunto de argumentos pessimistas enfatiza a substituição do homem pela máquina, aumentando o desemprego e intensificando os afazeres dos que conseguem manter seus postos de trabalho. Ainda é citada uma transformação no conteúdo do trabalho e as implicações psicológicas e emocionais para o trabalhador, como a perda do sentido do trabalho e da identificação com ela, uma submissão ao ritmo da máquina e do controle sobre suas práticas (REBECCHI, 1990 *apud* HOLZMANN, 2002). Em outro nível de análise, destaca a possibilidade do empobrecimento da linguagem verbal como mediador na comunicação pelo uso excessivo das tecnologias digitais (JIMENEZ, 2005).

Este rechaço à tecnologia não é um acontecimento particularmente contemporâneo. A tecnofobia, ou seja, uma aversão às tecnologias já é descrita e analisada por Gilbert Simondon¹³(2008). O autor contrapõe o estranhamento do humano à técnica, afirmando que a gênese e desenvolvimento técnico são paralelos ao desenvolvimento da cultura humana. Assim, não haveria uma separação entre a produção cultural, com atividades humanas, vivas, dotadas de sentido,

13 Os trabalhos de Simondon foram originalmente publicados nas décadas de 1950 e 1960.

condicionadas pelo pensamento social e pelos rituais coletivos, e a técnica, composta por objetos fragmentados e indiferentes à humanidade, concorrendo com as potencialidades e qualidades da cultura.

Esta perspectiva é primordial para pensarmos no uso das tecnologias como potencializadoras de outras relações. As tecnologias complexificam as interações sociais e provocam o questionamento sobre as novas formas de vida em comum que podem se desenvolver deste cenário (TIRADO, 2006). Como exemplo, é possível citar as mudanças nos modos de escrever a partir do suporte informático, que pode reunir pessoas com condições perceptivas distintas (cegos, surdos e ouvintes) para uma produção coletiva (DEMOLY e MARASCHIN, 2007); a expansão e organização de redes de colaboração solidária (EDELWEIN e MARASCHIN, 2003); atuação como ferramenta na educação que favorece a interação entre alunos e professores (REAL, MARASCHIN, AXT, 2007).

Nas intervenções em saúde mental as tecnologias podem ser ferramentas para o trabalho. Através de oficinas, podem atuar na criação de novas formas de vida para pessoas em sofrimento psíquico, devido ao potencial das tecnologias, a sua capacidade de convergência de mídias e de atividades em conjunto (FRANCISCO, AXT, MARASCHIN, 2007). As tecnologias podem, ainda, atuar como suporte para sujeitos que não encontravam formas de expressão, ao possibilitar a utilização de recursos diferenciados de convocação à interação (MARASCHIN *et al*, 2007) e de produção de narrativas de si (VIANNA, 2008).

Esta forma de intervenção, assim, pretende acompanhar os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, fazendo uma aproximação com as dimensões propostas por Amarante (2003): há uma mudança na posição dos agentes que estão envolvidos na intervenção, tornando os usuários dos serviços de saúde mental mais ativos no processo, menos passíveis de uma posição de objeto. A possibilidade de criação de caminhos a serem percorridos é ampliada, já que o espaço virtual possui direcionamentos, mas também infinitas possibilidades de ligar pontos diferentes a cada navegação, formando trajetórias singulares e menos marcadas pelas estigmatizações que guiam o percurso dos sujeitos que passam pela experiência da loucura. No ciberespaço, trabalhadores, usuários e pesquisadores estão menos diferenciados, já que no uso das ferramentas técnicas todos têm familiaridades muito

próximas - todos a utilizam como usuários da tecnologia.

Este é um dos pontos mais desafiadores para os pesquisadores que se propõem a utilizar a tecnologia como instrumento *psi*. Tal como afirma Kastrup (2000), o território mais propício para a invenção é aquele em que nem sabemos mais se o que fazemos é psicologia. Na relação com as tecnologias digitais atravessamos esse terreno permanentemente. A utilização das ferramentas tecnológicas como intercessores do trabalho do Oficinando traz a necessidade de que os pesquisadores-oficineiros tenham contato com um registro de saber que ultrapassa suas formações iniciais: é preciso saber operar as máquinas, seus *softwares*, suas redes.

Para a organização e manutenção das estruturas de um trabalho como o do Oficinando, faz-se necessária a conversa com alguns especialismos. Assim, criou-se no projeto a figura do “bolsista técnico”, ou seja, um dos estudantes bolsistas se dedica principalmente ao apoio nas questões relacionadas à manutenção do laboratório. Em geral, é um aluno de cursos da área das ciências exatas. A presença de alguém que trilha outros caminhos epistemológicos coloca o desafio ao Oficinando de empreender diálogos cada vez mais abertos: é preciso se fazer entender dentro do grupo de pesquisa, deixar um pouco de lado os “jargões” de cada disciplina. Exercício esse que o Oficinando executa ainda com a participação de alunos do programa de Doutorado em Informática na Educação da UFRGS, que, muitas vezes, também têm formações de base nas ciências exatas.

O cuidado que o projeto presta às questões tecnológicas, porém, não é mais do que uma direção para o início dos trabalhos. Como já afirmamos anteriormente, não há a pretensão de instrumentalizar os participantes das oficinas para o uso da tecnologia, mas ofertá-la como potencialidade de invenção de si. Assim, a atenção ao imprevisível é primordial para acompanhar os percursos que os sujeitos constroem junto à tecnologia.

Um acontecimento que marcou o projeto ocorreu no início das atividades com os computadores. Após todo o período de preparação anterior à chegada dos computadores, intenso de negociações e de planejamento, na primeira vez que as crianças entraram no laboratório do CIAPS, o que lhes chamou a atenção não foram

as máquinas instaladas, mas as grandes caixas que haviam servido em seu transporte. Descentramento para os oficinairos e pesquisadores, reconstrução da pesquisa a partir do encontro com o inusitado, mas que é a expressão dos sujeitos com os quais se pretende trabalhar (MARASCHIN *et al*, 2007; MARASCHIN e RICKES, 2010).

Outro acontecimento que leva à reflexão é a recorrência de problemas técnicos com os equipamentos. São frequentes as ocorrências de computadores que não ligam, ou ainda, que funcionam de forma diferente daquela esperada. Os computadores estão ligados em rede: há relatos de situações em que se insere um CD de música em um computador e o som é emitido pelas caixas de som de outro; ainda, a ligação de um *pen drive* a um *desktop* e sua abertura na tela de outra máquina. A paralisação do funcionamento de equipamentos e seu retorno, sem que tenha sido feita nenhuma intervenção; a consulta a técnicos que atestam que não há problemas aparentes também acontecem de forma cotidiana. Estes eventos levaram o grupo de pesquisa a classificar o laboratório também com um funcionamento “louco”, ressonante aos fluxos que operam no espaço do serviço de saúde mental e da pesquisa. Uma hipótese técnica é de que o uso que se faz das máquinas é diferenciado, ou seja, os sujeitos que as utilizam não as acessam como um usuário que conhece as fronteiras de operação da máquina que, por exemplo, não modifica configurações, ou remove arquivos importantes para o funcionamento.

Os usuários criam percursos de utilização da máquina e de navegação na *internet* muito singulares, que nem sempre estão em consonância com as operações regulamentadas. Outra situação relatada por uma das técnicas do CIAPS, que também é oficinaira, envolve um jovem usuário da internação que se encontrava em surto psicótico, era cego de um dos olhos e alfabetizado precariamente. Este jovem encontrou, navegando na *internet*, a fotografia de uma mulher. Mostrou a imagem a oficinaira, e, logo depois, a “perdeu” fechando o programa onde a havia acessado. Chama a oficinaira, pedindo que ela reencontrasse “a mulher”. Ela afirmou que não teria como, pois não havia o acompanhado no percurso que levou àquela imagem. O jovem, então, refaz o percurso, encontra a imagem, imprime e a utiliza como dispositivo em outras oficinas.

A articulação das linhas que cruzam a constituição do CIAPS se reflete na

operação das oficinas. A utilização das tecnologias digitais como dispositivo de intervenção em saúde mental proposta pelo projeto Oficinando em Rede gera tensões no serviço: as oficinas são operadas por bolsistas de pesquisa em conjunto com trabalhadores, e apesar de um esforço da equipe de pesquisa em tornar o uso dos computadores componente das intervenções do serviço, parte da equipe ainda compreende que seu uso está restrito às intervenções dos pesquisadores, e não se apresentam familiarizados com as potencialidades deste tipo de trabalho. Um movimento que acontece por demanda dos usuários tem produzido diferenças nessa relação: os jovens e crianças denominam alguns trabalhadores como “a tia do computador”.

Assim, justificada pela necessidade de uma aproximação dos trabalhadores aos meios digitais, surge a proposta da realização de oficinas com o propósito de construir um *site* do CIAPS pelos trabalhadores.

E é no interior deste projeto que emerge o estudo que baseia esta dissertação. E sobre ele, contaremos mais histórias no próximo ponto, além de situarmos seus marcos teóricos que também servem de base para este trabalho.

4.3 Virtualizando e individuando coletivos: as tecnologias como dispositivo de intervenção institucional

A proposta do projeto “Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva” (MARASCHIN, 2008) pretende atuar como disparadora de uma aproximação maior do CIAPS às ferramentas tecnológicas, através da experimentação, pelos próprios trabalhadores, de uma intervenção utilizando a tecnologia. A oficina, ao propor a produção de um *website* do CIAPS como dispositivo, pretende, principalmente, constituir-se como um exercício de construção coletiva do trabalho da própria equipe, utilizando o espaço virtual como campo de experimentação.

Utilizamos o conceito de dispositivo desenvolvido por Gilles Deleuze (1990) a partir de Michel Foucault. Deleuze aponta que, entre as dimensões de um dispositivo estão as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação e o define como máquinas de fazer ver e de fazer falar. Neste mesmo sentido, Kastrup e Barros (2009) afirmam que o caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado para a criação. Ele tensiona, movimenta, desloca. É feito de conexões e produz outras. Podemos dizer, junto a Lévy (1996), que ele opera a virtualização

Assim, o projeto de pesquisa pretende servir a um propósito através de dois movimentos: proporcionar uma maior autonomia da equipe na utilização das tecnologias digitais, através de aproximação com o dispositivo tecnológico e de um exercício coletivo que dispare a reflexão sobre o CIAPS, auxiliando assim, na definição do lugar das oficinas que utilizam tecnologias na estrutura daquele serviço. Pretende, ainda, provocar uma abertura para o contato com redes variadas, tais como de saúde, de educação, juventude, infância, assistência social.

Os operadores conceituais que, em diálogo, servem de base para o estudo descrito acima e também para esta dissertação serão apresentados nas seções seguintes. Assim, versaremos sobre o conceito de virtual (tanto em seu sentido filosófico quando tecnológico) e seus desdobramentos ciberespaço e hipertexto, principalmente em seu desenvolvimento por Pierre Lévy. Ainda, a discussão sobre técnica empreendida por Gilbert Simondon e, inevitavelmente, alguns dos conceitos-base da obra deste autor: individuação e transindividual. Também, alguns de seus apontamentos para a compreensão dos coletivos. Por fim, o conceito de Inteligência Coletiva desenvolvido também por Pierre Lévy.

4.3.1 Virtuais

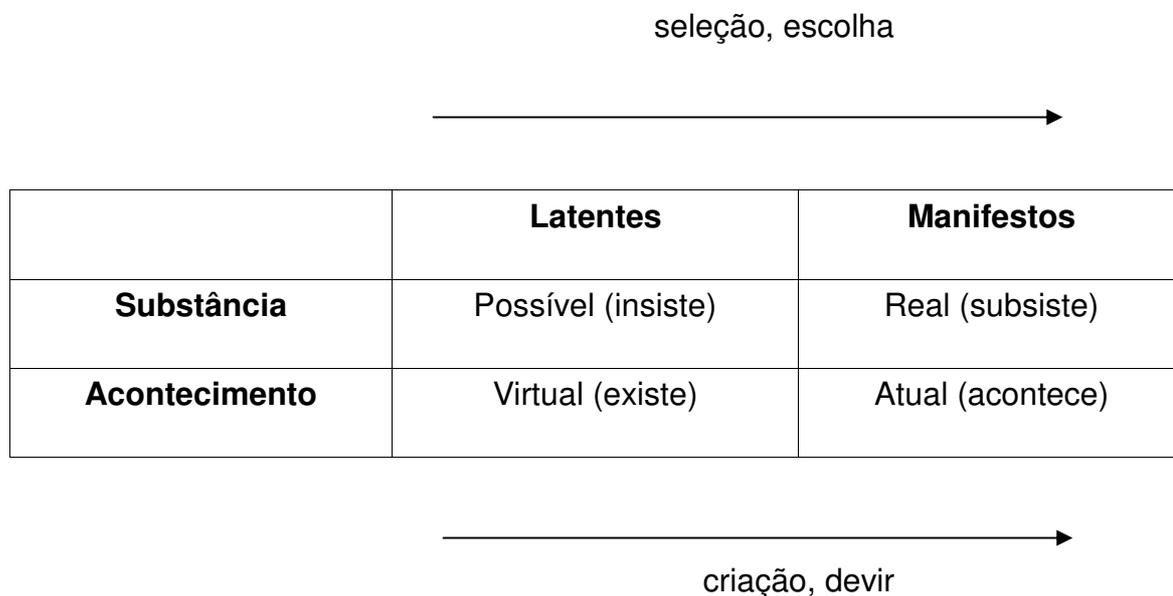
A palavra virtual possui mais significados do que os comumente evocados em

sua utilização. Geralmente, liga-se a virtualidade ao que não existe e não é real. Ou ainda, cola-a como adjetivo que diz respeito somente às tecnologias digitais. Porém, o virtual se configura como um conceito mais complexo e que acompanha a humanidade desde sempre, mas que veio à tona a partir das velozes mudanças das técnicas, da economia e dos costumes, sendo considerada como a essência deste processo.

A expressão virtual é proveniente da palavra latina *virtus* que significa força, potência. A filosofia escolástica define o virtual como o que existe em potência e não em ato. Esta virtualidade pode atualizar-se em outra coisa, sem que necessariamente passe à concretização efetiva ou formal. Ou seja, o virtual não leva necessariamente a uma realização do que é esperado ou possível, mas à criação de outras formas, atualizações do inicial (LÉVY, 1996).

Neste ponto, a distinção entre virtual e possível é necessária e segue aqui a definição de Lévy (op. cit.) que teve como ponto de partida o desenvolvimento de Gilles Deleuze. O possível já está todo constituído, mas permanece no limbo, e se realizará sem mudanças em sua natureza, mantendo sua forma. Sua realização, assim, não é criação, é apenas a seleção de alguma das possibilidades já definidas anteriormente. O possível pode ser considerado uma forma para a qual a realização confere uma matéria, colocando esta operação no pólo da substância, em oposição ao pólo do acontecimento, onde se dá a transformação do virtual em atual.

Essas quatro posições – possível, real, virtual e atual – constituem-se como maneiras de ser diferentes: o real e o atual, manifestos; o possível e o virtual, latentes. O possível contendo formas não manifestas, adormecidas, que *insistem*. O real, como coisa que *resiste*. A passagem do possível ao real seria no nível de seleção, ou seja, da escolha de uma das possibilidades como real. No virtual, a criação está no movimento de saída, ele *existe*. O atual é manifestação de um acontecimento, ele *acontece*. Assim, a passagem do virtual ao atual seria um movimento de criação ou devir. O quadro abaixo, adaptado de Lévy (op.cit.), ilustra estas posições e movimentos:



Quadro 2: As posições e movimentos do real, virtual, atual e possível.

O virtual, ao contrário do possível, não contém possibilidades a serem selecionadas, mas configura-se como campo problemático, nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um objeto ou uma entidade qualquer. O complexo problemático do virtual está presente nas entidades e se constitui como uma de suas maiores dimensões. O encaminhamento a um processo de resolução - a atualização - se dá a partir das coerções que são próprias de cada entidade, provocando a invenção e a coprodução de soluções a partir dos encontros com a diversidade de circunstâncias.

A atualização, assim, é o processo que desencadeia a solução do problema posto pela virtualização. Solução esta que não estava contida previamente no enunciado, mas que surge a partir da criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades. É a produção de qualidades novas e transformação de ideias, não se assemelhando ao virtual, mas respondendo-lhe.

A passagem de um modo de ser a outro é um processo dinâmico. Assim como o virtual passa a atual, este volta a se virtualizar. A entidade carrega e produz suas virtualidades, sendo que um acontecimento pode reorganizar uma problemática anterior – atualizar-se, portanto – e ficar suscetível à constituição de um novo problema e de uma nova virtualização. Este, então, seria o movimento inverso da atualização, uma passagem do atual ao virtual e elevação à potência da entidade considerada. A atualização, assim, vai do problema à solução. A virtualização, da solução dada a outro problema.

A virtualização provoca um deslocamento da ideia de centro de gravidade ontológico: ao invés de se definir principalmente por sua atualidade (uma solução), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático. Virtualizar uma entidade consiste em descobrir uma questão geral a qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular, não como sua única possibilidade ou verdade absoluta. Dessa forma, a virtualização fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria, segundo Lévy (op.cit), um vazio motor. Este processo ocorre de forma irreversível, ou seja, difere-se de uma passagem do real a um conjunto de possibilidades: ao provocar a problematização, provoca também o esforço de atualização em uma nova entidade. Se constitui, assim, como um dos principais vetores de criação de realidades.

A afirmação de que o virtual é algo ilusório ou falso pode ser remetida a uma compreensão equivocada de uma das principais modalidades da virtualização: o despreendimento do aqui e agora. De fato, muitas vezes a virtualização se caracteriza por uma não presença, uma desterritorialização, sem, no entanto, deixar de existir. Acontece, muitas vezes, fora do espaço físico ou geográfico e do espaço-tempo clássico: pode ter uma unidade de tempo sem unidade de lugar e continuidade de ação apesar de uma duração descontínua. A torção do lugar do espaço e do tempo na definição da constituição de qualquer entidade provoca a invenção de soluções diferentes às problemáticas atuais – uma virtualização, portanto.

Esta característica da virtualização acompanha o humano desde sempre. Segundo Lévy (op.cit.) três virtualizações criaram o humano: a linguagem (virtualiza o tempo real e permite a emergência de outras temporalidades), a técnica (virtualiza

a ação) e o contrato (virtualiza as relações cara-a-cara). A telepresença, na humanidade, é muito anterior às redes digitais e à realidade virtual. Dessa forma, a imaginação, a memória, o conhecimento, a religião são considerados vetores de virtualização que possibilitaram o abandono da presença muito antes da informatização.

Outra característica ligada à virtualização é a passagem do interior ao exterior e vice-versa, que desestabiliza dualidades em diversos contextos: relações entre público e privado, próprio e comum, objetivo e subjetivo, mapa e território, autor e leitor, por exemplo. Estes limites somente são claros no real. A problematização trazida pela virtualização põe em questão a identidade pensada a partir de definições determinações, exclusões ou inclusões. A virtualização se constitui pela heterogênesse e pelo processo de acolhimento da alteridade (LÉVY, op. cit).

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) proporcionam magistralmente a experimentação da virtualidade informática, principalmente ao utilizarem artifícios técnicos que permitem a aceleração da transmissão e da troca de informações. As TIC, principalmente representadas pelos dispositivos ligados à informática, constituem-se, mais do que novos aparatos portadores de “uma essência congelada do computador”, como um campo de novas tecnologias intelectuais, aberto, conflituoso e parcialmente indeterminado (LÉVY, 1997). Segundo o autor, as relações entre os homens, o trabalho e até mesmo a própria inteligência dependem da configuração dos dispositivos informacionais (oralidade, escrita, informática). Assim, é possível afirmar que a rapidez e grandiosidade do desenvolvimento das TIC colocam em xeque a ideia de interação social, coletividade e espaço público, desfazendo fronteiras mais rígidas.

A experimentação da virtualidade a partir destas tecnologias se dá por uma de suas características principais, a digitalização - sendo esta o fundamento técnico da virtualização informática. É a partir do processo que transforma uma informação em uma combinação numérica – a linguagem binária, sob a forma de 0 e 1 – que podem interagir diferentes classes de informação – imagens, textos, sons. As diversas maneiras de representar a linguagem binária – aberto ou fechado, plano ou fundo, negativo ou positivo – permitem que diferentes meios de transmissão – fios elétricos, circuitos eletrônicos, fitas magnéticas, fibras óticas – comuniquem-se e transmitam a

mesma informação sem degradação, diferentemente da gravação analógica que é representada por uma sequência contínua de valores que acompanha a intensidade da informação (p. ex. um sulco mais profundo em um disco de vinil projetará um som mais alto), mais propensa a ser distorcida e danificada. A leitura da informação digital é realizada a partir de operações físicas sobre os representantes físicos dos 0 e 1 – apagamento, substituição, separação, ordenação, desvio para determinado endereço ou canal de transmissão – o que possibilita que a informação seja traduzida de forma rápida e eficaz (MACHADO, 2001).

Esta seria, segundo Lévy (1999), uma reunião de qualidades nunca antes alcançada por nenhum outro processo, que conferiu ao processamento digital um grau de precisão quase absoluto, com grande velocidade e em grande escala quantitativa. A partir da digitalização, as informações podem ser armazenadas, transmitidas ou modificadas sem passar necessariamente pelas formas tradicionais de suportes de informação – fotografias, papel, fitas magnéticas. A informação, porém, não deixa de existir, não é irreal nem imaterial; ocupa sim, outro lugar, encontra-se virtualizada. Assim, considerando este processo de transformação, pode-se afirmar que o computador não é apenas uma ferramenta de produção de textos, sons e imagens, mas um operador de virtualização da informação.

A digitalização trouxe velocidade à utilização de diferentes informações em rede, os hiperdocumentos. Estes já existiam sob a forma de enciclopédias, dicionários, atlas, bibliotecas, em que era possível ser referenciado a novas informações a partir da consulta a uma específica. O suporte digital possibilitou a produção de informações a partir de combinações de formas, numa mixagem de sons, imagens e textos, ampliando o conceito de textualidade e possibilitando o emprego do termo hipertexto.

A forma de leitura destas informações se modifica também: não mais o leitor se desloca no texto, mas o texto se dobra e desdobra de forma diferente para cada leitor. O leitor passa a participar da redação do texto, não tem em sua frente uma mensagem passiva, mas um potencial de mensagem. Toda leitura é uma escrita em potencial (LÉVY, 2000).

O espaço que reúne informações digitalizadas e, portanto, possíveis de

acesso e troca com alta velocidade, torna-se espaço de uma outra forma de interação humana. O espaço cibernético ou ciberespaço compreende uma rede de todas as memórias informatizadas e se constitui como uma ferramenta de comunicação muito diferente da mídia clássica, em que as mensagens são interativas e cada pessoa pode se tornar emissora.

Lévy (2000) apresenta uma tipologia dos dispositivos de comunicação a partir da possibilidade de participação de cada agente:

- Um e todo: não há interatividade e se constitui por um centro de emissão e uma multiplicidade de receptores.
- Um e um: não há emergência do coletivo na comunicação, constituindo-se pela comunicação pessoa a pessoa.
- Todos e todos: emergência de uma inteligência coletiva, em que todos podem enviar mensagem a todos, através de uma variedade de ferramentas, dispositivos, tecnologias intelectuais.

A partir desta tipologia, podemos compreender a radical modificação na comunicação experimentada no ciberespaço, dissolvendo algumas distinções clássicas das teorias da comunicação entre emissor e receptor. Há o favorecimento de uma desterritorialização do saber, já que este não está mais presente em uma entidade que o transmite, mas no próprio coletivo, já que a informação é fluxo. Cria-se, assim, um espaço de saber vivo e dinâmico, e Lévy (2000) afirma que é possível pensar em um novo equipamento coletivo de subjetivação, já que novas formas de produção coletiva proporcionadas pela possibilidade de interação, coordenação e cooperação em tempo real (ou no tempo do ciberespaço, que é o tempo de cada um) são desenvolvidas.

O autor afirma, ainda, o caráter humano deste desenvolvimento: as técnicas não são exteriores à humanidade. O uso de ferramentas seria, juntamente com a linguagem e as instituições complexas, uma das características constituintes do humano. A partir deste uso é que são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas as ferramentas e se dá o desenvolvimento técnico (LÉVY, 1999). Logo, não há uma

separação radical entre técnica e humanidade, principalmente nas tecnologias que utilizam aparatos de virtualização. Segundo o autor (1996) a grande utilização destas tecnologias seria um sinal de uma volta à hominização, visto que a virtualidade esteve presente na constituição do humano. Esta proximidade entre técnica e humano é discutida de forma primorosa por Gilbert Simondon. O próximo ponto apresenta alguns de seus conceitos.

4.3.2 Individuação: sujeitos, coletivos e objetos técnicos

A gênese da técnica teria se dado no mesmo movimento que possibilitou o desenvolvimento da cultura humana. Simondon (2009) propõe uma leitura da organização da humanidade que coloca a tecnicidade como uma resposta a complexificação da relação do homem com o mundo. Segundo o autor, houve uma fase primitiva em que a humanidade viveu em contato com a totalidade da natureza e do mundo – a fase mágica, em que havia uma relação que será simplesmente aquela do vivente e seu meio, sem separação entre estes. Esta relação passa por um mecanismo de saturação, ou seja, a mediação entre o homem e o mundo não é mais constituída e concretizada à parte, fazendo surgir a distinção entre figura e fundo no universo. A tecnicidade desenvolve-se, então, destacando as funções figurais, enquanto as religiões (forma de religação com a totalidade primordial) especializam, por sua vez, as funções de fundo. A partir dessa divisão inicial, a tecnicidade se complexifica, passando a constituição como elementos, objetos e redes técnicas (SIMONDON, op.cit.).

Antes de seguir a apresentação da individuação dos objetos técnicos, é necessário clarificar o conceito base do desenvolvimento proposto por Simondon: a individuação, não somente como processo ontogenético, ou seja, como constituição dos indivíduos, mas como processo que acompanha o ser em sua existência. O termo indivíduos, nesta acepção, abarca todas as coisas do mundo: objetos (dos mais simples aos complexos), elementos naturais (rochas, cristais), seres vivos

(animais, vegetais, humanos), coletivos, processos sociais e objetos técnicos.

O autor propõe um giro na compreensão do processo de individuação, descentrando-o de uma visão a partir do indivíduo acabado. Outras formas de abordagem da realidade do ser como indivíduo centram-se no indivíduo pronto e a partir dele vão em busca do que os tornou assim. O substancialismo considera o ser como consistindo em sua unidade, dado por si próprio, fundado sobre si mesmo e resistente ao que não é ele próprio. O princípio da individuação, neste caso, é a própria existência física do ser, através da composição dos átomos e cuja tomada de consciência da sua natureza ocorre quando já está posta sua existência física. Já o hilemorfismo pressupõe que a individuação ocorra a partir do encontro de uma matéria e uma forma, sendo a presença destes dois elementos o mais importante para o processo. Ambas as abordagens não se debruçam sobre a operação de individuação, mas principalmente aos elementos necessários a esta operação ou ao seu resultado. Nestes casos, somente a operação que forma o ser completo é considerada como ontogênese.

A proposta de Simondon (op.cit) é de compreender o indivíduo como realidade relativa, determinada fase do ser que supõe uma realidade pré-individual anterior a ela, e que não encerra o processo de individuação, já que não se esgotam de uma única vez os potenciais daquela realidade. Este processo faz aparecer não somente o indivíduo, mas o par indivíduo-meio. O indivíduo, assim, é relativo em dois sentidos: ele não é todo o ser e resulta de um estado do ser em que ele não existia como indivíduo, nem como princípio de individuação.

A individuação corresponde a aparição de fases no ser. Antes da individuação há o ser pré-individual, no qual não existem fases. A partir de uma saturação que leva a necessidade de resolução da problemática – o devir – o pré-individual se resolve e faz surgir uma individuação. Esta não é uma consequência do devir, mas a própria operação enquanto se efetua. A primeira fase do ser se supersatura e, em seguida, estrutura-se e devém, fazendo aparecer indivíduo e meio. A individuação, assim, é uma resolução das tensões primeiras e uma forma de conservação destas tensões através da estruturação. É possível afirmar que há uma conservação do ser pelo devir através das trocas entre estrutura e operação e pelos saltos entre equilíbrios sucessivos.

Este equilíbrio não tem a característica da estabilidade, pois esta excluiria a possibilidade do devir, já que corresponde ao mais baixo nível possível de energia potencial. O equilíbrio estável é atingido quando todas as trocas energéticas possíveis são realizadas e não existe mais nenhuma força. O equilíbrio que permite a constante individuação do ser é a metaestabilidade. Segundo o autor (2009), esta forma de equilíbrio considera a energia potencial, que junto com a forma e a matéria, preexistentes no sistema, são mediadas e se transformam no ser individuado. Ou seja, é a energia que mantém a potencialidade e o movimento necessário para que o processo de individuação não se encerre em um indivíduo, numa identidade final, mas numa fase do ser que pode defasar-se novamente em outra individuação. Tal como o virtual em Lévy (1996), é transitório e carrega em si o fluxo para uma nova problematização ou individuação.

Simondon (op.cit) cita a formação de cristais como analogia do processo de individuação. A cristalização, ou seja, o momento limite da formação do cristal é conduzida pelo regime energético metaestável, mediando as características moleculares e atômicas da espécie química constituinte, que lhe conferem aspectos próprios, formando aquele cristal.

No ser vivo este processo não se encerra na constituição do ente. Segue uma individuação eterna, que é a própria vida, conservando em si uma atividade permanente, não sendo somente o resultado do processo, mas constituindo-se também como “teatro de individuação”. O ser vivo não tem sua atividade limitada como um objeto físico, mas responde a um regime mais completo de ressonância interna. O ser vivo é o ser que resulta de uma individuação inicial e amplifica esta individuação; segue problematizando-se e resolvendo problemas, não somente se adaptando, mas também modificando a si próprio e inventando novas estruturas internas. Esta operação forma o psiquismo individual, ou seja, constitui-se como uma individuação psíquica em que o ser, para resolver uma problemática própria, é obrigado a intervir como elemento do problema, tornando-se sujeito. O sujeito, assim, é uma unidade do ser vivo e individuado, elemento e dimensão do mundo e que representa sua ação no mundo. Assim, o acontecimento de mais individuações face à necessidade de resolução de problemas introduz mais realidade pré-individual e incorporam-na na relação com o meio (SIMONDON, op.cit).

A individuação também está presente nos objetos técnicos, pressupondo que, para se tornar um indivíduo, o objeto técnico necessita responder a certos quesitos, adquirindo uma condição especial, a concretização. A partir de uma passagem de um estado de artificialidade e desarticulação para uma sinergia complexa dos componentes internos do objeto, este muda de estado. Inicialmente, apresenta-se como abstrato, artificial, que necessita de intervenções humanas constantes. Ao tornar-se concreto, já não necessita mais de um suporte exterior, podendo existir em conjunto com outros objetos ou isoladamente. Em níveis mais complexificados, forma redes com outros objetos. Esses marcadores são importantes para avaliar estes objetos, que se tornam mais complexos não apenas por sua funcionalidade, mas pelo nível de compatibilidades internas que é capaz de articular e pelo potencial criativo dessa articulação. Há aqui uma radical modificação na avaliação da eficácia dos objetos, que deixa de ser somente realizada por critérios utilitários antropocêntricos, e passa a ser realizada por parâmetros mais próximos do mundo natural, com uma aproximação à noção de evolução de um organismo natural (ANDRADE, 2001).

A partir dessa perspectiva, a tecnicidade não pode ser considerada como realidade isolada, mas sim como parte de um sistema que tem efeitos nos modos de coordenação entre humano-objeto técnico. Ela é realidade particular e realidade transitória, resultado e princípio da gênese. Resultado de uma evolução, ela é depositária de um poder evolutivo, porque o possui como solução de um primeiro problema, e pode ser considerada como uma mediação entre o homem e o mundo (SIMONDON, op.cit).

Para a construção de um objeto técnico que funcione o homem precisa representar o funcionamento que coincide com a operação técnica e que a completa. Ou seja, a criação de um objeto técnico é eminentemente uma atividade humana, visto que é um ser humano que deposita uma operatividade naquele ente. A máquina não possui a capacidade de inventar operações, apenas de seguir e combinar determinações humanas nela depositadas.

Pela atividade técnica o homem cria operações e estas são destacadas do indivíduo que as produz e as pensa. Segundo o Simondon (2009) a máquina possui um tipo de impersonalidade que faz com que ela possa se tornar instrumento para

um outro homem; a realidade humana que se cristaliza nela é alienável, precisamente porque é destacável. Ou seja, a máquina carrega em si algo de humano e que outro humano pode reconhecer desta forma. Para que um objeto técnico seja reconhecido como técnico e não apenas como útil, para que ele seja julgado como resultado de invenção, portador de informação e não como utensílio, é necessário que o sujeito que se depara com o objeto técnico se reconheça como portador de formas técnicas.

O reconhecimento de operatividades técnicas inseridas por humanos no objeto e das mesmas operatividades no usuário institui uma relação não somente entre o objeto e seu operador, mas uma realidade interindividual coletiva, ou seja, entre indivíduos que em tempo diferentes relacionaram-se com o objeto técnico (criando suas operatividades ou o operando). Esta relação é denominada pelo autor como transindividual.

A transindividualidade é um modelo de relação coletiva, não sendo somente modo e conteúdo do coletivo, mas o próprio coletivo. Não apenas as operatividades técnicas são portadoras deste dispositivo de ligação coletiva. Elas o fazem na medida que são parte de uma realidade pré-individual coletiva e podem proporcionar a individuação de um coletivo. Isso torna possível que, em torno da atividade técnica, nasça um coletivo a partir do acoplamento entre as capacidades inventivas e organizadoras de muitos sujeitos (SIMONDON, 2008).

O coletivo é a resposta a uma problemática do ser que não pode ser resolvida somente através de uma resolução interna, intraindividual. Não é somente a partir da garantia da manutenção da vida – uma individuação vital – e a resolução de problemas internos – individuação psíquica – que o ser se mantém. As funções internas – percepção e afetividade – não são suficientes para a resolução necessária das problemáticas que se põem ao ser, já que são discordantes. A participação no coletivo é a solução para a discordância de sua problemática interna.

O coletivo é realidade transindividual obtida pela individuação de realidades pré-individuais associadas a uma pluralidade de viventes. Distingue-se do social, que não necessita de uma nova individuação, e expressa a forma como os indivíduos vivem em sociedade e supõe a existência de uma heterogeneidade

estrutural e funcional (por exemplo, a diferença funcional entre os indivíduos na solidariedade orgânica das sociedades animais). Também se diferencia do interindividual, já que este se institui a partir de um regime de reciprocidades e trocas que supõem analogias entre as estruturas interindividuais sem questionar as problemáticas individuais, não havendo, assim, uma outra individuação. Os indivíduos permanecem no mesmo nível de individuação e buscam nos outros uma imagem de sua própria existência. O coletivo somente surge quando os indivíduos colocam em suspenso suas próprias individuações, voltando ao que os homogeneíza: seus pré-individuais (SIMONDON, 2009).

O coletivo, assim, constitui-se como plano relacional, e esta relação é anterior à própria constituição, é condição de existência. Seu funcionamento é por agenciamentos, sobre a linha de encontro de dois mundos, criando algo que não está em nenhum dos elementos que se encontram, mas entre eles, no espaço-tempo comum (ESCÓSSIA e KASTRUP, 2005). Não há assim, a incorporação de indivíduos ao coletivo, mas sim de suas cargas pré-individuais, sendo estas, e não os indivíduos individuados, as principais formas de relação neste plano (SIMONDON, 2009).

A resolução de uma problemática a partir do coletivo e a potencialização dos indivíduos a partir da participação neste processo – visto que saltam em uma nova individuação - são características também de uma teoria do coletivo desenvolvida por Pierre Lévy. A Inteligência Coletiva é o tema do próximo ponto. Esses conceitos são importantes para fazer operar e fazer pensar a pesquisa-intervenção que propomos neste estudo.

4.3.3 Inteligência Coletiva

A inteligência ou cognição coletiva é definida como o potencial de uma população, sua disponibilidade, para a ação coletiva (LÉVY, 1998). Uma inteligência compartilhada, ou seja, ninguém detém todo o saber e ninguém não tem saber algum, não existindo um reservatório de inteligência transcendental. Pressupõe uma valorização constante de suas possibilidades, trazendo à tona a importância das competências de todos na produção coletiva. É coordenada em tempo real, ou seja, necessita de uma fluência de comunicação, no que os meios digitais podem ser facilitadores. Conduz ainda a uma mobilização efetiva de competências, ao indicar a necessidade de identificar e reconhecer os saberes de todos que compõem o coletivo. Seu fundamento e objetivo são o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas.

Pode ser definida como um espaço comum, em que a heterogênesse se enriquece pelo encontro do que liga seus elementos. Experiência outra do que a simples união pela semelhança ou pelo interesse comum, mas ligada ao trânsito pelo mundo, campo problemático que, em sua configuração dinâmica, apresenta problemáticas que não podem ser resolvidas de forma individual (LÉVY, 1997).

Inteligência, nessa acepção, não é a capacidade mental de aprender ou desenvolver raciocínios. Não é baseada numa cognição representacional, ou seja, que tanto mais é desenvolvido quanto melhor apreende a realidade. Ao contrário, esta concepção entende que a cognição é um processo que se dá no encontro do sujeito que conhece e do objeto, construída nesse entre, radicalmente influenciada pelos suportes tecnológicos em que se desenvolvem – oralidade, escrita, informática – definidas por Lévy (1997) como ecologias cognitivas. Assim, a inteligência ou a cognição são o resultado de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos, e não de desenvolvimentos individuais.

Segundo Costa (2004) as inteligências individuais não se prolongam naturalmente numa inteligência coletiva; o fato de indivíduos estarem em grupo não significa que resultará uma ação conjunta. O autor apresenta, assim, a ação coletiva inteligente, que seria a expressão de uma inteligência afluyente e que produz uma ação coletiva. Alguns marcadores são propostos para pensar as condições nas quais se daria esse movimento: situação do capital social, cultural e tecnológico de uma coletividade. Nesse sentido, o potencial de interação entre os indivíduos (capital social) constituiria um dos índices de referência para se compreender a forma de propagação das ideias (capital cultural) através de uma infra-estrutura de comunicação (capital tecnológico) no interior de uma comunidade, e seu consequente desdobramento ou não em ações coletivas inteligentes.

Segundo Lévy (1998), o desenvolvimento da inteligência coletiva se realiza no molecular, no espaço em que todos podem se reconhecer, e não em níveis molares, mais amplos. Não há difusão de uma mensagem a um todo, mas uma escuta da diversidade do presente e sua restituição no social. Este processo favorece a emergência da autonomia tanto de indivíduos quanto de grupos.

4.4 Alinhavos da experiência

Os operadores conceituais aqui apresentados de uma forma tão linear estão atuando em todo o processo em que desenvolvemos este estudo. Como já afirmamos em diversos momentos, apostamos na tecnologia como um dispositivo para a problematização, pelo seu potencial em virtualizar relações e formas e em criar um território comum de conversa que não seja aquele do trabalho cotidiano.

Pensamos que tal território proporciona a emergência de uma operatividade transindividual, tanto pelo uso da tecnologia, quanto pelas problematizações produzidas. Ou ainda, uma cognição coletiva, na qual os indivíduos se reconhecem

a partir dessa ação constituída por todos.

Essas operatividades se atualizam, então, no coletivo, que não é necessariamente produto da problemática que provocou a relação entre os entes, o Oficinando em Rede e o CIAPS. É, sim, a invenção de uma relação, que se constrói e reconstrói a cada ato. Em permanente movimento de virtualização-atualização-virtualização, ou mesmo de defasagem-individação, baseada sempre na temporalidade das resoluções e em seu potencial metaestável, ou seja, nunca sem movimento.

Seguimos no próximo capítulo contando mais histórias desse encontro. Mergulhamos na intervenção que propôs a construção do *website*, bem como de alguns movimentos que aconteceram ao seu redor.

5 ENCONTROS

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns dos encontros que produziram este trabalho. Além das oficinas de construção do *website*, serão relatadas passagens de diversos outros momentos constitutivos da relação CIAPS-Oficinando em Rede: reuniões da equipe do serviço para as quais fomos convidados a participar, reuniões do grupo de pesquisa, bem como o diálogo empreendido com o comitê de Ética na Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro em conjunto com a equipe do CIAPS. Tais elementos não serão apresentados seguindo um rigor cronológico, visto não ser o objetivo deste trabalho analisá-los buscando um desenvolvimento ou ordem entre eles. Também não temos a pretensão de esgotar a descrição destes momentos, haja vista a impossibilidade de capturar e catalogar todas as formas de produção de encontros entre o CIAPS e projeto Oficinando em Rede. Apresentamos estes excertos como pistas que nos auxiliarão na produção de análises em conjunto com a experiência da oficina de construção do *website*; atos que fizeram diferença e compuseram a produção deste trabalho.

Para fins de apresentação no texto, destacaremos os relatos da oficina com os técnicos próximos a uma lógica temporal, visto que este exercício contou com um planejamento de trabalho que visava a uma produção específica e era delimitado por um tempo determinado de dedicação dos técnicos do CIAPS e pesquisadores a atividade. Mas antes, percorremos alguns percursos do projeto “Inteligência Coletiva” e suas margens.

5.1 Percursos do projeto “Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva”

A proposta de realização de oficinas para a construção de um *website* surgiu como parte do projeto “Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva”, tendo como objetivo produzir um espaço para os trabalhadores do CIAPS experienciarem uma atividade conjunta que pudesse ser geradora de um trabalho coletivo. Como as demais atividades propostas em conjunto com a equipe do serviço, também foi registrada como uma ação de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tinha como objetivo, ainda, a vivência de uma oficina que tem a tecnologia como dispositivo, prática utilizada nas intervenções com os jovens e crianças usuários do serviço, mas que não é uma ferramenta comum no trabalho psi. Tais objetivos partiam do pedido da equipe técnica de se familiarizar com a tecnologia, e de um movimento do Oficinando para que o CIAPS assumisse as atividades no laboratório de informática independentemente das ações do projeto.

O projeto foi enviado a agências de fomento à pesquisa com duas finalidades: a renovação da bolsa de produtividade em pesquisa da pesquisadora principal e para concorrer a um edital de financiamento universal. A proposta apresentada dispunha-se a desenvolver um modelo de estudo da Inteligência Coletiva, baseado principalmente nos estudos de Pierre Lévy (1996, 1997, 1998, 1999, 2000) e de de Gilbert Simondon (2008, 2009). Para o primeiro fim, o projeto obteve aprovação. Já na avaliação para o financiamento universal, o parecer foi negativo. Dentre as análises do parecerista, constava a indicação de que “não se trata de um projeto tradicional de pesquisa”. Ainda, sobre a metodologia a ser utilizada:

[...] não se afigura como caminho metodológico com alguma probabilidade de levar às respostas para as indagações apresentadas, ou de atender aos objetivos descritos, além de seu aspecto trabalhoso de envolver capacitação de profissionais para uma atividade que não é simples e que não compõe seu quadro de atribuições regulares (SILVA, 2008).

Tal resposta foi conhecida quando o projeto já estava em andamento. O recebimento desse parecer e a notícia de que a atividade que desenvolvíamos em conjunto com o CIAPS tinha um aspecto “trabalhoso”, nos deu a dimensão do que estávamos realizando: dentro de um serviço de saúde mental localizado em um hospital psiquiátrico, grande parte da equipe reunia-se por duas horas, uma vez por semana, durante dois meses, para discutir seu trabalho tendo como suporte um dispositivo tecnológico. Segundo o parecerista, nossa proposta estava fora das atribuições regulares daqueles profissionais; pensar sobre o trabalho e sobre o estabelecimento no qual ele acontece não se configura como parte das atividades dos trabalhadores.

Ferreira Neto (2008) afirma que a universidade brasileira, atualmente, se caracteriza como operacional, sendo que o pesquisador é avaliado a partir da quantidade de “produtos” que são extraídos dos projetos. O projeto, assim, assumiria um valor superestimado, atuando como fiador que garante a produção de resultados. Isso levaria a necessidade de detalhar seus aspectos operacionais, em detrimento de sua problematização conceitual. O autor afirma:

Vemos [...] que a produção de pesquisas se constitui como um campo onde forças estatais e de mercado (esferas que pouco se distinguem hodiernamente) afirmam, mediante um conjunto de recursos legais, financeiros, regulatórios, entre outros, operacionalizando uma poderosa determinação nas formas e conteúdos dos trabalhos. [...] Por essa razão, pesquisar no Brasil hoje se torna também um enfrentamento do instituído não somente no âmbito da produção inventiva de conhecimento e de subjetivação, mas também no desenvolvimento de estratégias e táticas de manejo desse “júri de especialistas”, entendido como um sistema de saberes e poderes institucionais que estabelecem os critérios de avaliação e financiamento das pesquisas (p. 539-540).

De fato, a intervenção não é corriqueira. Não somente para os trabalhadores que se dispõem a parar suas atividades rotineiras, mas também para os pesquisadores, que tem de elaborar uma oficina utilizando tecnologias que não dominam como especialistas. Assim, foi parte muito importante do processo a capacitação que os pesquisadores tiveram com uma professora do Instituto de Psicologia para a familiarização com a ferramenta que utilizaríamos: um editor de

linguagem HTML¹⁴, o NVU. Foram dois encontros, em que os quatro pesquisadores que se envolveram mais diretamente com a intervenção produziram sites sobre temas de sua preferência.

Outro espaço pela qual o projeto tramitou foi o Comitê de Ética na Pesquisa do HPSP. Foi registrado no Comitê através do número 08.017, sendo aprovado na reunião ocorrida em 29 de setembro de 2008. O parecer segue em anexo a este estudo. Junto a ele, o termo de consentimento livre e esclarecido que foi assinado pelos participantes das oficinas.

A história do Oficinando em Rede com o Comitê de Ética, porém, não se resume a esse fato. Desde o início da parceria com o CIAPS, foram diversos contatos para discutir aspectos das propostas de pesquisa. É uma das características das intervenções a produção autoral dos participantes das oficinas. São principalmente fotografias e publicações no *weblog*¹⁵, que circulam por espaços que ultrapassam o ambiente hospitalar. As fotografias já foram proibidas de fazer parte inclusive dos trabalhos acadêmicos dentro dos quais foram produzidas, como na dissertação de Rafael Diehl (2007). O *weblog* no qual os jovens e crianças publicavam suas produções escritas e iconográficas não faz menção alguma ao CIAPS ou ao HPSP. Seguindo essa normativa as publicações podem ser assinadas por seus autores, tal como indicado pelo Comitê de Ética. Nesse caso, os responsáveis legais pelas crianças e jovens são comunicados do caráter da atividade, ligada a um projeto de pesquisa, e assinam o termo de consentimento livre e esclarecido.

O diálogo com o Comitê de Ética se atualizou em 2008. Como já foi referido no capítulo que fala do CIAPS, acompanhei um momento em que técnicos do serviço e participantes do grupo de pesquisa participaram de uma reunião do Comitê. O objetivo era seguir a discussão sobre as pesquisas que utilizam imagens e o *weblog* e a relação dessas produções com a autoria. As prescrições do Comitê em relação às imagens produzidas nas oficinas que constituíram o trabalho de Vanessa Mauren (2010) seguiram as anteriores: não poderiam aparecer pessoas,

14 *Hypertext Markup Language* (linguagem de marcação hipertextual). Coleção de comandos de formatação que criam comandos hipertextuais, ou seja, páginas da *web* (COSTA, 1999).

15 *Website* cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou "*posts*".

nem mesmo ser revelada a autoria das fotografias. Os autores teriam de escolher pseudônimos para assinar suas produções. As oficinas, então, produziram imagens de um hospício vazio, sem pessoas nas fotografias e nem mesmo assinando as produções (MAURENTE, op.cit.).

A afirmação da impossibilidade de um espaço em que os sujeitos pudessem ocupar um espaço de autoria representada pelas indicações do Comitê de Ética tensionou a presença do projeto *Oficinando em Rede* no CIAPS: é válida a construção de espaço de produção autoral se ele não pode borrar as fronteiras do manicômio? O “rebote” de um discurso que retira dos sujeitos que passam pela experiência da loucura qualquer legitimidade e reafirma sua estigmatização trouxe um desconforto extremo à toda equipe de pesquisa. Após aquela reunião, alguns integrantes do grupo de pesquisa conversaram ainda no pátio do hospital, e uma ideia se produziu: era preciso fazer algo.

Nos próximos dias, em uma reunião para discutir o planejamento das oficinas de produção do *website*, o incomodo seguia circulando. Produziu-se, assim, uma prescrição para o trabalho do *Oficinando em Rede* junto ao CIAPS: o grupo de pesquisa não atuaria mais nas atividades com os jovens e crianças usuários da internação. A decisão foi comunicada a uma das técnicas do CIAPS que também é integrante do grupo de pesquisa em uma reunião que ocorria naquela mesma tarde. À queima-roupa, o projeto tomou rumos que não só comunicavam, mas atuavam uma posição política: íamos ao encontro das proposições da Reforma Psiquiátrica, que definem o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por leitos em hospital geral.

Esta ação provocou uma cadeia de ressonâncias na relação entre o *Oficinando* e o CIAPS. Tornou-se um tema de questionamento por parte da equipe do serviço em todos os momentos em que travamos conversas. Em uma das reuniões da equipe técnica do serviço em que participamos, uma das técnicas nos fala da preocupação do CIAPS em prestar o melhor atendimento possível a todos seus usuários, sejam eles da internação ou ambulatório, e da importância da parceria com o projeto para a realização das oficinas com os jovens e crianças da internação, que ficaria sem a presença de um bolsista de iniciação científica a partir daquele momento. A técnica diz, referindo-se ao trabalho do CIAPS com a

internação que “se for para fazer um trabalho sem qualidade, é melhor fechar!” (sic). Uma colega ao seu lado, então, lhe responde: “A gente tem essa opção? Que bom, eu não sabia” (sic).

Aos trabalhadores do CIAPS esta opção não está tão disponível, é fato. O manicômio está presente em muitas falas da equipe do serviço, tanto nas reuniões que participamos quanto nas oficinas que acompanhamos. Em uma das primeiras reuniões no CIAPS que participei, um vento frio batia nas janelas fechadas da sala de reuniões, mesclando-se com o sol tímido das manhãs de inverno. Uma das técnicas me alerta que aquele era o “frio de manicômio”, que cortava o pátio do São Pedro e chegava ao CIAPS. Também, os dias confusos e agitados eram anunciados como momentos em que “baixou o manicômio”.

À equipe de pesquisa, porém, a opção é possível. Sustentar um espaço de produção de conhecimento que se faz dentro de um serviço que é parte de um hospital psiquiátrico é tarefa árdua. Por diversas vezes, o grupo de pesquisa escuta relatos dos bolsistas de iniciação científica de situações difíceis de suportar, tais como contenções físicas a crianças. Estes bolsistas são os participantes do grupo que passam mais tempo dentro do CIAPS, pois acompanham algumas oficinas com regularidade semanal e se inserem no cotidiano do serviço.

Esta forma de trabalho, inclusive, teve de ser repensada e discutida junto à equipe do serviço, uma vez que a atuação dos bolsistas de pesquisa muitas vezes era confundida com a de um estagiário. Por algum tempo, os bolsistas eram orientados, pela equipe técnica, a fazer anotações nos prontuários dos usuários. Ainda, havia uma responsabilização do bolsista pelas oficinas regulares, tornando sua realização condicionada à participação dele, mesmo que sempre fosse acompanhado por um técnico do serviço. Assim, o Oficinando propôs uma nova forma de atuação dos bolsistas, ligados a projetos com abrangência limitada, ou seja, com cronograma de participação e com uma alternância de períodos em que eles estariam mais envolvidos com as oficinas e outros em que poderiam se dedicar ao planejamento e análise das produções. Ainda, indicou a possibilidade de que os estagiários do CIAPS que atuassem nas oficinas participem das reuniões de pesquisa, como forma de manter a assessoria às oficinas regulares.

Em meio a esses tantos outros encontros, acontece a oficina de construção do *website* do CIAPS. Nesse caldo de atos e afetos foi que colocamo-nos a acompanhar a virtualização do serviço e junto dela, a problematização da relação que constitui aquele espaço: o encontro entre Oficinando e CIAPS.

5.2 Oficina de produção do website: exercícios de virtualização

Apostamos que o exercício que propomos constituiu-se como um dispositivo de virtualização do próprio CIAPS, a partir de uma ação da sua equipe técnica. Iniciamos participando das reuniões semanais da equipe técnica do serviço, da qual participam assistentes sociais, enfermeiro, terapeutas ocupacionais, médicos clínicos, médico neurologista, médico foniatra, médicos psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos e educador físico. Nas reuniões, apresentamos o convite a todos os técnicos e pactuamos a configuração da oficina: oito encontros de duas horas para a construção da página pelo grupo. Pela limitação física do laboratório de informática localizado no CIAPS, que possui cinco computadores, não seria possível que todos os técnicos do serviço participassem – 17, no total. Combinamos, então, que após a produção haveria uma apresentação à equipe toda para que todos pudessem participar da construção.

Começamos a oficina com nove técnicos e trêsicineiros do projeto Oficinando em Rede. Surpreendeu-nos o número de participantes. Muitos deles estendiam seu turno de trabalho ou o iniciavam mais cedo para estar no CIAPS naquele horário. Outros ainda vinham especialmente para a atividade. O objetivo do primeiro encontro era o de proporcionar uma familiarização para os técnicos com as ferramentas de produção de documentos hipertextuais. Apresentamo-nos munidos de um manual de utilização do *NVU, software*¹⁶ de edição de linguagem HTML.

16 Conjunto de instruções em linguagem de máquina que controlam e determinam o

Havia sido esse o *software* utilizado em nossa oficina de preparação. Porém, ao iniciarmos a instalação do programas nas máquinas, deparamo-nos com o fato de que o NVU é destinado ao sistema operacional *Windows*. Como está definido nas balizas de funcionamento do Oficinando, somente utilizamos softwares de livre distribuição e com código fonte aberto¹⁷. As máquinas do laboratório, assim, utilizam uma versão do sistema *Linux*, o *Debian*. Como solução, encontramos um editor HTML de operação muito similar, o *Kompozer*¹⁸ e seguimos com nosso planejamento inicial.

Os técnicos formaram pequenos grupos ou duplas de trabalho, e num primeiro momento, escolheram os temas sobre os quais iriam trabalhar nesse exercício: a cidade, música, viagens, jovens e aprendizagem. É um momento bastante introdutório à utilização das ferramentas, já que os participantes tinham diferentes níveis de conhecimento das tecnologias digitais: alguns pareciam muito à vontade, outros tinham pouca circulação pela *internet*. Nesta primeira oficina, os grupos ou duplas selecionaram imagens que comporiam seus *websites*, criando uma pasta que guardou cada coleção. Ao final da oficina, chega uma das bolsistas do Oficinando, para participar da atividade com os jovens do ambulatório que acontecia no horário concomitante ao da oficina de página (30 minutos de colisão). Acabamos a oficina mais cedo e combinamos que a troca do horário da oficina com os jovens seria sugerida para as próximas semanas.

Na segunda oficina, as atividades seguem mais voltadas para a operatividade do *software*. Osicineiros-pesquisadores são constantemente solicitados: “onde foi que guardei mesmo aquela foto?” “como troco a cor deste fundo?”. Salientamos o caráter lúdico daquele momento, em que todos estão muito envolvidos. Conversam sobre temas diferentes dos usuais: alguns descobrem que gostam do mesmo tipo de música, outros que gostam de tomar chimarrão no parque da Redenção. Conversam sobre seus lugares preferidos na cidade, contam sobre viagens de férias. Os

funcionamento de um computador e seus periféricos (COSTA, 1999).

17 A escolha pelo uso do *software* livre implica uma questão de liberdade de expressão (e não como uma questão de preço ou gratuidade). Esse programa, leva em conta quatro liberdades consideradas essenciais: a liberdade de utilizar o programa para qualquer propósito; a liberdade de estudar o programa e de alterá-lo; a liberdade de distribuir cópias deste programa; a liberdade de alterar e distribuir o programa alterado (SPOHR e WILD, 2010).

18 Programa utilizado para produção de sites, de livre distribuição. Considerado de fácil operação, não necessita de conhecimentos sobre programação de sistemas para ser utilizado, já que possui uma interface muito próxima a um editor de textos.

projetos “Porto Alegre, ontem, hoje e sempre”; “Aprendizagem de jovens em situação de risco”; “Jazz às pampas” e “Recuerdos Andinos” são produzidos na forma de *websites* coloridos, cheios de imagens e referências a momentos de lazer e descontração. Descontraído, mas muito sério, como um dos participantes salienta quando falamos desse caráter da atividade. A única exceção aos temas que não dizem respeito diretamente às questões do trabalho no CIAPS é o que fala de aprendizagem de jovens. Abaixo, a imagem da página inicial do site “Jazz às pampas”:

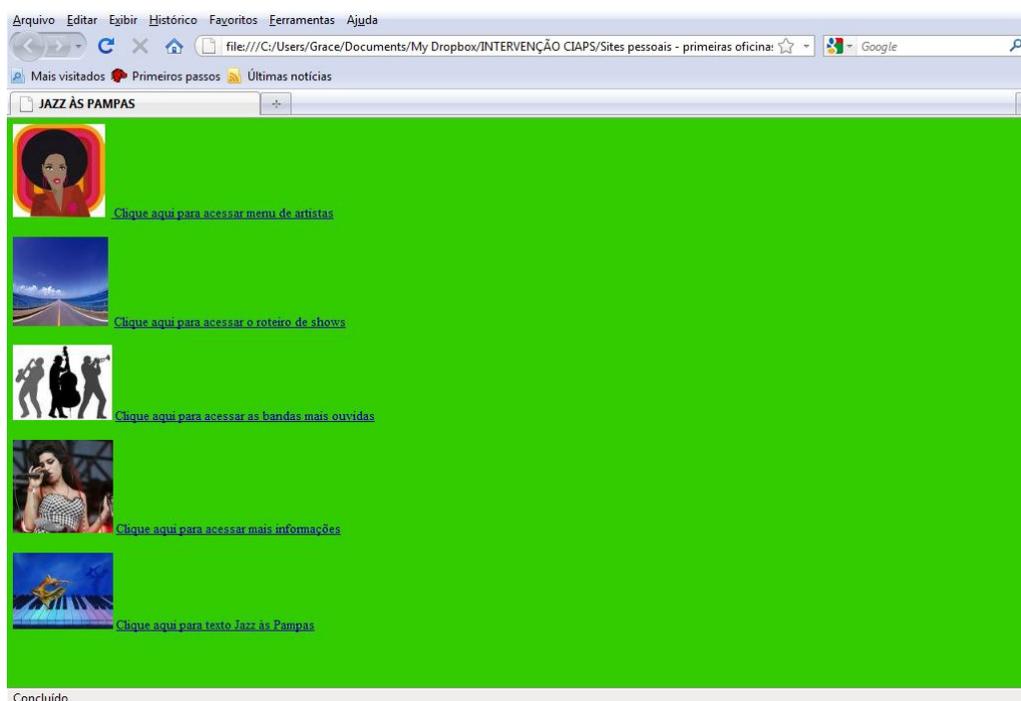


Figura 6: *Website* produzido como exercício na oficina: *Jazz às pampas*.

Combinamos que no próximo encontro cada pequeno grupo iria apresentar sua produção aos demais e que seria iniciado o planejamento da página do CIAPS. Ao final, um dos participantes faz questão de nos comunicar que havia lembrado a colega que faz a oficina com os jovens de que o horário deveria ser recombinação com os usuários para não colidir com a oficina que eles estavam realizando.

O terceiro encontro inicia com um período para finalizar os sites. Após, cada grupo falou de sua produção. Inicia-se, então, a discussão de algumas ideias de

como poderia ser a página do CIAPS: apresentar o CIAPS (“quem somos”), explicar as atividades oferecidas (oficinas, consultoria escolar, programas de ensino e pesquisa, estágios, tipos de atendimento oferecidos, como funciona o ambulatório e a internação) e um espaço para conversa *online* ou correio eletrônico para dúvidas ou discussões. Também surgiu a ideia de explicar como funcionam os estágios e colocar uma base de dados de artigos, dissertações e teses produzidas sobre o local. Ainda, de incluir uma seção para fotos e um mapa localizando a rede. A combinação para a próxima semana foi refeita: não haveria encontro, e os participantes acharam melhor seguir na atividade.

A quarta oficina tinha como objetivo de fazer um planejamento conjunto do que constituiria a página do CIAPS. Este exercício foi realizado utilizando papel e caneta, designando uma folha para cada uma das páginas do site. Utilizamos o varal que expõe normalmente as produções dos jovens e crianças. Abaixo segue uma imagem do que seria a página inicial

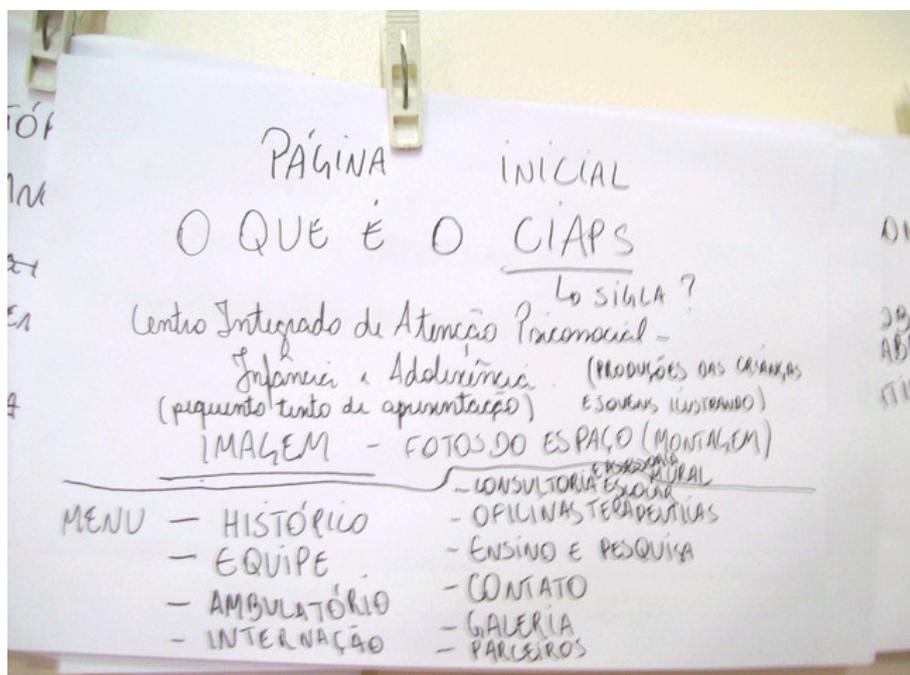


Figura 7: Planejamento da página inicial

Neste momento, o CIAPS se desenha: é um momento dinâmico, em que todos falam ao mesmo tempo, sugerem seções, pensam em conteúdos. São

definidas, além da página inicial, onze páginas, que falam da história do serviço, apresentam as atividades, a organização do trabalho.

Ao discutir a página inicial, surge a questão se haveria ou não uma imagem. Todos concordam que sim, mas que imagem seria? O diálogo que se produziu tensionou o espaço que o CIAPS ocupa no São Pedro:

“- A foto dos prédios históricos do Hospital.

- Mas não temos nada a ver com aquilo! Nós estamos aqui, não lá!

- Não, somos parte do Hospital, aqueles são prédios do Hospital, todo mundo conhece o São Pedro por aqueles prédios.

- Não, somos outra coisa.

- Mas tem que ter uma foto da entrada, então da entrada daqui.

- Ah, da entrada daqui. É daí, sim.

- Quem sabe produções dos pacientes? Um mural bem grade produzido por eles? Fotos das oficinas?”

Uma das oficinairas sugere uma composição de fotos e todos parecem concordar:

“- Sim, uma composição! Fotos dos trabalhos dos pacientes, da entrada, dos prédios do hospital!”

A definição dos espaços ocupados é uma questão presente em diversos pontos da construção. Um momento que ilustra a intensidade dessa discussão foi a definição do local que cada atividade do serviço ocuparia no *website*. Uma das atividades realizadas no CIAPS é a Assessoria e Consultoria Escolar, que atende a escolas e trabalha o relacionamento entre seus diversos agentes – alunos, professores, direção - através de acompanhamentos na forma de grupos com os professores. No momento de descrever a Assessoria no site, parte da equipe questionava aos técnicos envolvidos nesta atividade qual seria seu lugar: enquadrar-

se-ia como ambulatório? Os técnicos envolvidos mantiveram a posição de que era uma assessoria, e não um trabalho ambulatorial, descrevendo seus percursos pelas escolas e não o atendimento de usuários já identificados no espaço físico do CIAPS. Seguiu-se novamente a afirmação de seu lugar no ambulatório, visto que no CIAPS “ou se é do ambulatório, ou se é da internação” (sic). Outros integrantes da equipe começaram a se manifestar pela manutenção de outro espaço, garantindo então, um *hyperlink*¹⁹ próprio para a Assessoria e Consultoria Escolar.

Uma das participantes da oficina busca o projeto do CIAPS, um documento oficial que define os parâmetros do serviço. Lê alguns trechos em voz alta, principalmente os que descrevem as atividades. Seguem as discussões sobre o que haveria em cada uma das páginas:

- “A página “Histórico” deveria iniciar contando a definição da primeira unidade de internação infantil, em 1961”. Um dos participantes se oferece para desenvolver esta parte.
- “A página “Equipe” deve citar o nome das especialidades que compõem a equipe técnica”. Aicineira questiona se poderia haver ao menos uma descrição do trabalho de cada profissional. O grupo entende que é melhor não haver, uma vez que as atividades estão descritas em outros espaços do *website*. Também sugerimos que o nome dos trabalhadores esteja nesta seção. A sugestão é rejeitada por todos.
- “A página “Ambulatório” deve conter a área de abrangência de atendimento”. Sugere-se a colocação de um mapa, como o que fica na sala ao lado²⁰, marcando as redes. Também é sugerido que contenha o nome dos serviços realizados, como o acolhimento e os tipos de atendimento (oficinas, atendimento individual). Ao pensar no acolhimento, surge a expressão de que este seria “a porta de entrada”. Uma participante, porém, lembra que não é uma porta aberta, e que é necessário encaminhamento. Fica responsável por fazer um texto sobre acolhimento para ser parte da página.

19 Ligação entre as páginas que compõem um *website*.

20 O mapa, já citado no capítulo “Segunda Abertura”, é da década de 70 e marca o São Pedro como “Hospício” no perímetro da cidade de Porto Alegre.

- A página “Internação” iniciaria com as áreas de abrangência, também com um mapa. Ainda, as formas de acesso e critérios de internação. Um das participantes diz que não adiantaria colocar isso, pois na prática acontecia de outra forma. O grupo insiste que deve constar, pois quando alguém olhasse a página em busca de informações sobre o atendimento, deveria saber se pode ou não encaminhar jovens e crianças para o CIAPS. A capacidade do serviço (10 leitos para crianças e 10 para adolescentes) também estaria descrita. Há a sugestão de que se relatem as atividades realizadas com a internação, como as oficinas. Outro participante afirma que estas descrições estarão na página que fala de oficinas, não precisa repetir. Umaicineira sugere que se insira um *hyperlink* naquela página para a página que fala das oficinas.
- Na página “Assessoria e Consultoria Escolar” constariam os objetivos, abrangência e atividades. Seu desenvolvimento ficou a cargo do profissional que coordenava o projeto.
- A página “Oficinas Terapêuticas” traria os objetivos e os tipos de atividades.
- A definição da página “Ensino e Pesquisa” mobilizou bastante o grupo. Ele seria um espaço para as produções científicas do serviço e sobre o serviço. Também conteria informações sobre os quatro tipos de estágio realizados no CIAPS - familiarização, voluntário, curricular e remunerado. Discutiu-se o local em que entrariam as residências médicas e multidisciplinares. Ainda foram citados os “cursistas”, alunos do último ano do curso de medicina de uma universidade da cidade. Também seria o espaço para estarem os projetos de pesquisa que tem o CIAPS como parceiro, como o Oficinando. Um participante sugere que haja *hyperlinks* para os *websites* das universidades que mantêm estagiários no CIAPS.
- A página “Contato” deve conter o endereço eletrônico do CIAPS. Uma participante dita o endereço criado para as oficinas com os jovens e crianças, em um provedor gratuito. Ainda aparecerão o endereço e telefone do CIAPS.

- Ainda haverá a página “Galeria” que contaria com a publicação das produções das oficinas com os usuários e também as produções dos técnicos.
- O último item seria “Parcerias”. Ao perguntar sobre quais parcerias estariam ali descritas, uma participante afirma que o CIAPS não possui parceiros. A UFRGS, lembrada por outro profissional, já estaria presente na página “Ensino e Pesquisa”. Até que uma trabalhadora lembra de uma associação que auxilia na realização da festa de Natal.

Na quinta oficina teve início a produção das páginas que comporiam o *website*. As duplas de trabalho se reconfiguraram conforme o interesse de cada profissional em trabalhar o tema de cada uma das páginas. Asicineiras mostram ao grupo *websites* de outros serviços de saúde em que há o nome e imagem dos trabalhadores. Tensionamos a construção da página “Equipe” que somente citaria os nomes das especialidades que compõe a equipe. Os participantes da oficina seguem no que havia sido afirmado durante o planejamento: não haverá nomes. Nenhum dos profissionais, porém, detém-se a trabalhar nesta página. Iniciam o desenvolvimento das páginas que falam do ambulatório, da internação, do histórico do CIAPS, do ensino e pesquisa e da assessoria escolar. Neste momento, o foco era o desenvolvimento do conteúdo, sendo as páginas desenvolvidas sem nenhum recurso gráfico adicional. Abaixo, a página “Ensino e Pesquisa” construída naquela oficina:

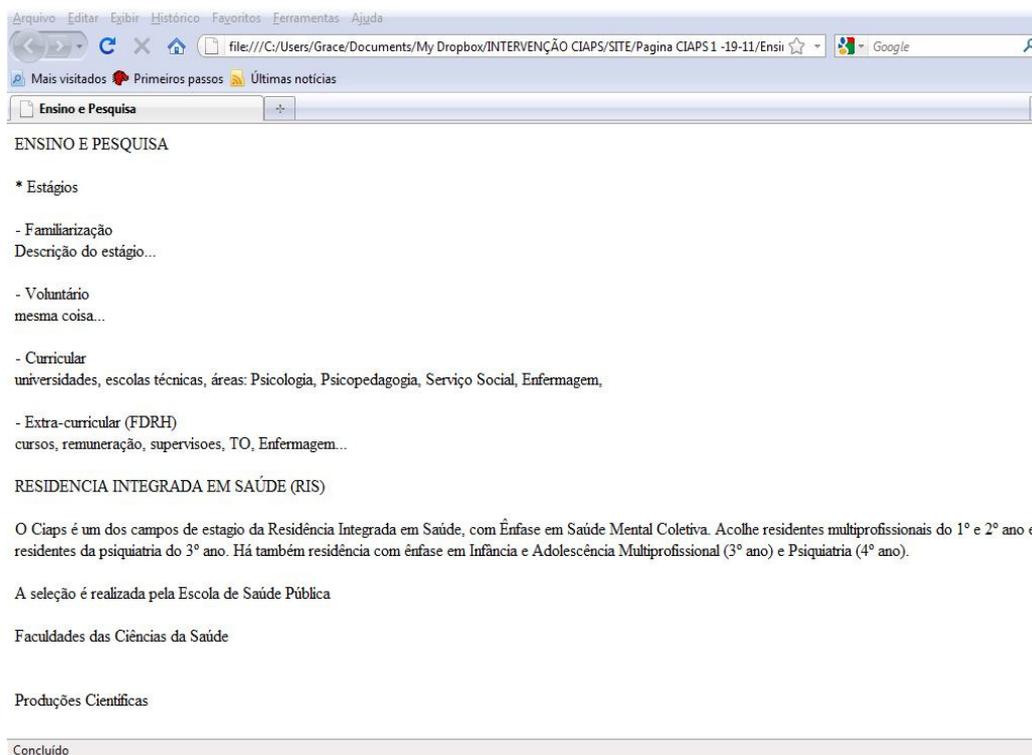


Figura 8: Fase inicial da página “Ensino e Pesquisa”.

Para a página que trata da internação, as trabalhadoras responsáveis pela mesma buscam auxílio no projeto escrito do CIAPS. Uma das questões discutidas pelos participantes foi a definição dos critérios para internação: “Interna por uso de álcool e drogas?” “Não, deve estar intoxicado.” “Não é melhor colocar 'substâncias psicoativas'?”. A página do ambulatório é dividida em outras – abrangência e modalidades de atendimento.

Na sexta oficina prossegue o desenvolvimento das páginas. O projeto escrito não é encontrado. Uma das participantes afirma que sem ele, não daria pra fazer nada. Outra participante diz que providenciou cópias dele. Sai, volta com as cópias e as distribui entre os participantes. Um dos profissionais diz que aquela não é a última versão do projeto, ao que outro responde que “é a última versão que recebeu nas mãos”, e que “esse era um assunto de sexta-feira (dia da reunião de equipe).” “É culpa da Cleci que fez a gente discutir isso antes”, diz em tom de brincadeira.

Duas participantes trabalham na elaboração da página “Internação”. Transcrevem conteúdo do projeto em papel. Uma dasicineiras sugere que sejam feitas divisões, pois o conteúdo está extenso para uma página só. Os colegas

comentam que não precisariam ser descritos todos os procedimentos que cada especialidade realiza na internação, que eles haviam combinado outra coisa. Elas dizem achar importante e que seguirão inserindo aqueles dados e que o grupo pode diminuir depois.

Outra discussão importante que acontece nesse encontro é em relação à prática das oficinas. Alguns participantes questionam a denominação oficina e perguntam o que a diferencia de um grupo. “Todas as práticas de grupo são oficinas?” Os participantes entendem que não. “Todos os grupos são terapêuticos?” São discutidos alguns exemplos do cotidiano do CIAPS: grupo ou oficina de cuidados pessoais, leitura do livro, musicoterapia. Um dos participantes se dirige aicineira: “Vamos pedir ajuda aos universitários. O que fazemos é grupo ou oficina?” Aicineira é professora universitária. Afirma que, teoricamente vão existir muitas definições de grupos e oficinas, mas o importante é definir a partir das experiências do CIAPS.

Para a sétima oficina, propomos apresentar uma versão “crua” do site, fazendo a ligação entre as páginas construídas pela equipe que comporia o website. Ainda, algumas sugestões de *design* (cores, disposição dos *hyperlinks*, fontes, imagens) para o site, para que discutíssemos juntos qual seria composto para o *website* do CIAPS. Seguem abaixo a versão “crua” da página inicial e duas versões de *design* que apresentamos:

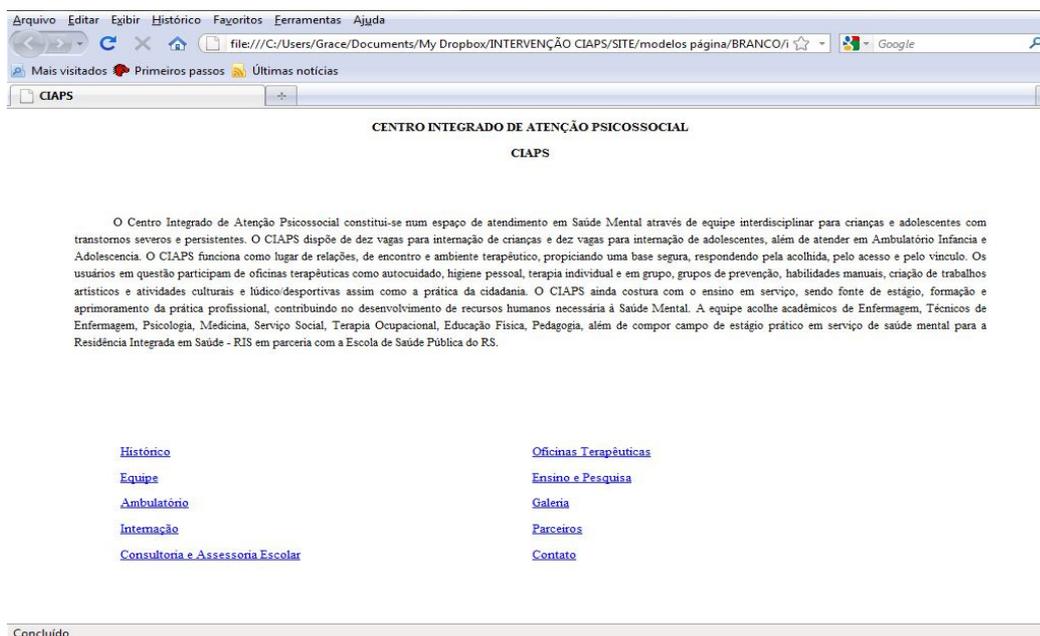
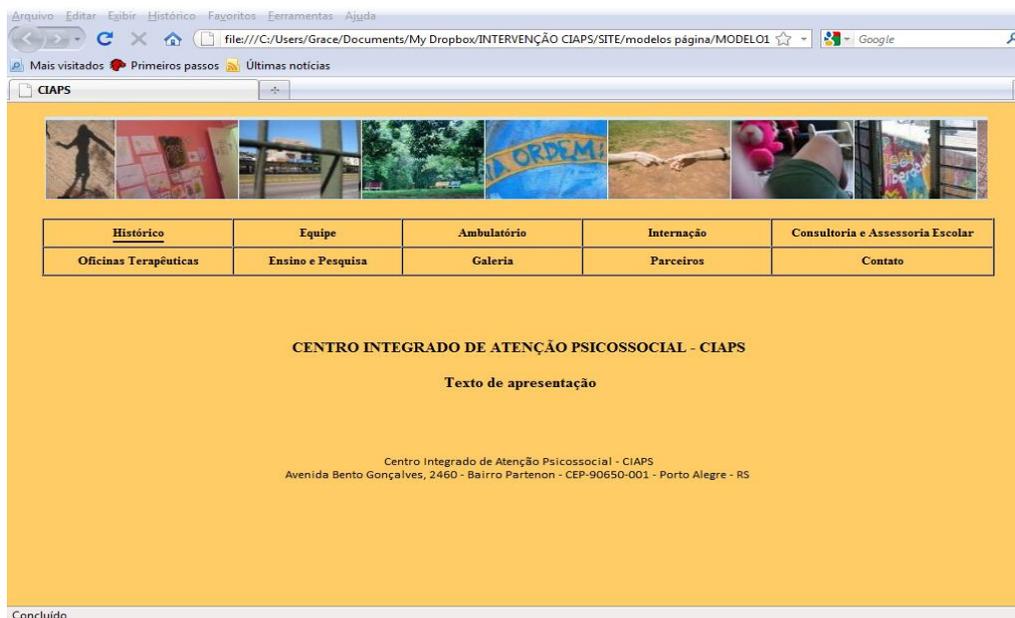
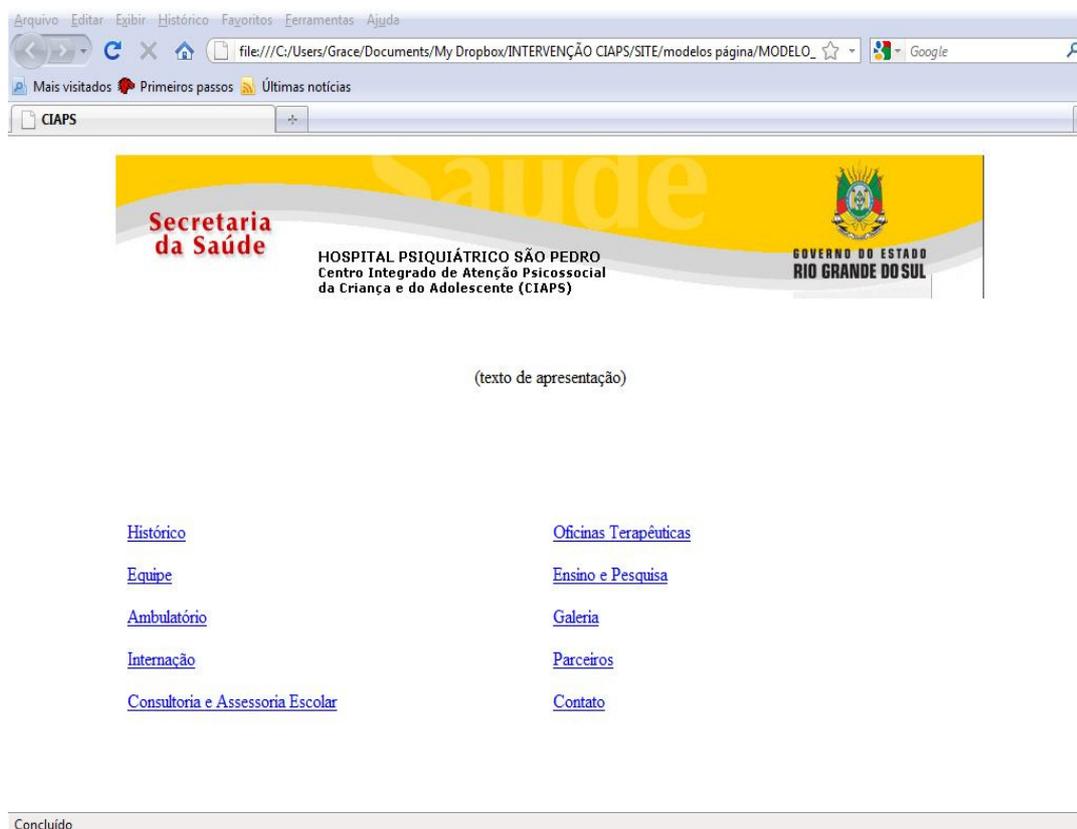


Figura 9: Versão crua da página inicial.

Figura 10: Sugestão de *design* para o *website*.Figura 11: Sugestão de *design* para o *website*.

A sugestão composta apresentada na Figura 11 teve como base o *design* do

website da Secretaria da Saúde (SES) do estado. A proposta principal da oficina não era de uma capacitação técnica para o uso da ferramenta, então, devido ao tempo que seria necessário para que os técnicos fizessem a produção gráfica do *website*, optamos por trabalhar desta forma: apresentando modelos e construindo a partir deles ou de outras sugestões a estrutura da página. Interessava-nos utilizar o tempo das oficinas para as discussões sobre o conteúdo, organização dos espaços e menos com a execução dos demais detalhes. Assim, osicineiros-pesquisadores fariam a produção final do *website*.

Algumas discussões se destacaram nesta apresentação:

- A ordem dos itens na página inicial: na versão elaborada no planejamento “Ambulatório” vinha antes de “Internação”. Alguns profissionais dizem que não poderia ser assim, que a Internação vinha antes. Outra trabalhadora contestou, dizendo que o ambulatório deveria ser apresentado primeiro, pensando num leitor que busca atendimento no local. Os outros insistem, dizem que o CIAPS é, de fato, uma unidade de internação, não um ambulatório, afirmando: “Eu entendo o que tu pensas, que o ambulatório deve ser o primeiro recurso terapêutico, mas nós somos mais internação, é isso que está no projeto, que nos faz conhecidos”. Alguém diz: “A, de ambulatório, vem antes de I, de internação”. Ainda, “nós não somos um CAPS, somos uma unidade de internação”.
- Na página “Internação” foi feita a descrição das atividades de cada área, o que gerou discussões durante a preparação do site, pois foi definido que o serviço não seria apresentado dessa forma. Essa parte, então, é renomeada como “informações complementares”, localizada em um novo *hyperlink* na página da Internação. São lidas as atividades descritas e feitas algumas modificações: “Se a área X diz que faz entrevista com familiares, eu também vou colocar isso, porque eu também faço”. “Fulano não faz isso sempre... será que tinha que estar aí?”. “Eu faço o grupo X, tem que estar ali”. A página com as atividades gerais da internação, sem definir os profissionais que realizam cada atividade, não provoca tantas discussões. É indicado que se coloque que o CIAPS não tem gerência sobre as vagas de internação, que estas são geridas por um serviço de admissão do hospital. É sugerida a

criação de uma página de gráficos, mostrando as estatísticas da Internação (porcentagem de usuários com cada psicopatologia, se é por determinação judicial ou não, quais os locais de origem). O grupo elogia muito essa ideia, afirma serem dados muito importantes.

- O modelo que apresentamos baseado no modelo da Secretaria da Saúde foi o escolhido para ser a base do *website* do CIAPS. Porém, os participantes gostariam de acrescentar imagens. Não houve tempo de trabalharmos a produção dessas imagens na oficina, então sugerimos a utilização de imagens já produzidas nas oficinas de fotografia do Oficinando, das quais muitos haviam participado. Segundo um dos participantes “uma composição de fotos é importante, pois mostra que estamos em rede”. Então, opta-se pela utilização de uma composição que ilustra o *website* do Oficinando em Rede e que está em um dos modelos que preparamos (figura 10).

No oitavo encontro foi realizada a apresentação da página aos demais profissionais que formam a equipe do CIAPS. A versão da página inicial do *website* apresentado segue abaixo:

CIAPS - Mozilla Firefox

file:///C:/Users/Grace/Documents/My Dropbox/INTERVENÇÃO CIAPS/SITE/Página CIAPS 4 - 12-12/indt

Secretaria da Saúde

Hospital Psiquiátrico São Pedro
Centro Integrado de Atenção Psicossocial
Infância e Adolescência - CIAPS

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

PÁGINA INICIAL	HISTÓRICO	EQUIPE	AMBULATÓRIO	INTERNAÇÃO	OFICINAS TERAPÊUTICAS
CONSULTORIA E ASSESSORIA ESCOLAR	ENSINO E PESQUISA	GALERIA	PARCEIROS	CONTATO	CRÉDITOS DA PÁGINA

É um serviço de atenção integral à criança e ao adolescente em sofrimento psíquico que oferece um espaço de atendimento em saúde mental através de equipe interdisciplinar, funcionando como lugar de relações, de encontro e ambiente terapêutico, propiciando uma base segura, respondendo pela acolhida, pelo acesso e pelo vínculo.

Centro Integrado de Atenção Psicossocial - CIAPS
Avenida Bento Gonçalves, 2460 - Bairro Partenon - CEP-90650-901 - Porto Alegre - RS

Concluído

Figura 12: Primeira versão com *design* da página inicial.

Foi um encontro ruidoso, animado. O arquivo com a página foi colocado em todos os computadores do laboratório de informática. Os participantes da oficina mostravam a produção com apropriação, em pequenos grupos em torno dos computadores. Os colegas prestavam atenção, liam os textos. Foram feitas diversas sugestões de alteração, principalmente em relação às descrições de atividades. Uma das trabalhadoras que não participou do grupo, da enfermagem, afirma: “nós fazemos muito mais coisas. A descrição que está no serviço de educação física (planejar, executar, avaliar ações...) é que deveria estar na enfermagem. Tem o acompanhamento 24 horas!”. Combinamos as alterações que seriam feitas e quem as faria nos textos, enviando para asicineiras-pesquisadoras para atualizar no *website*.

Também retornou a discussão sobre as oficinas que já haviam acontecido durante a elaboração das páginas. A questão era a nomenclatura utilizada na descrição das atividades: foram localizadas como “oficinas” as atividades realizadas em grupo no CIAPS. Alguns técnicos, porém, disseram-se incomodados com tal título e pouco familiarizados com sua realização. “Acho que os grupos ficaram desprestigiados, pois foram somente citados”, afirmou uma das trabalhadoras. Sugeriram a utilização de termos como grupos terapêuticos ou grupos operativos. A equipe dirigiu-se aosicineiros em vários momentos da discussão, procurando uma resposta para a questão, sobre “o que mesmo eles faziam” ou “qual a diferença entre grupos e oficinas”. Nesses instantes, foi importante a retomada do papel do grupo de pesquisa dentro do CIAPS: nossa atuação não tem o objetivo de trazer respostas ou transmitir conhecimento de forma vertical. Ao contrário, participamos como catalisadores de uma construção autoral dos próprios profissionais sobre seus fazeres e conhecimentos. O encaminhamento para essa questão, então, foi utilizar os dois termos: oficinas e grupos terapêuticos.

A partir de discussões como a desse ponto, envolvendo o conjunto de técnicos, o grupo que participou da oficina realizou as alterações sugeridas e finalizou uma versão inicial do *website*²¹.

Inicia-se, então, a busca por espaços para a publicação da página. A

21 O arquivo que contém a página produzida pelos trabalhadores do CIAPS se encontra em uma mídia anexa a este trabalho.

coordenação do CIAPS procurou a direção do HPSP para relatar a experiência de construção do *website* e pedir a autorização para a publicação. Naquele momento, a informação dada pela direção do Hospital é de que a publicação estava autorizada, não havendo necessidade de que ela fosse apresentada ou analisada. A coordenadora relata que ouviu a seguinte frase: “confio no trabalho de vocês”.

O Hospital Psiquiátrico São Pedro possui uma página institucional hospedada dentro do *website* da Secretaria da Saúde. A coordenação do CIAPS, então, iniciou contatos com a SES a fim de utilizar este espaço. Participamos de uma reunião com o responsável pelo site do HPSP, que informou que a página do CIAPS não poderia ser publicada tal como havia sido produzida, já que o *website* da SES possuía uma pré-configuração de alguns elementos. Acertou-se, assim, que a página seria publicada seguindo o formato padrão, mas com o conteúdo produzido pela equipe. Passamos os arquivos do *website* para o técnico da SES. Alguns dos participantes demonstraram decepção na não publicação da versão que eles haviam produzido.

O *website* do CIAPS, então, ficou localizado como uma das unidades de internação do HPSP, mesmo tendo atividades em outras modalidades de atendimento – como o ambulatório e a assessoria. O conteúdo que apresenta o trabalho ambulatorial não foi publicado prontamente, sendo necessária a negociação da coordenação do CIAPS com o técnico da SES para isso. Ainda, algumas seções não foram publicadas, tais como a que apresenta as parcerias do Centro, e os créditos pela construção da página, bem como a que descreve as atividades de ensino localizadas dentro do serviço. Esta última foi suprimida após um pedido de um departamento do HPSP que gerencia estas atividades no Hospital, alegando que aquelas ações eram exclusivas de sua atuação²².

Foi realizado, ainda, um encontro final. O objetivo era conversar sobre o processo de produção da página e sua publicação, compartilhando nossas reflexões sobre a atividade. Iniciamos falando sobre a modalidade de trabalho que propomos, a pesquisa-intervenção, e a produção de análises que não dizem respeito somente ao que aconteceu na oficina, mas às questões que estes acontecimentos fazem visibilizar.

22 A página está disponível no endereço

<<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=organograma&cod=3031>>.

Sobre o processo de produção, os participantes afirmam ter sido muito rico: puderam conhecer o trabalho do outro, conhecer melhor os colegas, procurar afinidades, pensar no trabalho para além do cotidiano. Apresentamos as duas versões do *website*, a produzida na oficina e a publicada na página da SES. Apontamos a ausência da página “Ensino e Pesquisa”. Uma das participantes diz que entende que o departamento que se dedica a essas questões tenha solicitado que a produção deles não fosse publicada. Não sentiu que havia sido uma forma de “perseguição”, mas apenas uma forma de seguir o organograma administrativo do hospital. Disse que o departamento solicitou a reformulação da página e não sua supressão, mas que não havia sido feita. Outra participante, porém, ressalta que o CIAPS se dedica àquelas atividades e que deveriam constar na página.

Uma das trabalhadoras fala do reconhecimento que o CIAPS recebe da direção do HPSP. Segunda ela, o serviço é muito elogiado nas reuniões com outras unidades do hospital. São citados como referência no tempo de internação, são rápidos na busca de rede de suporte para a alta dos usuários. Outra, conta que o ambulatório, ao contrário, é esquecido: em uma reunião com a equipe de saúde mental da rede municipal que atua na região na qual o hospital está localizado foi solicitada a presença de um representante do ambulatório que atende crianças e adolescentes. A direção do hospital, então, designa um representante do Ambulatório Mélanie Klein, que possui somente atendimento de um médico psiquiatra a esse público. A equipe de saúde mental do município, porém, manifesta-se dizendo que gostaria de conversar com o CIAPS, que ali estava o ambulatório com o qual gostariam de fortalecer o trabalho em rede. Ou seja, o reconhecimento do trabalho no ambulatório é externo, sendo praticamente inexistente dentro da estrutura hospitalar.

Apontamos a grande mobilização do grupo na elaboração da página da internação e o quanto a tensão ambulatório-internação seguia presente, como no atraso da publicação da página do ambulatório no *website*. Uma das trabalhadoras diz que conversou com técnico que faz a publicação e o fato havia acontecido por um descuido do técnico.

Apresentamos ao grupo uma possível relação: não seria por esse reconhecimento tão grande da internação e tão pequeno do ambulatório que a

primeira modalidade de trabalho ocuparia tanto espaço na produção? Uma das trabalhadoras, que até então observava a conversa, afirma: “talvez, falamos tanto da internação porque precisamos suportá-la...”.

Após essa afirmação, outra trabalhadora fala que eles trabalham com situações muito difíceis de suportar, que são sujeitos que socialmente são considerados como “escória”. Compartilho esse sentimento com o grupo e conto meus temores de minha primeira visita ao CIAPS. Aponto, ainda, a importância dos pesquisadores estarem naquele período acompanhando o cotidiano do trabalho no CIAPS, vivendo um pouco da dureza que se produz diariamente. Afirmei que meu trabalho iria também abordar estas questões, ou seja, o que acontece no encontro que travamos, não somente com o CIAPS.

Assim, finalizamos este encontro. Saio de lá com a sensação de compartilhamento. Conseguimos produzir um espaço para que coisas importantes pudessem ser ditas; que outras se atualizassem em ações; que outras, fossem sentidas.

Algumas dessas coisas estão presentes nas análises desta dissertação. Não todas, pois é impossível estabilizar a velocidade e intensidade de tantas forças nesse exercício acadêmico. Propomos, então, algumas linhas de análise, localizadas no próximo capítulo como uma forma de apresentação didática, mas que já passeavam pelos capítulos anteriores.

6 ENTRE OS ENCONTROS: LINHAS DE ANÁLISE

Neste capítulo pretendemos compartilhar algumas linhas de análise produzidas entre os encontros que apresentamos neste estudo. Não pretendemos esgotar analiticamente estas passagens. Tampouco encerrar a análise somente neste ponto, uma vez que firmamos nossa proposta de produzir explicações tendo como guia a implicação. Assim, a análise se espalha pelos encontros ao longo do trabalho.

Apresentamos este momento a retomada de algumas marcas deste percurso e as formas que se produziram, tanto na zona comum dos encontros entre Oficinando em Rede e CIAPS, como nestes dois entes.

Iniciamos com a discussão sobre a operação tecnologia nestes encontros, passamos ao mapeamento do campo de tensões produzido nessa virtualização e chegamos, a partir destes elementos, as formas coletivas que se atualizaram nessa experiência.

6.1 Tecnologias operando...

A utilização de ferramentas tecnológicas, através das oficinas de construção do *website*, teve como objetivo de partida servir como dispositivo para a emergência de um campo problemático no CIAPS, virtualizando sua organização e suas relações internas e externas. De início percebemos que o encontro possui uma dupla direção, motivando ampliar nosso olhar neste trabalho e incluindo, também, a operação da tecnologia nos encontros entre Oficinando e CIAPS.

O encontro com a tecnologia informática pode, à primeira vista, causar desconforto para aqueles que ainda não vivem cotidianamente conectados a computadores e redes de *internet*. O salto ocorrido na difusão das TIC criou uma diversidade nos modos de relação com essas máquinas e redes e forma diversas ecologias cognitivas (LÉVY, 1997): há aqueles que têm a tecnologia informática como base de suas ecologias cognitivas; há os que a incorporaram em seu funcionamento; há aqueles que se aproximam e fazem dela um utilitário, e ainda outras tantas formas de relação.

Assim, anteriormente a uma utilização da tecnologia como dispositivo de intervenção em nossos fazeres – trabalhadores do CIAPS e pesquisadores do Oficinando – temos um encontro com esse aparato em nossas cognições. As formas de relação que temos singularmente com a tecnologia são confrontadas a partir da proposta de trabalho do Oficinando. Um confronto que se desdobra ainda por outra seara muito delicada no campo em que atuamos: as práticas em saúde mental, ligadas a profissões do cuidado e assistência, que têm seus desenvolvimentos alicerçados sobre uma base de formação humana, em sua acepção tradicional de separação da técnica.

Assim, enfrentamos um duplo confronto: que relações temos como sujeitos com a tecnologia informática e o que isso tem mesmo a ver com o trabalho que desenvolvemos em saúde mental? O que foi possível demarcar é que o potencial de desterritorialização da tecnologia provoca as relações. Coloca em questão papéis assumidos em ambientes tão fortemente instituídos: o hospital psiquiátrico e a universidade.

Assim, como pesquisadores, tivemos de voltar “aos bancos escolares” e passar por uma capacitação para aprendermos a construir *websites*. Admitimos a parcialidade de nosso conhecimento ao nos depararmos com a dependência de um especialista em tecnologias. Temos ainda que explicar a colegas do mundo *psi* menos íntimos com uma discussão sobre tecnologias que nossas intervenções possuem um caráter clínico.

Os trabalhadores do CIAPS têm de lidar com jovens e crianças que, em geral, podem ter mais contato com a tecnologia do que eles próprios. Operar o saber que

mantém a relação entre “técnicos” e “pacientes” acaba se tornando um desafio. É possível deixar transparecer ao sujeito que está ali porque é “louco” que ele sabe mais sobre aquela operação do que o técnico que sabe mais sobre ele e ainda manter as relações da mesma forma?

Como Oficinando em Rede e CIAPS resolvem a problematização que se produz quando os jovens e crianças navegam pela *internet*? Quais os limites para suportarmos aquilo que apontamos como objetivo de nossas intervenções: a ligação com redes distintas das construídas pelos percursos de atendimentos em serviços psiquiátricos. A navegação desses sujeitos pelo ciberespaço, em que podem acessar e ser acessados por quaisquer pessoas, traz a potência de bons e maus encontros. É preciso sair de uma posição absoluta em relação a esse tema e produzir estratégias que atentem a esses acontecimentos. As rápidas passagens dentro e fora que se estabelecem nessa navegação desterritorializam também o que entendemos por cuidado e controle.

A operatividade técnica, tal como definida por Simondon (2008) é resultado de uma operatividade humana. O autor afirma que a operação humana que compõe a máquina pode ser destacada por outros entes que a utilizem pelo reconhecimento de uma operação que ele também possui. Ou seja, é preciso visualizar na máquina algo de comum a si, de análogo. Assim, ela pode realizar seu potencial de fazer ligação entre as pessoas.

Na oficina de construção do *website* do CIAPS pudemos experienciar essa ligação pela tecnologia. Trabalhadores do serviço puderam circular por espaços comuns com seus colegas, travando conversas sobre temas que não eram somente os ligados ao trabalho, quando construíram suas páginas pessoais. Uma sensibilização para uma forma de conversa nova, produzida pela hipertextualidade: o *website* é um ponto que pode se ligar a tantos outros na *internet*. O que pode se falar sobre seu trabalho? Quem irá ler o que eles escrevem? Um possível usuário, um profissional que busca um espaço de encaminhamento, um estudante em busca de campo de estágio? Como cada um desses entes pode ler o que está na página?

Operar as máquinas coloca os trabalhadores em outro regime de produção. As distinções entre saberes ficam diluídas durante o processo: todos estão

aprendendo, todos estão falando, todos estão produzindo. A tecnologia atuou nessa experiência como a “bola do jogo”, objeto-ligação que faz disparar a conversa e media a relação. Esse objeto seria o responsável por levar o todo a cada sujeito e cada sujeito ao todo (LÉVY, 1996). A discussão é produzida a partir do suporte tecnológico que confere forma a essa produção. Surgiram, assim, questões sobre temas presentes naquele campo, mas que ficam submersos em meio a um cotidiano de práticas já determinadas.

Além dos desafios diante das problematizações mencionadas, a conexão em rede engata os participantes no estabelecimento de conversas com o mundo digital. Poder operar com modos de linguagem que são comuns a uma comunidade de internautas certamente fornece ferramentas de pertencimento, de exercício ampliado de cidadania, capacitando-nos a uma distinção entre diferentes encontros nesses outros mundos.

6.2 Relações se virtualizando...

As discussões sobre a forma do trabalho e a necessidade de nomear ou localizar as ações em modelos definidos – ou internação ou ambulatório – são recorrências dentro da própria equipe e na relação com o Hospital Psiquiátrico. O impasse sobre a localização da Assessoria Escolar visibiliza a dicotomia sob a qual está organizada a atenção à saúde mental: é preciso nomear-se como uma ou outra modalidade para ultrapassar a dicotomia ambulatório/internação, produzindo caminhos alternativos.

A equipe de pesquisa, filiada aos pressupostos da Reforma Psiquiátrica que propõe a ampliação das possibilidades terapêuticas em saúde mental, nesse momento tem um contato materializado com a força manicomial que constitui o

CIAPS. O trabalho do Oficinando em Rede tem como norte a ligação dos usuários a outras redes que não somente a específica em saúde mental, realizando tentativas de que estes ocupem outros espaços onde possam acessar a tecnologia, tais como *lan houses*, telecentros públicos, casas de vizinhos e familiares etc. A afirmação de que o que se faz no CIAPS deve enquadrar-se a duas modalidades circunscritas também diz respeito à ação do grupo de pesquisa e põe em questão o trabalho das oficinas realizadas com as crianças e jovens no local.

A cisão entre atividades – aqueles que ensinam, aqueles que executam – também surge na oficina e na relação com outros departamentos do Hospital, como na impossibilidade do CIAPS anunciar que tem atividades deste tipo. Lembra-nos da diferença de domínios – conhecer e transformar – dentro da qual estamos nós também a determinar – o grupo de pesquisa que se encontra com o serviço de saúde mental. Os diversos momentos em que a equipe do CIAPS buscou respostas sobre seu trabalho nos oficinairos-pesquisadores também nos dá pistas da força dessa divisão entre as ações. O que são grupos e o que são oficinas? Acadêmicos saberiam mais sobre o trabalho do que os trabalhadores que cotidianamente realizam as atividades? A questão é feita ao Oficinando, que se esforça em não responder, mantendo os espaços para que o próprio CIAPS produza suas soluções.

O Oficinando em Rede também se volta para a atuação dos bolsistas de pesquisa: é preciso definir suas ações em um projeto baseado na pesquisa-intervenção. A presença cotidiana no CIAPS logo os caracteriza como responsáveis pelas oficinas, mesmo com a afirmação verbal de que eles não os seriam. Modifica-se a ação, fazendo com que não permaneçam em atividade regular por períodos longos dentro do espaço do serviço. É preciso desinternar o Oficinando.

O processo de produção da página põe em evidência algumas relações subterrâneas, que atuam de forma velada. Na publicação da página, a total liberação da direção do hospital para a produção de conteúdo em um momento inicial, não é viabilizada em sua divulgação. É preciso seguir a pré-configuração, que além de dar o formato para a página, retira a autoria da equipe do CIAPS em sua elaboração. São marcas de um controle invisível, que atua não na proibição, mas na absoluta falta de suporte para a efetivação.

Tal relação também se apresenta no funcionamento do ambulatório: como realizar um trabalho que tenha sustentação própria em saúde mental sem a referência a um médico psiquiatra? E mais ainda: quando o serviço de psiquiatria disponível segue linhas de atuação completamente díspares, quase inviabilizando o trabalho da equipe do ambulatório? É o caso do ambulatório do CIAPS que não conta com nenhum psiquiatra na equipe. Os médicos psiquiatras que compõem o serviço atuam somente na internação, e a referência de encaminhamento possível é um serviço que realiza pesquisas com medicação.

A falta de reconhecimento do trabalho do ambulatório também é notória, como no caso do chamado da equipe da rede municipal de saúde para uma reunião. O chamado para o hospital foi de que o ambulatório que atende a crianças e adolescente participasse de uma discussão sobre o atendimento de crianças e jovens da região das cercanias do São Pedro. A direção do hospital, então, indica o outro ambulatório que funciona no hospital. O trabalho do CIAPS, nessa esfera, fica invisibilizado para o próprio hospital, enquanto a rede externa o reconhece, tanto que solicita, então, que a reunião seja com o ambulatório do CIAPS.

Em contrapartida, o trabalho da internação é festejado pela direção como uma das referências no São Pedro. Mesmo que a vontade dos trabalhadores seja o de “fechar se não der pra fazer bem feito”, é difícil escapar do único motor de reconhecimento ao trabalho do CIAPS.

O Oficinando também se encontra com esse controle, que acaba por produzir imagens de um hospício vazio (MAURENTE, 2010). Pode-se fotografar, mas não a matéria daquele espaço: as pessoas. São produzidas, assim, imagens do que não existe.

Também na solicitação à agência de fomento à pesquisa, esse controle atua: a metodologia que apresentamos é desqualificada. Localiza-se em um campo do que é inviável pelo teor trabalhoso da intervenção. Não pode, assim, receber auxílio para sua execução. Pode acontecer, mas sem recursos que a subsidiem. Paga-se o preço pelo não seguimento de estratégias de pesquisa mais tradicionais.

Seguindo o que uma das trabalhadoras disse sobre a grande mobilização que

as questões relacionadas à internação provocaram durante o processo das oficinas, também precisamos falar para suportar.

O CIAPS resiste ao manicômio em sua abertura a estratégias de cuidado em saúde mental que pretendem a desinstitucionalização, como através da manutenção de um ambulatório que o hospital não reconhece ou mesmo do suporte a nossa presença. Também o Oficinando mantém suas estratégias de resistência. A proposta de utilizar tecnologias em intervenções no campo *psi* e em seguir afirmando a pesquisa-intervenção são formas de também diferir em um espaço que possui amarras tão rígidas quanto as que mantêm o manicômio aberto até nossos dias: a produção do conhecimento científico.

Habitar a fronteira entre o conhecer e o transformar pede mais do que disponibilidade para o trabalho intelectual. Pede a atuação do conhecimento, e não somente sua produção. A decisão em não participarmos mais das oficinas realizadas na internação provocou perturbações na relação entre Oficinando em Rede e CIAPS. Seguimos a atuação no suporte aos estagiários e trabalhadores do CIAPS que realizam estas oficinas, mas não mais como oficineiros. Tal fato segue provocando inúmeros questionamentos por parte da equipe, que são por nós sustentados pela necessidade de estabelecermos uma distinção que é muito mais política do que conceitual.

A oficina de construção da página realiza seu potencial de problematização: abre a discussão, visibiliza os impasses, virtualiza a relação de CIAPS e Oficinando. Porém, não os resolve, talvez os desloque. A tecnologia, em si, não atua como solução, mas como provocadora de discussões e ações. É preciso que os operadores da tecnologia – participantes da oficina, equipe de pesquisa, direção do Hospital, técnicos que mantêm a página da SES – negociem sua atualização, sua forma de apresentação.

Talvez, como apontam Kastrup e Barros (2009), mais potente que solucionar problemas é fazê-los deslocar, mudar de intensidade. Esse é um ponto interessante que resultou da experiência, pois novos problemas e não somente os internos resultaram da relação entre o coletivo do CIAPS/Oficinando e o Hospital através dos debates com a própria Direção, com o Comitê de Ética, com a Secretaria da Saúde.

Aqui, faz-se potente a invenção de outras relações entre esses agentes, a partir do percurso da experiência desterritorializadora que, tal como afirma Lévy (1996), é irreversível. Abrem-se novos problemas, novas frentes de discussão, novas respostas, novas capturas. Outras atualizações que constituem esses encontros.

6.3 Coletivos se atualizando...

A experimentação em ato das questões que acontecem nesse percurso visibiliza a gigantesca empreitada de produzir outras formas de cuidados em saúde mental em um espaço submerso na instituição manicômio, e de outras formas de produção de conhecimento em um espaço submerso na instituição ciência. Vivemos, ao mergulhar nesse encontro, o atravessamento em nós dos impasses dessas instituições e a aridez da construção diária de práticas disruptivas.

Compreendemos, então, a partir de Simondon (2009), que afirma que o coletivo se faz quando as individualizações são colocadas em suspenso e o transindividual faz a ligação entre os sujeitos, que um coletivo se produz nesse cenário. A resistência a estas formas instituídas promove a ligação entre CIAPS e Oficinando em Rede. Faz o projeto de pesquisa e o serviço da rede de saúde mental partilhar algo que os coloca em parceria por seis anos.

Tomamos a resistência como o movimento de criação. Resistir é criar (DELEUZE, 1988). Tal como afirma Kastrup (2003), a resistência pode tomar duas formas: num sentido negativo, em que resistir a alguma coisa é não aderir a ela; ainda, um sentido positivo, que é a criação de outra política, outra maneira de conhecer, que pode levar a criação de outros mundos. Alinhamos-nos a esta segunda forma, afirmativa, em que é vontade de outra coisa, bifurcação em relação às formas atuais do mundo e das subjetividades.

Atualiza-se um coletivo a partir de questões que não estavam previamente

definidas. Produz-se uma relação singular: um grupo de pesquisa que vive de perto o cotidiano de um serviço e suporta aquele estabelecimento e seus fechamentos; um serviço de saúde mental parte de um hospital psiquiátrico que suporta um grupo de pesquisa e suas ideias desinstitucionalizantes. Um coletivo que se individua a partir da heterogênesse de seus participantes.

Concordamos com Escóssia (2009) que afirma, baseada em Simondon, que o coletivo transindividual não é um plano transcendente, mas imanente. Ou seja, não se encontra em outro espaço, como nas normativas ou prescrições de um trabalho conjunto, mas sim, no plano concreto de ações e experiências.

Essa operação coletiva é reavivada na oficina de construção do *website*: a presença de mais pesquisadores cotidianamente em reuniões e no espaço do CIAPS proporcionou a visualização e a proximidade necessárias para o desenvolvimento de uma cognição coletiva, como afirma Lévy (1996). É preciso o reconhecimento do outro, é preciso uma atuação no molecular.

Como afirma Simondon (2009), há uma nova individuação quando acontece um movimento coletivo. Não é criado somente um novo território comum, mas também novos movimentos naqueles que se puseram a se encontrar.

Assim, Oficinando em Rede e CIAPS também se problematizam e se descentram. Virtualizam sua organização, repensam suas práticas, refazem seus caminhos. Encontram novas soluções, produzem novos problemas. Seguem em outros encontros, buscando outras formas de relação com o conhecimento, com a tecnologia, com o cuidado em saúde mental.

7 METAESTÁVEL: APONTAMENTOS PARA SEGUIR A CONVERSA

Não podemos chegar a esse ponto e dizer que finalizamos o trabalho. Preferimos afirmar que o estabilizamos por um momento para que coubesse em um exercício acadêmico. A cada reunião de pesquisa surgem novas questões, novos problemas. Mas admitimos a impossibilidade de segui-los indefinidamente.

A velocidade com que as mudanças tecnológicas acontecem contrasta com os seculares prédios sob os quais a pedra fundamental do Hospital Psiquiátrico São Pedro está enterrada, afirmando até “a mais remota posteridade” que ali são “tratados os infelizes acometidos de alienação mental” (WADI, 2002). Tais prédios parecem guardar a institucionalização da loucura naquele espaço e ainda são a marca do hospital, da qual o CIAPS, mesmo estando em uma estrutura de borda, seja pela sua localização física, seja pela hibridização das formas de cuidado, não consegue se livrar. Atualizam-se os denominados “infelizes” e novamente o hospital psiquiátrico ganha força, sufocando as tentativas de produzir diferença naqueles espaços.

Nesse encontro entre tempos, a tecnologia atua com seu potencial de virtualização: traz a velocidade para dentro do hospital e descentra sua organização. Nesse movimento, as dicotomias presentes naquele espaço, habitado também pelo grupo de pesquisa, tensionam-se e emergem.

Aos que se dedicam ao trabalho naquele lugar sobram alguns respiros. O Oficinando em Rede, com sua proposta de utilizar tecnologias como dispositivos de intervenção, configura-se como uma dessas brechas, através de sua parceria com o CIAPS. O projeto de pesquisa, assim, transita com suas ferramentas teóricas e metodológicas por um cotidiano difícil e desafiador.

O que mantém, então, esse encontro? Nosso percurso nos leva a afirmar que a resistência à institucionalização, seja da loucura, seja da produção científica, é um dos elementos que ainda faz possível o diálogo entre estes entes. Resistência criadora, que não apenas não aceita toda a naturalização dessas instituições, mas

que também busca estratégias de ação que provoquem a diferença naqueles espaços.

Assim, acompanhamos um serviço de saúde mental dentro de um hospital psiquiátrico que ainda sonha ser o CAPS que quase foi, e atua ainda alguns pontos de ligação com a rede da qual faria parte caso tivesse se efetivado. E que abre seu cotidiano para que estrangeiros àquele espaço, pesquisadores acadêmicos, transitem e proponham práticas que fazem o mundo invadir os prédios cheios de grades.

Também, um grupo de pesquisa filiado à Psicologia Social, que se radicaliza na busca de intercessores tecnológicos para compor uma proposta metodológica que é também estrangeira em searas *psi*. E que vive o desafio de apostar na pesquisa-intervenção, pouco alinhada à produção de conhecimento mais tradicional fora do domínio da Psicologia Social.

Cria-se assim, um território comum: um espaço que faz com que ambos, CIAPS e Oficinando em Rede, se reconheçam e produzam um trabalho sedimentado, mas sempre tão tenso, talvez pela extremidade dos domínios dos quais cada um dos entes emerge. Existem diferenças radicais neste encontro, postas principalmente em relação às formas de cuidado em saúde mental. No momento em que Oficinando em Rede atua sua posição política, retirando-se do trabalho com a internação no CIAPS, algo de comum se desfaz, e a tensão se acirra.

E é posto o desafio: é possível suportar essa diferença?

Das amarras da institucionalização da loucura o projeto de pesquisa pode se desvencilhar, alternativa que é quase impossível para o CIAPS. Mas como habitar a academia fazendo a diferença na produção do conhecimento científico?

Pensamos que o objetivo desta dissertação, para além da discussão de uma experiência em particular, é de abrir espaços para olharmos para as proposições metodológicas que empreendemos: tanto a utilização das tecnologias como dispositivo em nossas intervenções, como mesmo a pesquisa-intervenção como estratégia.

Já sobre o percurso do projeto *Oficinando em Rede*, tínhamos diversas vivências de intervenções que mostravam as vicissitudes da tecnologia como dispositivo. Essa foi a aposta que fizemos neste estudo, através de uma proposta que chegou a ser identificada como não capaz de produzir análises alinhadas com os objetivos que buscamos perseguir. Ou mesmo, como “trabalhosa”.

Nesse ponto o parecer da agência de fomento à pesquisa estava certo. Não é possível nos disponibilizarmos para uma produção como essa sem que tenhamos trabalho árduo. E ainda, fica a dúvida: é possível produzir conhecimento sem que se tenha trabalho?

Se for, não é esse que quisemos/queremos aqui produzir. Queremos, pois, seguir procurando intercessores desafiadores. Provocando a desterritorialização em nossos saberes para termos potência nas propostas de também desterritorializar os espaços com os quais nos encontramos.

Buscamos a atuação do saber. Buscamos trazer a implicação, ou seja, tudo aquilo que nos atravessa como sujeitos-pesquisadores-oficineiros, para dentro de nossas produções. Assim como buscamos individuar em nós o conhecimento que produzimos.

Não podemos nos furtar de falar sobre o que essa forma de trabalho nos pede: põe em campo nosso corpo e seus afetos, mobiliza a vida. E ao nos colocarmos também a mobilizar vidas, a atenção aos dispositivos que utilizamos em nossas intervenções, bem como a forma que nos encontramos com os espaços com os quais construímos o conhecimento, é fundamental. E esse talvez seja um dos trabalhos maiores e mais importantes: atentar ao que também nos atravessa naqueles encontros e criar a partir disso estratégias de potência, tanto para os espaços, quanto para a pesquisa. É o caráter inventivo, que pede a cada instante que se atualizem as intervenções e se criem novos problemas de pesquisa.

Por mais que utilizemos intercessores teóricos e tecnológicos que se propõem a desinstitucionalização, não está garantido que o conhecimento e as ações que se produzam sejam também desinstitucionalizantes. A matéria fundamental da produção de conhecimento é o pesquisador. Somente sua atuação pode produzir

ações de resistência e fazer a política tanto nos espaços nos quais intervém, quanto na academia. Não há ação desimplicada, não há ato que não produza vida.

Seguimos apostando na invenção. Mesmo que ela seja trabalhosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. In: **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 27, n° 4, p. 648-663, dez. 2007.

AMARANTE, Paulo. A (clínica) e a reforma psiquiátrica. In: AMARANTE, Paulo (coord.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

ANDRADE, Thales de. Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon. **Ambient. soc.** [online]. 2001, n.8, pp. 91-106.

BARRETO, Jubel. **O umbigo da Reforma Psiquiátrica**: cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, Manoel de. **O guardador de águas**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

BARROS, Manoel de. **O livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BEZERRA Jr, Benilton. Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(2):243-250, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002**. Dispõe sobre os Centros de Atenção Psicossocial. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria%20GM%20336-2002.pdf>. Acesso em fevereiro de 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. In: **Ministério da Saúde**. Legislação em Saúde Mental: 1999 – 2004. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Legislacao.pdf>>. Acesso em 31/05/2007

CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (on-line). Disponível em:

<<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=organograma&cod=3031>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

COSTA. Carlos Irineu. Glossário. In: LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 251-260.

COSTA, Rogério. Inteligência Afluente e Ação Coletiva. A expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo In: **Razón y Palabra** - Revista Electrónica en América Latina especializada en Tópicos de Comunicación, n.41, 2004. Disponível em <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n41/rdacosta.html>> Acesso em 14/02/2009.

DEBIAN. **Sistema Operacional Debian**. Disponível em: <http://www.debian.org/> Acesso em março de 2010.

DELEUZE, Gilles. **O Abecedário de Deleuze**: entrevista concedida a Claire Parnet. 1988. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7182899/Deleuze-Gilles-Abecedario>. Acesso em 10/04/2010.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do nascimento. Disponível em: www.escolanomade.org. Acesso em: 09/04/2010.

DEMOLY, Karla; MARASCHIN, Cleci. Tecnologia, escritura e diferenças perceptivas: a criação hipertextual de professores. In: **Anais do II Encontro Nacional sobre Hipertexto**. Fortaleza: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponível em: http://www.abehte.org/anais/ANAIS/Art26_Demoly&Maraschin.swf. Acesso em julho de 2008.

DIEHL, R.; MARASCHIN, C.; TITTONI, J. Planografias em pesquisa: mapas e fotografias na saúde mental. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, 2009. ISSN 1414-3283. ISSN online 1807-5762.

DIEHL, Rafael. **Do mapa à fotografia**: planografias de um espaço louco. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

DIEHL, Rafael; MARASCHIN, Cleci; TITTONI, Jaqueline. Planografias em pesquisa: mapas e fotografias na saúde mental. In: **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, 2009.

EIDELWEIN, Karen.; MARASCHIN, Cleci. (2003). O operar de um coletivo na web. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.23 n. 3 p. 48-55. Recuperado em abril de 2008 em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400008&lng=es&nrm=iso

ESCÓSSIA, Liliana da. O coletivo como plano de criação na Saúde Pública. **Interface (Botucatu) [online]**. 2009, vol.13, suppl.1 [cited 2010-04-09], pp. 689-694. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500019&lng=en&nrm=iso> Acesso em 05/04/2010.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virginia. O coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade 1413-7372. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

FERREIRA NETO, João Leite. A experiência da pesquisa e da orientação: uma análise genealógica. **Fractal**, Rev. Psicol., Dez 2008, vol.20, no.2, p.533-546.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. 551p.

FRANCISCO, Deise Juliana. **Criando laços via recursos informatizados: intervenção em saúde mental**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FRANCISCO, Deise; AXT, Margarete; MARASCHIN, Cleci. (2007). Informática e saúde mental: caminhos de uma oficina. **RENOTE**. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 5, n. 1, p. 1-16. Recuperado em abril de 2008 em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/10cDeise.pdf>

GONZATTO, Marcelo. Crack: a pedra no caminho da reforma psiquiátrica. **Zero Hora**. Porto Alegre, nº 15513. 17 de fevereiro de 2008 Disponível em : <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a1768434.xml&template=3898.dwt&edition=9311§ion=67>. Acesso em 03 de abril de 2010.

GRUPO RBS. **Crack nem pensar** – A Campanha 2009 (online). Disponível em: http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/rs/cracknempensar/conteudo_0,3760,A-campanha.html. Acesso em 04 de abril de 2010.

GRUPO RBS. **Crack nem pensar** – A Campanha 2010 (online). Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/br/cracknempensar/conteudo,0,6774,A-campanha-2010.html>. Acesso em 04 de abril de 2010.

HOLZMANN, Lorena. Novas Tecnologias. In: CATTANI, Antonio David. **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 224-228

JIMÉNEZ, Rafael Vidal. Educação, poder e mercado: desconstrução crítica dos efeitos disciplinantes das TIC na nova Escola do Espetáculo. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2005, vol.9, n. 18, ISSN 1414-3283.

KASTRUP, Virginia. Competência ética e estratégias de resistência. In: GUARESCHI, Neuza (org). **Estratégias de invenção do presente** – Psicologia Social no contemporâneo. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 141-152.

KASTRUP, Virginia. A Psicologia na rede e os novos intercessores. In: FONSECA, Tania Mara Galli; FRANCISCO, Deise Juliana. **Formas de Ser e Habitar a Contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p. 13-26.

KASTRUP, Virginia; BARROS, Regina Benevides. Movimentos funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 76-91.

L'ABBATE, Solange. O analisador dinheiro em um trabalho de grupo realizado em um hospital universitário em Campinas, São Paulo: revelando e desvelando as contradições institucionais. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; ALTOÉ, Sonia. **Saúdeloucura 8: Análise Institucional**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 79-100.

LANCETTI, Antonio. Loucura Metódica. In: **Saúdeloucura 4**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 138-147.

LANCETTI, Antonio. **Clinica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2006. 127 p.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. A emergência do cyberspace e as mutações culturais. In:

Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 13-20.

_____. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 265 p.

_____. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996. 157 p.

LINUX. **Sistema Operacional Linux**. Disponível em: <http://www.linux.org/>. Acesso em março de 2010.

LOPES, Graziela Pereira. **O ofcinar como possibilidade de exercício da cognição enativa**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

LOURAU, Rene. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, Sonia (org). **René Lourau : analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004a. p. 66-86

LOURAU, Rene. Implicação-transdução. In: ALTOÉ, Sonia (org). **René Lourau : analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004b. p. 212-223.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário**: o desafio das poéticas tecnológicas. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 313 p.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. In: **Psicologia e Sociedade**, vol.16, no.1, 2004. p.98-107.

MARASCHIN, Cleci. **Oficinando em Rede**: exercícios de Inteligência Coletiva. Projeto apresentado para solicitação de continuidade de bolsa de produtividade em pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia/Faculdade de Educação, 2008. 20p. (mimeo)

MARASCHIN, Cleci et al. **Projeto oficinando em rede**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia/Faculdade de Educação, 2007. 55p. (mimeo)

MARASCHIN, Cleci; RICKES, Simone. Oficinando em Rede – marcas iniciais de um percurso. In: MARASCHIN, Cleci (org) .**Oficinando em Rede** (não publicado). Porto Alegre, 2010

MARIOTTI, Humberto. Prefácio. In: MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2007. p. 07-18.

MAURENTE, Vanessa. **A re-experimentação do trabalho em hospitais públicos frente a reconfiguração dos modos de trabalhar em saúde**: o caso da unidade infantil e adolescente do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Projeto de Tese. Doutorado em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

MAURENTE, Vanessa. **Imagens do hospício vazio**: fotografia, pesquisa e intervenção. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2007.

MICROSOFT. **Sistema Operacional Windows**. Disponível em: <http://www.microsoft.com/windows/default.aspx>. Acesso em março de 2010.

MOZILLA. **Kompozer**. Software. Disponível em <http://www.kompozer.net/> Acesso em março de 2010.

NARDI, Henrique Caetano, RAMMINGER, Tatiana Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental em tempos de Reforma Psiquiátrica. **Physis**, 2007, vol.17, no.2, p.265-287.

NVU. Software. Disponível em: <http://net2.com/nvu/> Acesso em março de 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método cartográfico**: pesquisa-intervenção e produção de

subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

RAUTER, Cristina; PEIXOTO, Paulo de Tarso de Castro. Psiquiatria, saúde mental e biopoder: vida, controle e modulação no contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 267-275, abr./jun. 2009.

REAL, Luciane Corte ; MARASCHIN, Cleci. ; AXT, Margarete . Projetos de aprendizagem e tecnologias digitais: uma experiência promovendo transformações na convivência na escola. **RENOTE**. Revista Novas Tecnologias na Educação, v. 5, p. 1-11, 2007

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.716, de 07 de agosto de 1992 que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul. **Ministério da Saúde**. Legislação em Saúde Mental: 1999 – 2004. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Legislacao.pdf>>. Acesso em 31/05/2007

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei nº 040 de 16 de fevereiro de 2005. Introduce alterações na Lei nº 9.716, de 07 de agosto de 1992 que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul. In: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**. Banco de Dados de Processos Legislativos. Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=40&AnoProposicao=2005>. Acesso em: 25 Maio 2007.

ROCHA, Marisa; UZIEL, Anna Paula . Pesquisa-intervenção e novas análises no encontro da psicologia com as instituições de formação. In: CASTRO, Lucia Rabello e BESSET, Vera Lopes. (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2008, v. 1, p. 532-556

SCISLESKI, Andréa. **"Entre se quiser, saia se puder"**: o percurso dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; MARASCHIN, Cleci; SILVA, Rosane Neves da. **Manicômio em circuito**: os percursos dos jovens e a internação psiquiátrica. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2008 .

SEÇÃO DE SAÚDE MENTAL E NEUROLÓGICA DA SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. **Guia de Saúde Mental 2008** (online). Disponível em:

<http://www.saudementalrs.com.br/downloads/> . Acesso em 11 de abril de 2010.

SILVA, Elzimir Gonzaga da. **Re: AVG 450704/2007-6** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por cleci.maraschin@pq.cnpq.br em 12 dezembro de 2008.

SILVA, Rosane Neves; HARTMANN, Sara; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; PIRES, Mariana Lorenz. As patologias nos modos de ser criança e adolescente: análise das internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1884 e 1937. **Psico (PUCRS)**. v. 39, n. 4, pp. 448-455, out./dez. 2008

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objectos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo-Paidós, 2008.

SIMONDON, Gilbert. **La individuacion**. Buenos Aires: Cactus-La Cebra, 2009.

SINDICATO MÉDICO DO RIO GRANDE DO SUL. **SIMERS propõe diagnóstico sobre saúde mental pós-Reforma no RS**. Publicação em 26 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.simers.org.br/simers_propoe_diagnostico.php>. Acesso em 26 Maio 2007.

SINDICATO MÉDICO DO RIO GRANDE DO SUL. **SIMERS lança a campanha: "Loucura é a falta de leitos psiquiátricos no RS"**. Publicação em 10 de Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.simers.org.br/estanoarc.php>. Acesso em 26 Agosto 2007.

SPOHR, Fulvia; WILD, Rafael. Tecnologia. In: MARASCHIN, Cleci (org) **.Oficinando em Rede** (não publicado). Porto Alegre, 2010

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002.

TIRADO, Francisco Serrano. Lo social y lo virtual. In: TIRADO, Francisco Serrano y DOMÈNECH, Miquel i Argemí. **Lo Social y Lo Virtual** - Nuevas formas de control y transformación social. Colección Nuevas Tecnologías y Sociedad. Editorial UOC. Barcelona, Espana, 2006.

VIANNA, Tatiane. **Oficinando enredos**: o encontro do adolescer em sofrimento com a tecnologia. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

WADI, Yonissa. Marmitt. . Palácio para guardar doidos. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul.. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2002.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Tese de Doutorado. Doutorado em Ciências na área da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006.

ZANIOL, Elisângela. **Oficinando com jovens: a produção de autoria na restinga**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: “Oficinando em Rede: exercícios de Inteligência Coletiva”

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem a finalidade de analisar como os coletivos podem utilizar as tecnologias digitais. Neste estudo, esta análise se dará a partir de oficinas para capacitação e construção de um site pelos trabalhadores do CIAPS, caracterizando-se como continuidade ao trabalho realizado pela equipe de pesquisa do projeto “Oficinando em Rede” no local.

Este termo de consentimento tem o objetivo de esclarecer aspectos sobre a pesquisa e garantir-lhe que todos os procedimentos éticos serão seguidos. Ele também serve para você manifestar que aceita participar deste estudo. Ele terá duas vias: uma ficará com você e a outra, com a equipe de pesquisadores.

Ao participar você permitirá que os pesquisadores realizem entrevistas sobre o tema estudado e que sejam feitas observações e registros das oficinas. O conteúdo produzido nas oficinas – textos, imagens – para o site preservará a identidade dos usuários do CIAPS. Caso seja identificado algum dos trabalhadores do serviço, este será consultado previamente sobre a publicação do material. As análises científicas produzidas a partir das oficinas circulará apenas em meios acadêmicos.

Você tem liberdade de se recusar a participar em qualquer fase, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações através dos contatos dos pesquisadores que estão no final deste documento.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Caso você se sinta prejudicado, a equipe de pesquisa fará os encaminhamentos necessários.

Esperamos que este estudo produza informações importantes sobre o trabalho dos profissionais do CIAPS, além de colaborar para a discussão mais ampla sobre as equipes que atuam em políticas públicas de saúde. Os pesquisadores se comprometem a fazer a comunicação dos resultados obtidos aos trabalhadores do CIAPS.

Solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____

(Nome do Participante da Pesquisa)

de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Contatos:

Cleci Maraschin – clecimar@orion.ufrgs.br • Grace Tanikado – gtanikado@gmail.com

Vanessa Maurente - vanessamaurente@yahoo.com.br • Fone: (51) 3308-5466

ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do HPSP